



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Amanda Vidal Silva

**“MAS COMO É ESSA HISTÓRIA?”: EXPERIÊNCIAS NARRADAS POR MULHERES  
SOBRE INFÂNCIA(S) NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Florianópolis

2022

**AMANDA VIDAL SILVA**

**“MAS COMO É ESSA HISTÓRIA?”: EXPERIÊNCIAS NARRADAS POR MULHERES  
SOBRE INFÂNCIA(S) NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título de mestra em educação.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Patricia de Moraes Lima  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Roseli Nazario

**Florianópolis**

**2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vidal, Amanda Vidal Silva  
"MAS COMO É ESSA HISTÓRIA?": EXPERIÊNCIAS NARRADAS POR  
MULHERES SOBRE INFÂNCIA(S) NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA  
/ Amanda Vidal Silva Vidal ; orientador, Patricia de  
Moraes Lima, coorientador, Roseli Nazario, 2022.  
191 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis,  
2022.

Inclui referências.

1. . 2. Infância . 3. Ditadura Militar Brasileira. 4.  
Etnografia . 5. Narrativas. I. de Moraes Lima, Patricia.  
II. Nazario, Roseli. III. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em . IV. Título.

AMANDA VIDAL SILVA

**“MAS COMO É ESSA HISTÓRIA?”: EXPERIÊNCIAS NARRADAS POR MULHERES SOBRE INFÂNCIA(S) NA  
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Patricia Eliana Castillo Gallardo, Dr.(a)

Instituição: Instituto Milenio Para La Investigación em Depresión y Personalidad (MIDAP)

Prof.(a) Regina Ingrid Bragagnolo, Dr.(a)

Instituição: Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI/UFSC)

Prof.(a) Gustavo Tanus Martins, Dr.(a)

Instituição: Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú (IFC/SC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a) Patricia de Moraes Lima, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado às mulheres,  
sujeitos dessa pesquisa, às mulheres  
de minha vida, às infâncias  
(r)existentes e às crianças com quem  
convivo e que me presenteiam  
diariamente com novas formas de ver o  
mesmo.

## AGRADECIMENTOS

Tenho o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto.

(Manoel de Barros)

É do reconhecimento daquilo que não se sabe que esse estudo nasce em todos os seus inícios. E que bom não saber. Uso esse espaço para agradecer a todEs com quem me encontrei nesse percurso, desde o primeiro momento de existência.

O processo de mestrado se fez em uma experiência que se coloca muito além do texto final. Uma experiência, sobretudo, da liberdade em poder fazer de mim mesma uma outra. Uma outra professora, mulher, amiga, filha, companheira, pesquisadora e sujeito no mundo.

Agradeço às pessoas, instituições e órgãos públicos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse estudo fosse possível.

Agradeço as palavras amigas com as quais fui acalentada nos momentos de incerteza.

Agradeço a mim, por confiar e não desistir de mim mesma.

OBRIGADA.

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a pensar a infância como experiência, narrada por mulheres que vivenciaram o período histórico da ditadura brasileira na condição de criança. Para isso, foram realizados encontros com três mulheres que se tornaram sujeitos da pesquisa, sendo elas: Ângela Telma Lucena Imperatrice, Sônia Maria Haas e Sônia Sissy Kelly. A metodologia da conversa - compreendida como uma maneira não diretiva e não hierárquica de realizar uma pesquisa - foi utilizada como forma de aproximação e lugar de escuta para as experiências narradas pelas mulheres. (tiago ribeiro; rafael de souza; carmen sampaio, 2018). Ao que diz respeito à infância, esta é perspectivada a partir dos Estudos da Infância, por meio do qual é pensada para além do seu sujeito mais óbvio, a criança. Usualmente, quando ouvimos a palavra infância, somos lançados instantaneamente à imagem da criança. Na leitura da sociedade ocidental, habitualmente, os conceitos de criança e infância são confundidos. Isso porque a construção daquilo que se compreende ser a infância está atrelada a uma ideia de etapa cronológica da vida e, portanto, muito próximo da criança. (KOHAN, 2007). A infância com a qual essa investigação se fundamenta se compõe a partir do tempo aión: “é a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do “seu” lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados.” (KOHAN, 2007, p.95), compreendida a partir de um tempo de duração não passível de ser numerado e não sequencial, trata-se da infância como experiência passível de ser narrada que se circunscreve na micropolítica, nos acontecimentos e rompimentos da história. É tomando a infância, a experiência e a história que se intenta buscar o encontro com experiências da infância de mulheres adultas que viveram o regime militar na condição de crianças. Que infâncias são narradas por essas mulheres? Quais histórias suas vozes inscrevem? Considerando que eram crianças em determinado contexto, suas experiências cabem num lugar de vítimas somente? Que tempo de infância é narrado por elas? No decorrer do estudo, a etnografia se apresenta como um meio que se harmoniza com a proposta da investigação. A etnografia ocupa um lugar de interlocução entre os Estudos da Infância e a Antropologia para pensar a pesquisa, situada no campo da Infância e Educação. A perspectiva compreendida a situa para além de uma ferramenta metodológica, mas no sentido apontado por James Clifford (2016, p.152) que trata “a própria etnografia como uma performance urdida por histórias poderosas”, alegórica “tanto ao nível de seu conteúdo (aquilo que diz sobre as culturas e suas histórias), quanto de sua forma (aquilo que é implicado por seu modo textual). Deste modo, diz respeito a uma ética de *ser e estar* em pesquisa e, sobretudo, uma atenção constante acerca dos modos como se fala e escreve sobre o Outro e sua cultura, é tomada, portanto, como uma epistemologia. Aliada a perspectiva etnográfica a interseccionalidade (AKOTIRENTE, 2019) é utilizada como uma ferramenta de análise das narrativas das mulheres sujeitos da pesquisa, visto que estar em pesquisa etnográfica com as experiências da infância em um contexto de violências requer uma atenção sobre os marcadores sociais que atravessam essa experiência, buscando romper com os modos coloniais, universalizantes e homogeneizadores pelos quais buscamos conhecer o Outro e, conseqüentemente, a nós mesmos. Ainda, implica uma atenção sobre as escolhas dos recortes na construção do campo que é objetivado neste estudo a partir do “reconhecimento e a aceitação da diferença” (ACHUTTI, 2004, p.94), contida no estabelecimento de vínculo real com os sujeitos da pesquisa. Assim, o estudo produzido com a infância e com as mulheres, sujeitos da pesquisa, dá visibilidade para outras infâncias que se inscrevem fora da normatividade e da institucionalidade, infâncias soterradas pela história linear oficial e que inscrevem modos de resistência e existência perante um regime autoritário e violento. A infância narrada enquanto tempo, lança luz sobre histórias individuais, inscritas em marcadores como: classe, gênero, raça, geração e expõe o processo de apagamento e silenciamento de sujeitos e da própria infância.

**Palavras-chave:** Infância. Experiência. Narrativas. Mulheres. Ditadura Militar Brasileira.

## ABSTRACT

The present research proposes to bring out childhood as an experience, narrated by women who experienced the historical period of the Brazilian dictatorship as a child. For this, meetings were held with three women who became the research subjects: Ângela Telma Lucena Imperatrice, Sônia Maria Haas and Sônia Sissy Kelly. The conversation methodology – held hereby as a non-directive and non-hierarchical way of carrying out standard researches – was used as a way of approaching and listening to these experiences narrated by the women themselves. (ribeiro; souza; sampaio, 2018). Regarding childhood, this is the perspective of Childhood Studies, through which it is through beyond its most obvious subject, the child. Naturally, as we hear the word childhood, we are instantly thrown into the image of a child. Among the readings of Western society, the concepts of child and childhood are usually confused. This is because the construction of what is understood to be childhood is linked to an idea of a chronological stage of life and, therefore, very close to the child. (KOHAN, 2007). The childhood on which this investigation is based upon is composed from *Aion* perspective of time: “it is childhood as intensity, situating oneself intensively in the world; always leaving “his own” place and locating himself among unknown, unusual, unexpected other places.” (KOHAN, 2007, p.95), understood from a time that cannot be numbered and not sequential, it is about childhood as an experience that can be narrated that is circumscribed in micropolitics, in the events and disruptions of history. It is by taking childhood, experience and history that we try to find the encounter with the childhood experiences of adult women who lived under the military regime as children. What childhoods narrated by these women? What stories do their voices inscribe? Considering that they were children in a certain context, do their experiences fit in a place of victims only? What childhood time is narrated by them? In the course of the study, ethnography present itself as a means that harmonizes with the research proposal. Ethnography occupies a place of dialogue between Childhood Studies and Anthropology to think about research, located in the field of Childhood and Education. The perspective understood places it beyond a methodological tool, but in the sense pointed out by James Clifford (2016, p. 152) who treats “ethnography itself as a performance woven by powerful stories”, allegorical “both in terms of its content (what it says about cultures and their histories), and about their form (what is implied by their textual mode). In this way, it concerns an ethics of being and being in research and, above, all a constant attention to the ways in which the Other and its culture are spoken and written, it is taken, therefore, as an epistemology. Combined with the ethnographic perspective, intersectionality (AKOTIRENTE, 2019) is used as a tool for analyzing the narratives of the women, subjects of this summary, since being in ethnographic research with childhood experiences in a context of violence requires attention to the social markers that cross this experience, seeking to break with the colonial, universalizing and homogenizing ways in which we seek to know the Other and, consequently, ourselves. Still, it implies an attention on the choices of the cuts in the construction of the field that is objectified in this study from the “recognition and acceptance of the difference” (ACHUTTI, 2004, p.94), contained in the establishment of a real bond with the subjects of the search. Thus, the study produced with childhood and women, research subjects, gives visibility to other childhoods that are inscribed outside normativity and institutionalization, childhoods buried by the official linear history and that inscribe modes of resistance and existence in the face of authoritarian and violent regime. Childhood narrated as time sheds light on individual stories, inscribed in markers such as: class, gender, race, generation and exposes the process of erasure and silencing of subjects and childhood itself.

**Keywords:** Childhood. Experience. Narratives. Women. Brazilian Military Dictatorship.



## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Mapa da América Latina que localiza geograficamente os países que passaram por ditaduras  | 43  |
| Figura 2- Imagem da abertura da amostra. Fonte: acervo pessoal (2018)  | 45  |
| Figura 3 - Diários escritos por crianças no contexto da ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018)                                | 46  |
| Figura 4 - Carta escrita por uma criança de 9 anos no contexto da ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018)                      | 46  |
| Figura 5 - Fotografias, desenhos, cartas e bilhetes produzidos por crianças durante a ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018). | 48  |
| Figura 6 - Mostra do livro lançado a partir da Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018).  | 49  |
| Figura 7 - Placa que compõe a calçada da rua Londres 38. Fonte: Google/reprodução.   | 50  |
| Figura 8 - Porta de entrada do Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)   | 50  |
| Figura 9 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)   | 52  |
| Figura 10 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)  | 53  |
| Figura 11 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)  | 54  |
| Figura 12 - As Mães da Plaza de Mayo. Fonte: Propuesta. Publicado em agosto de 2017.   | 57  |
| Figura 13 - As Mães da Plaza de Mayo. Fonte: 360meridianos. Publicada em agosto de 2014.   | 58  |
| Figura 14 - Escultura Pablo Míguez. Fonte: Google/Reprodução   | 74  |
| Figura 15 - Fotografia de Pablo Míguez. Fonte: Google/Reprodução   | 75  |
| Figura 16 - Lugar de Memória EX-ESMA. Fonte: Google/Reprodução   | 76  |
| Figura 17 - Memorial da Resistência de São Paulo. Fonte: Google/Reprodução   | 77  |
| Figura 18 - Inês Etienne Romeu na 3ª auditoria do Exército (1972). Fonte: BBC (2021).  | 82  |
| Figura 19 - Casa da Morte, Petrópolis -RJ. Fonte: Google/Reprodução  | 83  |
| Figura 20 - Bordado Marielle Franco. Fonte: @euniceterres.art  | 86  |
| Figura 21 - Bordado Dilma Rousseff. Fonte: @euniceterres.art   | 86  |
| Figura 22 - Print do perfil de Sônia Sissy Kelly na página da rede social do Instagram. Fonte: acervo pessoal (2020)   | 87  |
| Figura 23 - Da esquerda para a direita: Adilson Lucena, Ângela Lucena e Denise Lucena. Fotografia tirada das crianças no sofá do DOPS. Fonte: Obra Infância Roubada (2014)                         | 139 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CED - Centro de ciências da Educação

CEVSP – Comissão da Verdade Estadual de São Paulo

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DEOPS-SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DINA - Dirección de Inteligencia Nacional

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

FCEI – Fórum Catarinense de Educação Infantil

FREIFOZ – Fórum Regional de Educação Infantil da Foz do Rio Itajaí

GEPEI - Grupo de Estudos e Pesquisa Etnografia e Infância

IFC – Instituto Federal Catarinense

IMDH - Instituto de Memória e Direitos Humanos

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais +.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MULIT – Mulheres do Litoral

NUVIC - Núcleo Vida e Cuidado

OMS - Organização Mundial da Saúde

TDE - Terrorismo de Estado

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

PREFÁCIO: O INÍCIO COMO UMA ALTERIDADE QUE SE INSTAURA. .... 11

### I INÍCIO

**OS ENCONTROS COM A INFÂNCIA E DITADURA.....14**

VIDA E PESQUISA: UM CAMINHAR PELA TRAJETÓRIA DA SUJEITO  
PESQUISADORA..... 15

DIANTE DO ENIGMA: OS ENCONTROS COM A INFÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA... 22

ALGUNS PASSOS QUE SITUAM A INFÂNCIA E DITADURA NA PRODUÇÃO  
ACADÊMICA BRASILEIRA..... 35

LUGARES DE MEMÓRIA QUE INTERROMPEM O ESQUECIMENTO  
ACONTECIMENTO E EXPERIÊNCIA ..... 40

### II INÍCIO

**UMA INFANTE DA ETNOGRAFIA.....63**

DO ENCONTRO COM A ETNOGRAFIA. .... 64

A IMPREVISIBILIDADE DA VIDA E DA PESQUISA: A SOCIEDADE VIRAL..... 70

CAMINHOS VIRTUAIS PELOS LUGARES DE MEMÓRIA..... 74

TECENDO APROXIMAÇÕES: DO ENCONTRO COM AS MULHERES SUJEITOS DA  
PESQUISA. .... 84

CONHECENDO AS MULHERES SUJEITOS DA PESQUISA..... 91

A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE NO ENCONTRO COM O OUTRO: O  
TENSIONAMENTO SOBRE A *POSIÇÃO-DE-SUJEITO* PESQUISADORA..... 103

**III  
INÍCIO  
INTERSECCÕES ..... 111**

“NÃO ERA PRA FALAR, NÃO ERA PRA CHORAR”: DESAPARECIMENTOS  
NARRADOS PELAS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA DAS MULHERES SUJEITOS DA  
PESQUISA. .... 112

|  |            |
|--|------------|
| O PARADOXO DA CLANDESTINIDADE COMO LINHA DE FUGA PARA A<br>EXISTÊNCIA.....                               | 116        |
| INFÂNCIAS ÀS AVESSAS: QUE ESCAPAM E RESISTEM.....  | 130        |
| DAS FILHAS DA PÁTRIA: NARRANDO INFÂNCIAS CLANDESTINAS.....   | 146        |
| “QUANDO UM RIO ABANDONA SEU LEITO”: INFÂNCIA, EXPERIÊNCIA E<br>HISTÓRIA EM CONSTANTE (RE)ELABORAÇÃO..... | 162        |
| <b>POSFÁCIO: UM RETORNO AO INÍCIO. ....</b>  | <b>169</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>176</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>183</b> |

## 1. PREFÁCIO: O INÍCIO COMO UMA ALTERIDADE QUE SE INSTAURA

*Começar é um verbo infantil*  
(walter kohan e magda carvalho)<sup>1</sup>

A escolha por compor um prefácio nesse texto nasce da necessidade em localizar seus possíveis leitores(as) sobre os inícios que o estruturam. Isso porque as sessões não foram compostas respeitando uma sucessão lógica, mas sim uma ordem do próprio movimento da pesquisa e daquilo que este suscitou a pensar a partir dos aparecimentos, dos encontros, dos imprevistos e do próprio caminhar do estudo.

Movimento este que é característico de uma escrita etnográfica - epistemologia com a qual esse estudo se ocupa (e se preocupa) - e, sobretudo, da própria infância, entendida como o motor dos inícios, dos possíveis, dos impensados, da novidade, daquilo que nasce: “como força movente do pensar.” (KOHAN; CARVALHO, 2021).

Atrevo-me, corajosamente (lembrando que coragem não é ausência de medo), a realizar uma pesquisa com mulheres sobre a experiência da infância e, conseqüentemente, questionar os modos tradicionais e hierárquicos das investigações fundamentadas na ciência positivista, deste modo, lanço-me ao caos que, compreendido a partir de uma perspectiva nietzschiana, não diz respeito à confusão e/ou bagunça: “*Kháos* deriva do verbo *khaínein*, significa o entreabrir-se de algo, um hiato, o abrir-se da boca num bocejo, a alvorada matinal entre céu e a terra.” (MEES, 2011, p. 51).

Em dado momento do estudo, dei-me conta da quantidade de arquivos abertos e de como havia iniciado a escrita em vários momentos, pois havia, de igual modo, começado a experiência com o pesquisar diversas vezes. Como juntar os inícios? Como transformar em um texto único algo que narra uma experiência não sequencial e linear?

O caos é, proporcionalmente, o inverso de um estudo que já prevê a linha de chegada, que já sabe de antemão onde quer (e vai) chegar, mas “Para aquele que se fortalece na experiência caótica [...] o acaso se mostra como um momento de “colisão de impulsos criativos””. (MEES, 2011, p. 57). Concepção que se entrelaça, de forma satisfatória, à imagem

---

<sup>1</sup> Os nomes foram escritos com as iniciais em letra minúscula em respeito ao próprio posicionamento dos autores que pretendem escrever de forma infantil e não hierarquizada.

da etnografia como uma construção “[...] artesanal, ligada ao trabalho mundano da escrita”. (CLIFFORD, 2016, p.37).

Desta maneira, compartilho do esforço apontado por Kohan e Carvalho (2021, p.02) ao “[...] afirmar a infância não apenas no conteúdo da escrita, mas na sua forma.”. A totalidade do texto é fruto de uma artesanaria que respeitou a própria experiência de sujeito pesquisadora - implicada numa ideia de que a pesquisa é a própria vida - e não numa construção linear em que se segue passos metodológicos inflexíveis e que apontam de antemão hipóteses e possíveis resultados, pois, concordando novamente com os autores já citados: “São caminhos focados nos resultados, que trocam a abertura ao imprevisível pela segurança do já sabido e saboreado.” (KOHAN; CARVALHO, 2021, p. 05)

*Começar é um verbo infantil* tal frase caracteriza com satisfação aquilo que foi o movimento dessa investigação. Em um caráter mais geral do texto, é possível apontar três inícios: 1) uma infante, recém chegada na universidade e iniciando um caminho no mestrado, um deslocamento corporal pela academia, teoria, encontros com sujeitos e Lugares de Memória; 2) uma infante da etnografia, um nascer para a etnografia, como uma epistemologia e a aproximação com a flexibilidade que a pesquisa, na qualidade de experiência narrada, proporciona na perspectiva etnográfica; 3) uma infante diante de encontros imprevistos - as interseções entre sujeito pesquisadora e mulheres sujeitos da pesquisa, as angústias, alegrias e emoções diante das relações estabelecidas e diante das experiências das infâncias narradas. Todo esse processo inscrito no caos:

O caos ainda atua em nosso espírito quando, de repente, somos tomados de perplexidade diante das relações acidentais que nos acontecem, sejam elas da ordem da sensação, quando percebemos coisas inusitadas, seja da ordem das imagens, quando diferentes configurações se nos apresentam, seja da ordem do conceito, quando não entendemos bem uma coisa, que achávamos ter entendido. De repente os lances podem mudar os nossos planos, novos dados podem ser combinados e mudar toda nossa forma de ver o mundo. (MEES, 2011, p.56).

Dessa forma, o texto final versa sobre um esforço em compor todos os fragmentos e as unidades de maneira que se tornasse possível tecer uma escrita etnográfica capaz de narrar o movimento infantil da caminhada. Dito isso, alguns avisos são importantes para o encontro do leitor ou da leitora com o caos da escrita.

São três mulheres os sujeitos da pesquisa: Sônia Sissy Kelly Lopez, Ângela Telma Lucena e Sônia Maria Haas. Suas narrativas compõem o texto como um todo, abrindo seus inícios e não se restringindo a uma sessão ou outra. Contudo, o encontro e a apresentação das mulheres se dão, de fato, na: II Início: Uma infante da etnografia – Conhecendo as mulheres sujeitos da pesquisa.

Esse movimento não foi pensado de antemão, é sintomático de uma pesquisa etnográfica com a experiência da infância. Tanto uma, quanto a outra - etnografia e infância - são desafiadoras no sentido de nos deixarmos guiar pela experiência e, junto a isso, acreditar no caos como o caráter geral do mundo, numa imagem de que “[...] é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante.” (NIETZSCHE, apud. MESS, 2011, p.57).

Assim, a parte final do estudo, remete a outras imagens da infância, que escapam às normatividades, que se constituem em linhas de fuga, que brincam, jogam, habitam outro tempo, *aión*: “no mundo de *aión* é a infância quem governa”. (KOHAN; CARVALHO, 2021, p.29).

A pesquisa termina, pois “é preciso terminar o que temos para podermos começar novamente [...]” (KOHAN; CARVALHO, 2021, p.18), mas finaliza com imagens de infâncias que nos provocam a pensar outras infâncias em outros lugares, outros inícios, outras experiências, são imagens que nos convidam a começar de novo, por um outro início, a partir do mesmo e novamente. Trata-se de uma imagem da infância inscrita num “tempo circular onde coincidem o início e o fim.” (KOHAN; CARVALHO, 2021, p.25).

**I**  
**INÍCIO**  
**OS ENCONTROS COM A INFÂNCIA E DITADURA**



## VIDA E PESQUISA: UM CAMINHAR PELA TRAJETÓRIA DA SUJEITO PESQUISADORA

“Brilhante Ustra era meu vizinho. A filha do Brilhante Ustra era minha colega de aula. Em [19]70. Mas a gente não sabia quem ele era. E eu fui na casa dele. Porque a menina faltava muita aula, ela não gostava muito de aula, esqueci o nome dela. Me lembro do rostinho dela direitinho. E aí eles mandavam, eu morava num quarteirão, a nossa casa era aqui [Sônia desenha no ar e indicando a localização das casas com os dedos] e a dela era aqui. Tinha uma calçada assim pra atravessar e aí eles iam lá em casa pra me chamar, porque a gente não tinha telefone, então a empregada ia lá em casa pra me chamar pra eu ir na casa dela levar as matirias e passar pra ela. **Eu entrava lá, tinha os militares nã, porque ã uma casa de comandante, os milicos ficam cuidando. Eu entrava lá, os militares: ‘ah, boa tarde, boa tarde’. Eu nem sonhava que era aquilo nã. Ensinava a guria, sabia o nome dele, mas... aí depois eles foram embora e depois de muitos anos eu fui descobrir que aquele homem era esse monstro, menina. Nosso vizinho, imagina.”**

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

“Um belo dia chegou lá o Capitão Maurício Lopes e disse que tinha vindo buscar a gente pra levar pra minha mãe, nós ficamos assim muito preocupados, ele trouxe um bonequinho cheio de balinhas, ele deu o bonequinho. A Denise tomou o bonequinho da minha mão e falou: ‘não come! não come que isso deve tá envenenado, não come!’. Ele [Capitão Maurício Lopes] fardado. A Denise falou: ‘não come’”.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

“Eu já nasci na ditadura militar [...] mas naquela ipoca a gente nem falava muito na ditadura militar, mas a gente sabia que a gente vivia um momento muito complicado, as atitudes dos meus pais e dos **coroniis** ali daquela cidade onde eu nasci [...] Aimorã ã uma cidade **fora da lei**, quem mandava em Aimoris eram os grandes coroniis”.

(Narrativa Sônia Sissy Kelly, 2021)

Os trechos recortados e apresentados acima, são fruto de um processo, não tão fácil, de encontro com sujeitos, narrativas e histórias. Digo não tão fácil porque dizem respeito à histórias que dificilmente são encontradas em livros, jornais ou meios de comunicação de grande circulação. Isso porque as portadoras dessas narrativas são sujeitos que desaparecem na linearidade factual com que a história oficial é narrada e disseminada na sociedade em geral, primeiro por conta de se tratarem de experiências da infância, ou seja, vivenciadas na condição de criança, depois por serem mulheres, sujeitos negligenciados historicamente e, por último, por relatarem o horror e com isso denunciarem as violências de um Estado autoritário, narrativa que se contrapõe aos interesses desse mesmo Estado.

A(s) experiência(s) da(s) infância(s) narrada(s), focalizadas como objeto de estudo desta pesquisa (e todas as escolhas explícitas e implícitas que compõe um processo investigativo) não são fruto do acaso, mas sim algo que brota de experiências singulares que implicam diretamente num posicionamento de sujeito pesquisadora e, conseqüentemente, tecem pontos e nexos que inscrevem a própria pesquisa num movimento que dá vida para uma escrita pela experiência, concordando com Larrosa:

Não se escreve sobre a experiência, mas sim a partir dela. O mundo não é algo sobre o que falamos, mas algo a partir de que falamos. É a partir daí, a partir do nosso ser-no-mundo, que temos algo para aprender, algo para dizer, algo para contar, algo para escrever. (LARROSA, 2018, p. 23).

O autor nos lança a pensar uma experiência que considera a posição de sujeito no mundo, as relações estabelecidas, os modos de ser, estar e ocupar os mais diversos espaços: sociais, políticos, públicos e privados. A construção dessa investigação fundamenta-se e reflete a pesquisa compreendida desde uma posição de sujeito pesquisadora que, por sua vez, é fruto de experiências circunscritas numa forma de vida que tem como referência a relação intrínseca com o mundo (e a visão deste mesmo mundo) no qual reside nossa existência.

Deste modo, escolho por iniciar a escrita dos caminhos percorridos por essa pesquisa a partir de uma apresentação que tece o lugar de sujeito pesquisadora pelo qual fui me constituindo ao longo da vida (no seu sentido mais amplo), compreendendo que a narrativa tramada possibilita um (re)conhecimento, ao mesmo tempo que torna visível, os

entrelaçamentos pelos quais a investigação se constrói fundamentada numa condição em que não cabe a separação entre sujeito e pesquisadora.

Esse movimento se volta, entre outras coisas, para aquilo que Rosa Fisher nos chama atenção quando disserta sobre *A arte de assinar o que se lê*, abordando sobre a experiência da criação e do texto acadêmico, reivindicando que uma escrita localizada nos diversos processos que compõem a condição de uma pesquisadora, tais como: a definição do seu referencial e da orientação, todo o esforço intelectual, a escolha metodológica, as relações de afeto estabelecidas ao longo da pesquisa, “talvez pudesse resultar em textos mais vibrantes, mais vivos, mais mobilizadores de nós mesmos e daqueles que nos leem”. (FISHER, 2005, p.1).

Convidamos nossas referências para um diálogo que é interessado. A arte de assinar a leitura e a escrita, circunscreve-se no processo de evidenciar os nexos da pesquisa com a vida, demonstrando os pontos que definem os “porquês” e “para quês” pesquisamos o que pesquisamos de determinada forma e a partir de uma perspectiva específica, utilizando de certa metodologia e dos modos que elegemos para dialogar com as nossas referências teóricas. Esse movimento está diretamente relacionado a experiência da nossa própria existência *no e com* o mundo. Assim, enquanto sujeito pesquisadora, coloco-me também em processo de pesquisa juntamente com outras mulheres, sujeitos da pesquisa.

O texto tecido a partir dessa perspectiva é, portanto, fruto dos lugares pelos quais fui construindo minha trajetória acadêmica e minha militância, entrecruzada com a vida das mulheres, sujeitos narradores que me lançam a uma nova perspectiva, um novo olhar, sobre a história, sobre a produção de conhecimento, a ciência e sobre os lugares que ocupo enquanto mulher, professora e militante.

Meu lugar de experiência no mundo é o de alguém que nasceu numa família da classe trabalhadora e que cresceu num bairro periférico. De um lado, minha ascendência é marcada pela imigração dos povos italianos, trazidos entre os anos de 1870 e 1960 para o Brasil afim de suprir a falta de mão-de-obra - consequência do fim do tráfico de pessoas negras, sequestradas do continente africano. De outro, cresci ouvindo meu pai reclamar a denominação *bugre*. A despeito de todo o caráter pejorativo dessa nomenclatura (relacionada à forma como os colonizadores identificavam os indígenas como hereges), em minha trajetória de vida estive muito mais ligada a uma falta de conhecimento mais aprofundado das origens paternas que, de acordo com as narrativas que sempre ouvi, são de ascendência indígena.

Falo de um lugar marcado por experiências de violências quando criança e, ao longo da vida, entre outras coisas por ser mulher, as quais pude ir compreendendo de maneira mais aprofundada, à medida que fui me encontrando com os conceitos de classe, gênero, adultocentrismo, machismo, misoginia e tantos outros, por meio dos quais foram se desvelando os entrelaçamentos de minhas experiências individuais com as estruturas sociais, históricas e culturais de opressão do sistema capitalista.

Chego ao curso de Pedagogia, que historicamente é composto majoritariamente por mulheres, não como uma escolha, mas como única opção de acesso para cursar o ensino superior. Um curso oferecido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pública, e que por ser no período noturno, me permitia trabalhar durante o dia para custear, sobretudo, os próprios investimentos em minha educação. Ocupo ainda, o lugar de segunda pessoa da família a cursar e completar o ensino superior. A primeira delas foi minha mãe que, de igual modo, trabalhava em período integral e cursava Pedagogia na mesma Universidade e assim perspectivou esse caminho para mim.

Apesar de não ter sido uma escolha deliberada, encontrei no decorrer do curso a oportunidade em construir uma consciência de sujeito mulher, trabalhadora, no mundo. Desde então, componho a luta contra todas as formas de violências, sejam elas de classe, geração, físicas, psicológicas, de gênero, de raça, territoriais, por meio do fazer educacional, resultado do meu encontro com a Pedagogia. Tal posicionamento está diretamente relacionado aos lugares que fui ocupando e ocupo até os dias atuais, assim como as relações que estabeleço fundamentadas numa práxis atenta aos modos de existir politicamente.

O trabalho de conclusão da graduação em Pedagogia intitulado: *Feridas no corpo e na alma: as marcas da violência militar contra algumas mulheres na ditadura* (2012), foi o primeiro movimento acadêmico por meio do qual fui esboçando tal posicionamento político de existência, interessada em retirar do silêncio narrativas de mulheres negligenciadas historicamente, buscando recusar o lugar de vítimas e dar visibilidade aos seus protagonismos.

Já como professora de Educação Infantil da rede de Balneário Camboriú- SC e cursando a especialização em Educação da Pequena Infância, pelo Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú (IFC), me debrucei a pensar as infâncias no contexto ditatorial, por compreender as crianças como um sujeito duplamente ocultado: primeiro pela sua própria condição de infante, aquele que não fala (KOHAN, 2007), e, segundo, por serem consideradas como um apêndice

do feminino, ou seja, da mulher, que por si só já se constitui como um sujeito silenciado e marginalizado social e historicamente.

O trabalho de pesquisa: *“A gente vivia aquilo, tinha que saber”*: a experiência da infância no contexto da ditadura civil militar brasileira (2018) foi construído a partir de narrativas de pessoas adultas que rememoraram suas experiências enquanto crianças naquele contexto histórico. De caráter bibliográfico, utilizei como base para a geração de dados e análises a obra *Infância Roubada* (2014), que versa sobre uma coletânea de 40 depoimentos, fruto do ciclo de debates promovido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (CEVSP)<sup>2</sup>, que é um desmembramento da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>3</sup>.

Compreendendo a criança como um sujeito menorizado, ocultado da história, tencionei questionar o contexto ditatorial focalizando-o por meio da infância, buscando refletir quais contribuições poderiam ser tecidas para pensar a condição humana na sua amplitude a partir dessa mirada e, conseqüentemente, quais revelações poderiam ser encontradas sobre este sujeito, e que se constituem como fundamentais para pensá-lo, também, em âmbito educacional. Concordando que tal perspectiva nos “ofrece la posibilidad de ligar la cuestión de la infancia al conjunto de la sociedad y permite problematizar los temas sociales, políticos, económicos y culturales desde el punto de vista de la infancia como sujeto político.” (REDONDO, 2015, p. 154).

Para além do espaço institucional da academia, tenho uma trajetória de militância por meio da qual ocupo e atuo politicamente em outros lugares sociais. Em 2018, juntamente com uma colega de curso e com a coorientadora deste trabalho, professora Roseli Nazario, iniciamos a construção do Fórum Regional de Educação Infantil da Foz do Rio Itajaí (FREIFOZ)<sup>4</sup>, lançado oficialmente em novembro de 2019 no Seminário: Por uma agenda político-pedagógica pelos direitos das crianças: 20 anos da Pedagogia da Infância, das DCNEI e do FCEI. XXV Encontro do Fórum Estadual Catarinense (FCEI) e I Encontro do FREIFOZ. O fórum se caracteriza por ser um espaço suprapartidário, que tem como objetivo a garantia de políticas públicas de qualidade socialmente referenciada para a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade em contextos educacionais coletivos, nominados Centros de Educação Infantil.

---

<sup>2</sup> <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>.

<sup>3</sup> <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

<sup>4</sup> É possível conhecer melhor o fórum e seu trabalho acessando endereço do seu blog: <https://freifoz.blogspot.com/>

Apesar de estar um pouco afastada neste momento de mestrado, componho, também, desde a minha chega à Santa Catarina, o Movimento Mulheres do Litoral (MULIT)<sup>5</sup> que atua principalmente no litoral norte catarinense. O MULIT surge objetivando combater todas as formas de opressão que violentam grupos sociais e que de alguma forma perpassam interseccionalmente a luta feminista pelos direitos de ser e estar, de existir com seus corpos negros, indígenas, femininos, periféricos e LGBTQIA+. Duas mulheres do movimento são professoras e profissionais da área de educação infantil em Balneário Camboriú e Itapema e dessa forma compõem também o FREIFOZ, o que contribui muito para ambos os movimentos, sobretudo porque compreendemos o caráter coletivo e indissociável de tais frentes.

São por meio desses movimentos que me constituo e me encontro enquanto sujeito pesquisadora no mundo. E que é o mundo? “o mundo, portanto, é visto como ‘isso’ sobre o que assumimos uma responsabilidade, que nos ocupa ou nos preocupa, que nos importa, que cuidamos”. (LARROSA, 2018, p.21). Diz respeito, portanto, a um posicionamento político existencial que fundamenta as relações estabelecidas nos lugares que habito e com as pessoas que me encontro. Assim, não poderia construir outra pesquisa que não fosse marcada por esse caráter, tal como as temáticas e/ou objetos de estudo desta pesquisa que dizem respeito a esse lugar de existência.

Trata-se de uma pesquisa com mulheres narradoras de infâncias, que tem como questionamento central: **quais experiências das infâncias são narradas por mulheres que vivenciaram a ditadura brasileira<sup>6</sup> na condição de criança?**

Ao serem retiradas do silêncio que o lugar de vítima consolidou a elas, conseqüentemente se transformam em narrativas *perigosas*<sup>7</sup> para aqueles que pretendem perpetuar a dominação - seja de um povo, de uma cultura ou uma dominação político e econômica – isso porque, mais do que narrar o horror, as mulheres contam histórias não só de resistência, mas ações e relações que dão visibilidade a outros modos de ser e estar em

---

<sup>5</sup> <https://mulherdelutasim.wixsite.com/blog/sobre>.

<sup>6</sup> Compreendo, à luz dos estudos do professor Marcos Napolitano (2020) que o golpe de Estado ocorrido no dia 31 de março de 1964 foi de cunho civil-militar. Contudo, o regime que se instaurou posteriormente a tomada de poder foi de caráter empresarial militar, tendo em vista que a ditadura foi financiada por empresários brasileiros. Corroboro com o autor quando diz: “Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma ‘ditadura civil-militar’ ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder”. (NAPOLITANO, 2020, p.11). Deste modo, todas as referências à ditadura brasileira e ao regime militar ao longo do texto estão colocadas sob esta perspectiva.

<sup>7</sup> Ao longo da dissertação, faço uso do marcador itálico em algumas palavras com a intenção destacar o pensamento que está sendo construído.

sociedade, além de reivindicarem um lugar de protagonismo distanciando-se da imagem da passividade com a qual são correlacionadas. As experiências das infâncias narradas são aberturas potentes para uma releitura da história que aponta para as lacunas da linearidade da narrativa oficial, construída a partir de uma posição que ignora os sujeitos como testemunhas.

A intenção em iniciar a escrita com trechos das narrativas das mulheres se circunscreve num movimento de destacar as experiências distintas que ambas viveram num mesmo contexto sem, contudo, perder de vista que se trata de uma história coletiva. Tais experiências narradas carregam em si mesmas a característica da descontinuidade de história linear oficial.

Enquanto Sônia Haas frequentava a casa de seu vizinho, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra chefe do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Ângela e a irmã, Denise, recusavam doces oferecidos pelo Capitão fardado e, um pouco mais distante, na área rural, Sônia Sissy Kelly inscreve a ausência dos militares, que, veja bem, não significa ausência de repressão, pois “para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais” (NAPOLITANO, 2020, p.71).

Trata-se de três narrativas distintas que dão visibilidade para processos relacionais entre lugares e pessoas, mas que, apesar de suas especificidades, se entrecruzam ao relatarem experiências vivenciadas, na condição de criança, no contexto ditatorial e, neste recorte específico, em relação com a figura presente e/ou ausente do militar, ou seja, do representante do sistema autoritário vigente. Neste sentido, há uma pergunta tensionadora: o processo histórico de apagamentos das experiências de distintos sujeitos no contexto ditatorial serve a que(m)?

## DIANTE DO ENIGMA: OS ENCONTROS COM A INFÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA

Era aquela coisa de achar que **crianças** são pessoas estúpidas e não tem sensibilidade e não percebem, que a gente pode contar qualquer história.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Eu penso assim: eu fui uma criança, uma adolescente que eu tive que ser muito forte. Eu tive que ser muito madura pra lidar com essas coisas, porque eu não tive escolha. Quer dizer, eu até tive, se eu quisesse ter deixado tudo isso pra trás, mas eu não consegui.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Como falar da infância? Pergunta incômoda, que no cerne do significado da palavra: *d e s a c o m o d a*. E, justamente por isso, é potente, especialmente quando se tem uma atenção crítica em relação ao processo de tessitura, organização e construção da própria escrita, ou seja, sobre os modos pelos quais se pretende falar sobre algo e/ou um outro. As perguntas, assim como a infância, não estão dadas a priori, elas nascem por meio de situações experiências que incidem num modo de olhar. Neste caso específico, a pergunta feita de início: *Como falar da infância?* Nasce do processo de encontro com os Estudos da Infância que, dentre outras provocações, implica num repensar o nosso lugar adultocêntrico, inscrito na modernidade, que reivindica um já saber sobre as crianças e as infâncias.

Ângela e Sônia Haas dão visibilidade em suas narrativas ao lugar de minoridade, destinado aos sujeitos crianças e o não reconhecimento da experiência e das infâncias nos processos de construção da história da humanidade. A minoridade é compreendida, atrelada a incapacidade, e a modernidade, instaurando-se como força luminosa em contraposição a idade das trevas, obscura e ignorante, inscreve uma “nova era” em que a humanidade se emanciparia desta condição a partir do abandono da infância, assim, o iluminismo nasce com o propósito e a responsabilidade em ser o “movimento histórico que permitirá à humanidade em seu conjunto sair de sua minoridade e valer-se da força inscrita em sua própria razão.” (KOHAN, 2011, p.238).



Suas narrativas marcam experiências de sujeitos marginalizados socialmente que ao serem focalizadas e trazidas à tona sacodem os saberes da ciência moderna sobre o sujeito criança e a infância, expondo alguns mitos que circunscrevem a infância ao longo da história:

O mito pedagógico da formação política dos que chegam ao mundo. Esse mito surge desde os tempos antigos, a partir do dispositivo socrático-platônico [...] e se atualiza em nossos tempos nos modos dos programas para a formação cidadã ou a educação para a democracia. O mito antropológico da infância como uma primeira etapa da vida humana, em uma visão da vida humana organizada sob a lógica de um tempo cronológico, sucessivo, consecutivo e em progressão para o melhor [...]. O mito filosófico das ausências, negatividades ou imperfeições que se escondem, a partir da etimologia, em uma série de termos como a própria “infância”, o “estrangeiro”, a “ignorância” e, de uma forma mais geral, o “estranho”, o “outro”, o que não habita o “nosso mundo”. (KOHAN, 2007, p. 9-10).

A criança, perspectivada como um sujeito, e as infâncias, como parte constituinte dos processos históricos, fazem nascer um questionamento: que histórias as experiências das infâncias narram sobre a ditadura brasileira? Na tentativa de construir um lugar de visibilidade para as narrativas negligenciadas, este trabalho investigativo parte de uma vigilância que interroga o próprio olhar (de sujeito pesquisadora) que elabora as análises e desenvolve perguntas e provocações. Diz respeito, portanto, a um exercício de interrogação e suspensão dos saberes que consideram conhecer as infâncias e suas nuances de modo totalizante, homogêneo e universal.

“As coisas livres são as coisas sem nome” nos diz Rubem Alves em: *O velho que acordou menino* (2015). Reconheço a impossibilidade de me despir totalmente da construção adultocêntrica ocidental pela qual me faço sujeito pesquisadora e, conseqüentemente, dos nomes dados à infância ao longo da construção histórica, mas assumo o compromisso de tentar, na medida do possível, garantir a liberdade da infância em meio às palavras escritas – essas gaiolas metafóricas que a prendem subjetivamente. Neste sentido, estabeleço como companheira uma pergunta: É possível construir uma escrita menos ousada (no sentido de definir e falar sobre a infância) partindo de um caráter aventureiro e corajoso, que desafia uma reflexão e uma narrativa *com e por meio* da infância?

Este modo de reflexibilidade busca respeitar a infância enquanto um enigma (LARRROSA, 2017), e, deste modo, está circunscrito num movimento de pensá-la como

exatamente aquilo que nos escapa, que não se dá a entender, que inquieta e desacomoda os saberes e não permite que as coisas continuem sendo como são. Propondo a compreensão da infância como um Outro, não passível de redução e objetivação, mas a partir do reconhecimento de que “a alteridade da infância é algo muito mais radical: nada mais, nada menos que sua absoluta heterogeneidade em relação a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença”. (LARROSA, 2017, p. 232).

Usualmente, quando ouvimos a palavra infância, somos lançados a imagem do seu sujeito mais óbvio: a criança. Na leitura da sociedade ocidental, habitualmente os conceitos de criança e infância são confundidos, isso porque a construção daquilo que se compreende ser a infância está atrelada a uma ideia de etapa cronológica da vida e, portanto, muito próximo da criança, de acordo com o mito antropológico descrito por Kohan (2007).

Essa concepção de infância tem contribuição, sobretudo, do campo do conhecimento da psicologia que tem como um de seus focos a decifração dos modos de desenvolvimento das faculdades psíquicas da criança, de acordo com o processo de maturação do seu corpo físico e em relação ao meio social no qual vive. Sendo assim, o sujeito se constitui em etapas: criança, adulto e idoso. Em referência ao lugar social, essa infância “ocupa uma série de espaços molares: as políticas públicas, os estatutos, os parâmetros da educação infantil, as escolas, os conselhos tutelares”. (KOHAN, 2007, p. 94). Em suma, pode ser designada pelo tempo chrónos, que tem como característica uma sequencialidade temporal linear.

Para este estudo, essa concepção se coloca como um entrave, já que o trabalho é desenvolvido com sujeitos adultos. A criança, que experienciou o contexto ditatorial brasileiro é temporal, no sentido de que os sujeitos habitaram essa condição no passado. Deste modo, como pensar infância, experiência e história na e da ditadura?

São nos estudos filosóficos e na Filosofia da Infância que se encontra terreno fértil possível para o desabrochar de outros modos de pensar infância e experiência, por meio da construção de um lugar afirmativo e potente para a infância, desestabilizando o olhar ocidental e moderno que a destinou para um lugar de passividade e incapacidade.

As primeiras definições entre crianças e adultos deram-se nos séculos XVI e XVII. Filósofos, moralistas e educadores da época se debruçaram sobre a responsabilidade de transformá-las em homens cristãos e racionais, objetivos caros ao projeto de modernização da sociedade e manutenção do status socioeconômico da classe burguesa. Nesse contexto, a infância passa a ser caracterizada como uma fase de desenvolvimento na qual o ser humano é

definido pela ausência de linguagem. Infância e criança são identificadas como sinônimos e correspondem, então, a uma etapa da vida em que o ser está muito próximo do natural e necessita de uma educação formadora, a partir da qual será possível sua participação, como sujeito, na sociedade. (PAGNI, 2010).

Ao longo da história esse sentido original, destinado a criança e a infância, vai sofrendo modificações, até corresponder a uma concepção de que se trata de um período da vida que precisa ser superado por meio do acesso a racionalidade, como se a ausência de fala articulada fosse apenas uma característica dessa etapa de vida, e não uma condição que o sujeito carrega durante toda sua existência. Deste modo, a arte da Pedagogia está voltada para a responsabilidade em governar essa infância primitiva, estranha e tão próxima do natural, garantindo a construção de um sujeito adulto que corresponda às instituições, regras e normas estabelecidas. (PAGNI, 2010).

Na ânsia por dominar e normatizar, afim de construir uma sociedade moderna, do futuro, a infância é silenciada e o sujeito mais próximo a ela, a criança, é caracterizada como um ser ignorante e a ser disciplinado. De acordo com Larrosa (2017), a educação diz respeito à forma que a sociedade em geral recebe aqueles/as que estão chegando ao nosso mundo. São os espaços oferecidos, pelos que aqui já estão, àqueles/as que nascem. Esse receber o Outro ficou a cargo da Pedagogia, que cumpriu e cumpre um papel social de preparação das subjetividades dos novos chegados, afim de garantir a execução do projeto planejado de sociedade.

Esse Outro que chega não é recebido na sua alteridade, mas como alguém a ser moldado para que se torne igual. Expropria-se da infância o seu enigma, “a experiência da criança como um outro é a atenção à presença enigmática da infância, a esses seres estranhos dos quais nada se sabe e a esses seres selvagens que não entendem nossa língua”. (LARROSA, 2017, p. 232-233). É pela presença enigmática da infância que há possibilidade de fazermos outros de nós mesmos:

A infância, a natalidade, o corpo sem lei, a estética, é o que salvam o mundo de sua caduquice, de sua “ruína normal”, natural. Há mundo novo, criação, transformação porque há infância, porque é possível frutificar o acontecimento que leva consigo cada nascimento. A infância é o reino do “como se”, do “faz de conta”, do “e se as coisas fossem de outro modo...?”, a forma única e, a uma só vez, múltipla de todo acontecimento; é levar a sério a novidade de cada nascimento; é impedir que cada nascimento se acabe em si mesmo; é estender o nascer à vida toda e não apenas no acontecimento biológico do parto[...].” (KOHAN, 2007, p. 111).

Compreendida a partir de um tempo oposto ao da cronologia, a concepção de infância com a qual essa investigação se fundamenta pertence a outro tempo, *aión*, “é a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do “seu” lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados.” (KOHAN, 2007, p.95), compreendida a partir de um tempo de duração não passível de ser numerado e não sequencial, trata-se da infância enquanto experiência.

O projeto fundamental da ciência moderna se funda sobre a necessidade de dominação da natureza em busca de uma verdade universal. Utilizando-se do método Cartesiano, o conhecimento passa a ser produzido a partir da expropriação da experiência do sujeito, ou seja, somente a experimentação científica, fundamentada em métodos, técnicas e formas mensuráveis de conhecer os objetos, é que garante a verdade e o conhecimento sobre determinado objeto:

Em um certo sentido, a expropriação da experiência estava implícita no projeto fundamental da ciência moderna. A experiência, se ocorre espontaneamente, chama-se acaso, se deliberadamente buscada recebe o nome de experimento. (AGAMBEN, 2005, p.25)

Giorgio Agamben (2005) traça um paralelo entre infância e experiência buscando encontrar um novo lugar para a experiência expropriada do sujeito pela ciência moderna, por meio da experiência infantil. De acordo com o autor, é no interstício que separa o humano e a linguagem que se encontra a experiência, como forma de explorar o novo e o desconhecido. É justamente porque nascemos seres sem linguagem, não encerrados numa língua, e carentes por aprender a falar e a ser falados, que temos experiência e história e infância. Deste modo, Agamben se contrapõe a imagem de uma possível experiência muda:

A ideia de uma infância como uma <<substância psíquica>> pré-subjetiva revela-se então como um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância. (AGAMBEN, 2005, p. 59).

A experiência só pode ser conhecida em direção à linguagem, pois o sujeito é uma realidade de discursos e, assim sendo, aquilo que se busca ter experiência é a própria língua e isso é possível por sermos infantes. Não há infância sem experiência e linguagem, não há experiência sem infância e não há história sem infância, experiência e linguagem:

[...] talvez seja justamente neste círculo que devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se, aliás, ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito. (AGAMBEN, 2005, p. 59).

Uma educação que nega a infância e a experiência perde sua ética do cuidado de si mesmo. O movimento de educar o Outro desvela o que somos, quem somos e o que queremos com a educação e o que queremos fazer de nós mesmos, este movimento se desloca numa relação de si para consigo, já que ao encontrar com o Outro na sua alteridade, encontramos com nós mesmos. Este movimento de cuidado de si não deve se confundir a um lugar a se chegar, tal como o projeto futuro de sociedade, mas estar lançado em direção a reflexões sobre uma nova ética, um novo olhar para a infância, uma ideia de um vir a ser, mesmo que não saibamos de que maneira, uma possibilidade de fazermos outros de nós mesmos. (LIMA, 2006).

De acordo com Kohan (2011, p.244) “experiência e infância (experiência da infância, infância da experiência) são condições de possibilidade da existência humana, sem importar a cronologia e a idade.” (KOHAN, 2011, p.244). Em que pese, é importante destacar que habitamos as duas infâncias (cronológica e a do tempo da experiência) as quais convivem simultaneamente, ou seja, não são excludentes entre si: suas “linhas se tocam, se cruzam, se enredam, se confundem” (KOHAN, 2007, p. 95). O foco aqui não está em dicotomizar os conceitos e construir um debate entre certo e errado ou entre verdadeiro e falso, mas pensar as possibilidades:

O que está em jogo não é o que deve ser (o tempo, a infância, a educação, a política), mas, o que pode ser (pode-ser como potência, possibilidade real) o

que é. Uma infância afirma a força do mesmo, do centro, do tudo; a outra, a diferença, o fora, o singular. Uma leva a consolidar, unificar e conservar, a outra a irromper, diversificar e revolucionar. (KOHAN, 2007, p.95).

Pensando neste sentido (das potencialidades das infâncias que habitamos), suponho ser fecundo fazer o exercício teórico de inserção da condição do nascimento para contribuir com o aprofundamento da discussão. O que seria o nascer? Pode-se colocá-lo como o instante em que algo novo tem início? E o que fazemos com os/as nascidos/as?

A infância se configura como a condição que alimenta a descontinuidade da nossa própria história enquanto humanidade: “isso porque todo nascimento é nutrido por uma ideia de continuidade e de ruptura com o presente, na expectativa de que os nascidos incorporem as tradições das gerações mais velhas, mas também as atualize e as renove, dando ao mundo um novo curso”. (PAGNI, 2010, p.67). Neste sentido, infância e nascimento são conceitos interrelacionados, o acontecimento do nascimento precede a infância e:

[...]se a infância seria um estado no qual algo vai tomando forma, a natalidade é o momento em que algo novo se inicia, não podendo se compreender uma noção sem a outra, pois é necessário o nascimento para que a vida humana adote uma forma e, ao mesmo tempo, formas para que o mesmo inicie algo novo no mundo. Por isso, em uma infância sem natalidade não haveria criação, reproduzindo a formação sempre igual e a cultura existente; por sua vez, em uma natalidade sem infância não haveria aprendizagem nem preparação, tudo ocorreria naturalmente sem rupturas, a partir de um vazio e de um constante começar do zero. (PAGNI, 2010, p.66)

A novidade do nascimento encontra na habitação da infância a possibilidade de tomar uma forma imprevisível daquilo que já está posto, ou seja, é potência no sentido revolucionário das formas de vida já existentes, pois continuamente evidencia que as coisas, tais como as conhecemos, podem ser feitas, experienciadas e compreendidas de outras maneiras distintas. Sacodem nossas verdades num movimento de despertar para pensar a eternidade e a finitude de nossas existências nos lançando, assim, ao movimento de olharmos a nós mesmos.

A infância, como uma linha de fuga, como um outro enigmático que não se deixa capturar e que resiste a submissão e ao assujeitamento. A curiosidade, as perguntas, as inquietações, a desacomodação de saberes, são ofensivas, desafiadoras, subversivas. O outro,

esse estranho, estrangeiro, é compreendido como uma ameaça. A forma como inscreve sua existência no mundo, sua diferença, intimida o poder de controle do totalitarismo já que este “supõe a pretensão de projetar, planificar e fabricar o futuro, ainda que para isso tenha de antecipar e produzir, também, as pessoas que viverão no futuro, de modo que a continuidade do mundo permaneça garantida” (LARROSA, 2017, p. 237).

Diante disso questiona-se: o que constitui um projeto de futuro de uma nação que perpassa por um regime de ditadura que age por meio de violências diversas em sua população objetivando o seu controle? E, pensando nas ditaduras num contexto amplificado, que projeto de futuro para a América-Latina é imposto por meio das ditaduras de Segurança Nacional? O que significa pensar a infância brasileira nos contextos de violências da ditadura até os dias atuais? Apesar de me debruçar sob o contexto do Brasil, na tentativa de pensar tais interrogações, é fundamental ampliar geograficamente essas perguntas afim de demarcar um posicionamento político que reivindica uma localização histórica, geográfica, política, cultural e social, buscando destacar as relações de poder e exploração, que se constituem de longa data e modernizaram-se na contemporaneidade.

Na esteira do que propus pensar acerca das duas dimensões da infância, *chrónos* e *aión*, ou seja, constituídas e constituintes de duas temporalidades, é possível e necessário então, colocá-las na perspectiva de uma política compreendida como majoritária e minoritária, simultaneamente (KOHAN, 2007). Isso significa dizer que uma infância pensada a partir da macropolítica é aquela na qual se imprime um projeto futuro de nação, é compreendida, portanto, como um lugar vazio, no qual é possível produzir os sujeitos futuros, as crianças são consideradas como um *vir-a-ser* sujeitos e para isso são construídos projetos políticos por meio do Estado, que trabalha na subjetivação de sujeitos que comporão um projeto de sociedade futura. Contudo, habita-se o espaço da micropolítica concomitantemente, e nele são possíveis as mais diversas formas de resistência ao totalitarismo:

Na macropolítica, o possível é o que antecipa o real, e o real é o que atualiza o possível a partir de um projeto político, ou político-educacional. Nela, o possível é anterior ao real e dá sentido a uma prática política. [...] Uma micropolítica não parte da infância como possibilidade nem define uma educação que transforme a infância, atualizando suas já pensadas potencialidades. Uma micropolítica gera novas potências infantis, *devircriança*, infantilizar. O possível é criado pelo *devenir*, pela experiência, pelo acontecimento, pelo infantilizar. (KOHAN, 2007, p. 93-94).

A infância a qual pretendemos o encontro neste estudo é a minoritária, que se circunscreve na micropolítica, nos acontecimentos e rompimentos da história “que se encontra numa linha de fuga, num detalhe; a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes” (KOHAN, 2007, p. 94). E como acessá-la nesse contexto?

Afirmamos a infância a partir do seu caráter indizível e inefável, a descrevendo como o lugar em que é possível ocorrer a tradução, daquilo que experienciamos, em linguagem e narrativa. O ser humano se constitui pela e para a linguagem e a infância pode ser localizada justamente nesse interstício. A experiência que se tem, portanto, é a da própria língua e, deste modo, é essa condição de existência que permite que algo como a história seja possível:

Pois é óbvio que, para um ser cuja experiência da linguagem não se apresentasse desde sempre cindida em língua e discurso, um ser que já fosse, portanto, sempre falante e estivesse sempre em uma língua indivisa, não existiriam nem conhecimento, nem infância, nem história: ele seria desde sempre imediatamente unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se. (AGAMBEN, 2005, p.14).

O homem habita a infância e, por meio dessa condição, experiencia a linguagem, e diz de si e do mundo a partir das sensações que lhes são próprias, se traduz em uma narrativa e se constitui como sujeito, portanto, na linguagem. A infância é, à vista disso, compreendida como um *experimentum linguae* que se dá “através da morada infantil na diferença entre língua e discurso”. (AGAMBEN, 2005, p.14).

As palavras de Agamben suscitam uma reflexão em torno de como as crianças são representadas pelos adultos na construção da sua história. Scott (1995, s/p.) inicia o texto dizendo: “Aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, tem uma história”, apesar de ser um texto focado na questão de gênero, tal proposição é muito pertinente para pensar a historicidade das palavras criança e infância. Maria Cristina Soares de Gouvea, em texto que trata sobre a escrita da história da infância: *O adulto escreve a infância e inscreve a criança*, aborda como a produção de documentos construída pelos adultos se configuram como a fonte predominante para a escrita da história da infância. Neste sentido a autora nos diz:



[...] a documentação produzida pelo adulto espelha as expectativas sociais dirigidas ao sujeito infantil, mais do que expressa suas formas de inserção num determinado momento histórico. Os discursos e práticas de socialização, ao dirigirem-se à criança, constroem um imaginário sobre a infância, produzindo modelos de gestos, hábitos, comportamentos que são material de socialização nos processos de formação de tais atores. A criança é também produto de tais práticas e discursos. (GOUVEA, 2009, p.106).

Há que trazer para o debate nesse ponto do texto uma problematização em torno dos modos como a história da humanidade foi produzida. A historiografia tem exercido um grande trabalho em colocar em pauta o caráter excludente das formas de produção das histórias oficiais, evidenciando, sobretudo, como a sua construção trabalha no sentido de ocultar a história dos grupos compreendidos como “perdedores” e a enquadrar a história dos “vencedores” como uma narrativa oficial da nação. (POLLAK, 1989).

Um dos grandes instrumentos que fundamenta tal perspectiva é a defesa de uma descrição dos fatos pautada em documentos oficiais e a negação da memória e dos relatos orais como uma fonte contributiva no processo de construção da história e, desse modo, “o paulatino descrédito da tradicional história do tempo vivido afetou gravemente o papel da testemunha ocular”. (FICO, 2012, p. 47).

Contudo, houve uma reabilitação da História do Tempo presente após as experiências da primeira e, sobretudo, da Segunda Guerra mundial, a partir da qual houve um aumento do interesse na narrativa daqueles e daquelas que se configuram como testemunhas vivas dos acontecimentos. Sua característica está justamente no fato de que sujeito e objeto de estudo se encontram imbricados numa mesma temporalidade e essa singularidade traz em seu bojo questões epistemológicas importantes e desafiadoras para a produção científica na construção da historiografia de determinado contexto.

Napolitano evidencia o cerne da problemática que assola o/a historiador/a que se debruça sobre a História do Tempo Presente: “Como conciliar a ‘verdade histórica’, que o impele para a objetividade, e o respeito à ‘verdade da vítima’, cuja narrativa seminal é o testemunho subjetivo”. (NAPOLITANO, 2020, p. 19). O ponto central da questão está em compreender como a memória tem interferência na construção histórica, afim de não se deixar levar por uma análise simplista da problematização, mas destacar a grande complexidade posta quando se pretende trabalhar com relato oral.

Este é um desafio que está posto atualmente a todos/as que reconhecem as memórias marginalizadas e os processos de apagamento e silenciamento de sujeitos por meio das narrativas oficiais da história. Tomando a infância, como experiência em relação a história, Kohan, citando Agamben, destaca que “Não há progresso na história humana. Porque há infância (experiência), ela não pode ser contínua, linear e natural.” (KOHAN, 2011, p. 244).

Deste modo, a infância e a experiência se caracterizam pelo acontecimento, pela ruptura e não linearidade da história, sendo perspectivada para além de uma etapa cronológica da vida:

Assim, o conceito de infância proposto por Agamben tem um duplo impacto na forma dominante de pensar a infância. Por um lado, ela deixa de estar associada a crianças, e a sua visão concomitante como seres humanos pequenos, frágeis, tímidos. Por outro lado, ela passa a ser a condição de rupturas, experiência de transformações e sentido das metamorfoses de qualquer ser humano, sem importar sua idade. (KOHAN, 2011, p. 247).

Em março de 2021, dias antes da explosão da crise sanitária de pandemia no Brasil, ocorreu o seminário intitulado: *Infâncias latino americanas, resistências e luta pelos direitos*, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual contou com a presença da professora Patricia Redondo como convidada. Ao falar das infâncias, a autora nos chama a atenção para a necessidade de articular a compreensão do lugar marginalizado que a América Latina ocupa dentro da hegemonia global e como essa condição interfere diretamente nas infâncias que constituem nosso território. As questões econômicas são de fundamental importância para compreender como se consolidam democracias frágeis e de baixa intensidade e, conseqüentemente, uma cidadania frágil. Tal condição deságua, entre outros elementos, em processos de cunho homogeneizante e eurocentrados na sociedade como um todo. Na esteira da reflexão de Redondo, cito Boaventura Santos:

Tenho defendido as epistemologias do Sul como uma das vias para promover tais aprendizagens [aprendizagens globais] – e de o fazer a partir das experiências dos grupos sociais que sofrem nos diferentes países a exclusão e a discriminação causada pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Ora, as necessidades e as aspirações de tais grupos sociais deve ser a referência privilegiada das forças de esquerda em todo o mundo, sendo as aprendizagens globais um instrumento precioso nesse sentido. (SANTOS, 2018, p. 8-9).

O que as aprendizagens globais podem significar em termos práticos? Talvez, possamos supor em pensar justamente a infância da América Latina, reconhecendo nossas potencialidades circunscritas na diferença, os conhecimentos da nossa terra, da nossa ancestralidade, da cultura dos povos originários. Uma infância, inscrita numa experiência de continente, capaz de romper com uma narrativa linear que solidificou ao longo dos anos uma passividade diante das mais diversas explorações a que nosso território é submetido no jogo da globalização e do capital:

La cartografía latinoamericana presenta un mapa cultural único, donde el castellano y el portugués como lenguas estándares comparten territorios lingüísticos con aquellas propias de los pueblos originarios como el wichí, el mapuche, el quechua, el guaraní, el quiché, el aimara, nahualtl, maya, entre tantas otras. Es una región verde, sonora y de una riqueza cultural incalculable, pero que al mismo tiempo y como traumático contrapunto, es extremadamente pobre social y económicamente, desde hace siglos. Pensar hoy en la infancia latinoamericana es una tarea de carácter urgente. (REDONDO, 2015, p. 155).

O que se argumenta a partir dessa tessitura escrita é a possibilidade, e mais do que isso, a necessidade urgente de pensar a sociedade e, sobretudo, a América Latina a partir das infâncias, repensando os lugares de miséria e vulnerabilidade com o qual recebemos aquelas e aqueles que chegam ao nosso mundo. É necessário, portanto, politizar o debate sobre as infâncias a partir de uma análise entrelaçada com as formas de produção e reprodução do capitalismo que se fazem, entre outros elementos, por meio da concentração de riqueza, exploração colonialista moderna latino-americana, a crescente desigualdade social, que se estruturam no racismo, na dominação heteropatriarcal e de geração, elementos traduzidos por Boaventura como “fascismo social.” (SANTOS, 2018, p.29).

É tomando a infância, a experiência e a história, fundamentada nos conceitos filosóficos apresentados, que tentamos buscar encontrar as experiências das infâncias de mulheres, adultas, que viveram o regime militar na condição de crianças. Que infâncias são narradas por essas mulheres? Suas vozes inscrevem histórias violentas? Considerando que eram crianças em determinado contexto, suas experiências cabem num lugar de vítimas somente? Que tempo de infância é narrado por elas? Pode-se acessar outros lugares, sujeitos e narrativas a partir de suas experiências? O que nos dizem sobre o Brasil e sobre outros países latino americanos que passaram por ditaduras que a história oficial não inscreve?

Tratando-se de histórias subterrâneas, escondidas, minoritárias e, sobretudo, silenciadas, surge uma nova problemática: onde e como encontrar com tais narrativas? Tendo vista que os lugares pelos quais vou transitando em decorrência da militância e da inserção na academia, são em geral, ligados a movimentos de resistência e que contém uma leitura histórica, posicionei meu olhar, minha escuta e meu interesse dentro desses espaços voltados a buscar os (des)aparecimentos das infâncias.

Assim, vou traçando narrativamente os caminhos percorridos para encontrá-las. Primeiramente trago um pouco sobre uma produção mais científica, no sentido de busca e mapeamento de pesquisas recentes sobre infâncias e ditaduras e, num segundo momento, traço os caminhos percorridos pelas minhas próprias andanças que marcam encontros e desencontros com infâncias.

## ALGUNS PASSOS QUE SITUAM A INFÂNCIA E DITADURA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Ocupando-se de duas grandes temáticas: a experiência da infância e a ditadura brasileira, essa investigação aproxima tais objetos de estudo que reclamam serem perspectivados de maneira mais exploratória e profunda. A primeira, pensada a partir do campo de conhecimento dos Estudos da Infância, requer um exercício no qual assumimos nossa ignorância e carência, compreendidas como potência para pensar a infância livre dos *saberes-que-já-sabem-tudo*, requer, portanto, um caminhar de mãos dadas com o não-saber. (LIMA, 2006). No que tange ao contexto ditatorial, foi-se consolidando na história uma narrativa linear acerca do período em questão, narrativa esta que vê o seu prazo de validade se esgotando diante dos questionamentos que a história presente e o vivido na atualidade fazem ao passado, reivindicando um lugar para experiências plurais de sujeitos outros.

Assim, se emprega um exercício arqueológico por meio do qual, a partir de uma movimentação exploratória, se busca encontrar o objeto infância. Esse movimento possibilita um encontro dialético em que tanto a infância pode nos revelar narrativas plurais que inscrevem experiências singulares em determinado tempo histórico, quanto a ditadura - quando acessada de maneira verticalizada até as camadas de narrativas soterradas - revela infâncias desaparecidas.

Uma das características de um trabalho que focaliza a ditadura buscando a infância é o próprio desaparecimento desta. Deste modo, faço a opção em construir um mapeamento sobre as produções acadêmicas que focalizam as infâncias e a ditadura brasileira como ponto de partida para pensar o processo de pesquisa, afim de compreender como vêm sendo pensadas e se vem sendo pensadas. Tal panorama foi constituído sobre pesquisa realizada na plataforma do banco de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>8</sup>, especificamente no catálogo de teses e dissertações.

A escolha por esta base de dados (CAPES) se deu em decorrência do fato de já ter realizado levantamento semelhante, em pesquisa anterior (de especialização)<sup>9</sup>, na plataforma

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 09/07/2020.

<sup>9</sup> Disponível no repositório da biblioteca do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú, sob o título: "A gente vivia aquilo, tinha que saber": a experiência da infância no contexto da ditadura civil militar brasileira / Amanda Vidal Silva; Orientadora: Cristiane Aparecida Fontana Grüm. Link: [https://pergamumweb.ifc.edu.br/pergamumweb\\_ifc/vinculos/000017/000017ad.pdf](https://pergamumweb.ifc.edu.br/pergamumweb_ifc/vinculos/000017/000017ad.pdf). Acesso em 15/09/2021.

da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, assim, considerar tanto uma oportunidade de alargamento da visualização de tais estudos em outra base de dados, quanto a possibilidade de comparação dos dados gerados e resultados em ambas. Importa ressaltar que as palavras-chave utilizadas na investigação na plataforma da BDTD se diferem daquelas usadas nesta investigação na CAPES, contudo, ambos levantamentos tem a prerrogativa de apresentar um panorama geral de publicações que se aproximam e/ou convergem com a temática de estudo proposta nesta investigação.

As palavras-chave utilizadas no campo de busca da CAPES foram divididas em três categorias principais, com a finalidade de contemplar de forma ampla os objetos de pesquisa, da seguinte forma: 1) Infância, criança e filhos; 2) Ditadura, Regime Militar e Militarismo; 3) Memória, Centros de memória, Narrativas, História. Conforme Quadro1 que consta como apêndice nesse trabalho.

As palavras puderam ser combinadas de 36 maneiras distintas sendo todas elas lançadas no campo de busca ampliada da plataforma CAPES. Os trabalhos acadêmicos foram organizados e categorizados de acordo com os seus dados principais (bem como a respectiva combinação de que foi proveniente), numa planilha de excel, por meio da qual foi possível filtrar, agrupar e selecionar as informações de maior interesse, podendo assim, gerar dados e construir um mapeamento sobre tais publicações.

A pesquisa revelou um total de 09 estudos que se relacionam com a temática proposta nesta investigação (os quadros construídos constam como apêndice neste trabalho). Os anos de publicação se concentram entre 2015 a 2018, sendo 7 dissertações e 2 teses. A respeito dos campos de conhecimento, os estudos se apresentam nas áreas de: Antropologia social; Direito Público; História; História Social e Letras. Em relação especificamente à posição geográfica, as pesquisas encontram-se localizadas nos estados de Santa Catarina -SC, Rio Grande do Sul – RS, Minas Gerais -MG, Rio de Janeiro -RJ, São Paulo -SP e Rio Grande do Norte -RN.

Diante deste mapeamento, em relação às pesquisas encontradas e os campos de conhecimento que estão a produzir sobre as temáticas objetos deste estudo, é possível perceber, tanto o escasso número de investigações, quanto a predominância de tais pesquisas na área de conhecimento da história.

---

Os dados gerados nos fornecem pistas para pensar as possíveis contribuições desta investigação, uma vez que, estando concentrada na área dos Estudos da Infância se fundamenta numa perspectiva que pauta a infância como foco central de análise e construção discursiva dos processos históricos, compreendidos, dentro de tal referencial teórico, de maneira interdisciplinar e a partir de uma história da infância que se posiciona criticamente ao modelo evolutivo universal e, assim, concebe a possibilidade de uma verticalização histórica, buscando superar a análise evolucionista de um tempo unitário da história, revelando:

[...]uma diversidade de processos históricos, em que a experiência da infância diferencia-se de acordo com categorias sociais definidoras da identidade infantil, como gênero, classe social, etnia, religião, categorias que vem sendo contempladas no seu entrelaçamento nas investigações mais recentes. (GOUVEA, 2009, p.99)

A perspectiva dos estudos recentes da história da infância compreende, portanto, o tempo das rupturas, dos acontecimentos, da *micro-história*, como modos que contemplam outros ritmos históricos no qual concebe a infância como tema de narração. Tais apontamentos nos lançam, ainda, a refletir sobre o modo adultocêntrico com o qual temos operado na construção da história sobre/da criança e que “espelha as expectativas sociais dirigidas ao sujeito infantil, mais do que expressa suas formas de inserção num determinado momento histórico.” (GOUVEA, 2009, p.106).

Na pesquisa bibliográfica sobre a obra *Infância Roubada* (2014) encontrei as primeiras pistas sobre a escassez de narrativas das infâncias sobre a ditadura brasileira nos próprios depoimentos dos sujeitos. Marta Nehring, uma das mulheres cuja narrativa compõe a obra, ao narrar sobre a construção realizada por ela, no documentário *15 filhos*, inscreve como o silêncio, que perdurou durante anos, culminou no não registro de histórias plurais e, de certo modo, alimentou uma única história oficial, ela diz:

Decidimos gravar depoimentos de vários “filhos” e depois editar para, quem sabe, juntando as memórias, que a gente conseguisse passar para as pessoas da plateia algo que resultasse no retrato de uma experiência em comum – que nós mesmas não sabíamos qual era, pois cada uma vivera “aquela história” no mais absoluto isolamento [...] Eram tão sérias as regras de segurança, era tanto o medo, que nunca trocamos uma palavra. [...] O *15 Filhos* foi o momento no

qual os “filhos” descobriram que tinham uma experiência coletiva. Faziam parte da mesma tribo. Para mim, foi o primeiro passo em busca da minha identidade” (INFÂNCIA ROUBADA, 2014, p. 45-46).

Realizando uma breve comparação com o mapeamento realizado na pesquisa anterior (ainda na especialização, a partir da plataforma BDTD (2018), foi possível observar um aumento em relação a quantidade de pesquisas com foco na infância em determinado contexto histórico. Em pesquisa anterior obtive um único resultado e este número foi ampliado para 09 nesta investigação.

A única pesquisa encontrada na plataforma da BDTD foi resultado das palavras-chave A4: infância, ditadura e militantes. Trata-se de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, intitulada: “*Não sei e não quero dizer*”: tortura e infância na ditadura civil militar brasileira (1964-1985) de Luisa Rita Cardoso, publicada em 2015. Este estudo apareceu como resultado também neste mapeamento realizado na CAPES fruto da combinação A3: Infância, ditadura e narrativas.

Além dos nove estudos situados neste breve mapeamento, importa destacar duas publicações encontradas no decorrer da investigação. Trata-se do livro: *Cativeiro sem fim. As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*, de autoria de Eduardo Reina, publicado em 2019 e do artigo intitulado *Os filhos da causa: memórias de filhos de exilados do regime militar (1964-1985)*, dos autores Marcelo Henrique da Costa e Ricardo Vieiralves de Castro publicado em 2015.

Esse primeiro movimento de busca sobre a infância na produção acadêmica foi um modo de iniciar e, embora tenha percorrido o caminho institucional neste primeiro momento, o percurso da própria pesquisa levou-me ao encontro de muitos outros registros que se localizam fora dos espaços institucionalizados, esse trajeto percorrido por mim, enquanto sujeito pesquisadora, é narrado na sessão seguinte.

O que importa destacar com esse percurso é o fato de que o “pouco” de produção encontrada na academia sobre as experiências da infância no período ditatorial foram levadas até ela por um movimento de garimpagem – realizado por sujeitos interessados em tal objeto de estudo – obtidos (e gerados) em outros lugares. O próprio trabalho da professora Patricia Gallardo (apresentada na sessão seguinte) é uma referência neste sentido. A pesquisadora em questão realizou um trabalho por meio do qual garimpou fotografias, desenhos, diários e cartas guardadas nos seios das famílias que não imaginavam serem possuidoras de documentos históricos.



O que quero dizer com isso é que a infância se encontra em outros espaços como: museus, ruas e Lugares de Memória<sup>10</sup>, nos poemas e álbuns de fotografias familiares, não sendo a academia o único local de produção de conhecimento e/ou memória e história, arrisco a dizer o contrário, inclusive. O percurso descrito na próxima sessão narra alguns desses outros lugares e espaços que registram implícita ou explicitamente as infâncias.

---

<sup>10</sup> O termo Lugares de Memória é conceituado mais adiante no texto.

## LUGARES DE MEMÓRIA QUE INTERROMPEM O ESQUECIMENTO: ACONTECIMENTO E EXPERIÊNCIA

O mapeamento descrito anteriormente sobre as infâncias no contexto ditatorial não diz respeito somente a um movimento de busca nas plataformas de produção científica (este foi apenas o ponto de partida) mas acontece, por entre outros lugares, por meio das minhas próprias andanças e que, neste momento, se caracterizam como o deslocamento corporal enquanto sujeito pesquisadora e, dessa forma, diz respeito ao próprio caminho que a pesquisa foi tomando a partir disso, olhando-a de um lugar que A compreende como sendo a própria vida.

“O caminho se faz caminhando” essa frase foi evocada pelo Subcomandante Marcos, indígena mexicano que lidera o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Marcos é o nome de um militante que foi morto em confronto com os militares e o movimento zapatista utiliza os nomes daqueles que se foram como forma de lembrança e perpetuação da luta, uma maneira simbólica de reviver, por meio da memória, os mortos, de maneira que possam continuar existindo.

Assim narra Sônia Haas: antes de ser morto, seu irmão realizou grandes feitos:

ele deixou belas marcas, **tá cheio de menino aí com o nome dele, tá cheio de homenagem. É um barato encontrar essas pessoas, essas histórias. Tão bonito** assim. Então pronto, quer dizer, **eu acho que ele cumpriu o que ele queria.**

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Aqueles e aquelas que doaram suas vidas pela luta, por um existir politicamente e por uma concordância ética em que prática e discurso não se contradizem, continuam tendo suas lutas perpetuadas por meio da memória, das mãos e das ações daqueles/as que aqui ainda estão. E é no caminhar em busca dessa história que os legados dessas pessoas vão surgindo, por entre nomes que homenageiam, por histórias desaparecidas no silêncio que atravessam os anos, por lugares habitados no passado e no presente. E é apenas no movimento, no caminhar, que os encontros com as histórias desses sujeitos é possível.

O caminhar foi um traçado característico dessa investigação, que não tem um começo e um fim, mas se constitui de inícios e alguns fechamentos - que se abrem para outros inícios se

assim se pode dizer. O deslocamento corporal desta pesquisadora pelos lugares de militância, pelos simpósios e colóquios, ocorridos em Santa Catarina, Brasília, Goiânia e por uma visita específica para o Chile são os caminhos que promovem o nascer do campo.

Assim, narro um pouco das infâncias que pude encontrar (e das ausências, ou seja, dos desaparecimentos das infâncias) ao caminhar pelos Lugares de Memória e que se constituem como uma sequência do mapeamento das produções sobre infância e ditadura que têm o ponto de partidas na plataforma da CAPES e vai tomando outras configurações por meio das andanças.

“É necessário estar sempre preparada para o encontro” é o que me aconselha Sônia Haas (NARRATIVA SÔNIA HAAS, 2021), fazendo referência aos caminhos de quem busca uma história desaparecida. Tanto as infâncias, no plural – que desaparecem em referência a infância, no singular, normatizada – quanto a própria ditadura – que em si mesma é uma história ocultada pela narrativa oficial liberal e negada pelos saudosos do regime militar – ocasionam, na trajetória daqueles e daquelas que buscam fazer aparecer sujeitos e narrativas, encontros que irrompem de maneira brusca o cotidiano.

Em minha trajetória não foi diferente, os encontros com pessoas e lugares culminaram em trocas de conhecimento, construção de relações e reflexões importantes que foram constituindo o próprio caminho percorrido com a pesquisa. Muitos dos sujeitos e dos percursos estão inscritos neste estudo e, conseqüentemente, no modo de olhar que vai dando visibilidade a algumas questões em detrimento de outras. Um modo de olhar que se estende para aquilo que é a minha ação cotidiana nos espaços de luta que ocupo.

Tratando especificamente sobre as andanças pelos Lugares de Memória, estes lançaram-me a reflexões importantes que culminaram em alguns questionamentos: como organizamos a memória na nossa sociedade? como o deslocamento corporal nos remete a uma experiência diferenciada com o tempo, a cultura, os sujeitos, ou seja, a própria vida (que é, também, a pesquisa em si)? Por onde as infâncias se inscrevem nesses outros lugares? Onde e como encontrá-las?

Em especial a questão do deslocamento corporal é fruto, também, da condição própria desta pesquisa a qual não pôde ocorrer de maneira presencial, dada as condições da pandemia e, portanto, foi desenvolvida de forma remota, através de encontros virtuais com as mulheres sujeitos da pesquisa e lugares. Por um lado, as tecnologias se apresentaram como ferramentas interessantes no sentido de tensionar a construção de outros meios de realização da pesquisa,

por outro, deram pistas para identificar as limitações em relação aos seus usos, sobretudo no que diz respeito ao movimento de experienciação, por parte do sujeito pesquisador, da própria pesquisa.

A intenção aqui é dar visibilidade a alguns percursos, que se deram de forma presencial, de forma virtual e por meio da narrativa dos sujeitos da pesquisa, trajetórias estas que vão iluminando desaparecimentos de toda ordem: de pessoas, infâncias, mulheres, histórias e memórias.

Os Lugares de Memórias dizem respeito a espaços por meio dos quais são preservados, para além do patrimônio material, o “espírito do lugar”, abarcando uma proteção em torno do patrimônio tangível e intangível. Tal característica particular é o que diferencia um Lugar de Memória de centros institucionais e de museus. O termo está presente na Declaração de Quebec<sup>11</sup> (2008). Trata-se, portanto, de lugares etnográficos à medida que se materializam pela memória, preservada na constituição do próprio patrimônio, dos sujeitos que o habitaram, chamado de *spiritu loci*. (SITES, 2008)

Dada a complexidade de tal empreendimento, a preservação/restauração de um lugar de memória requer uma equipe de pesquisa multidisciplinar e especialistas, além disso, compreende-se como um espaço em permanente reconstrução, tendo em vista as continuidades e descontinuidades das comunidades, suas culturas e de acordo com as práticas de memória de cada uma delas. Assim, um lugar de memória pode ser composto por vários espíritos e compartilhado por diferentes grupos. (SITES, 2008, s/p).

Importa uma breve contextualização e identificação histórico-geográfica sobre os processos ditatoriais que assolaram a América Latina, afim de que possamos partir em “viagem” pelos encontros com os Lugares de Memória.

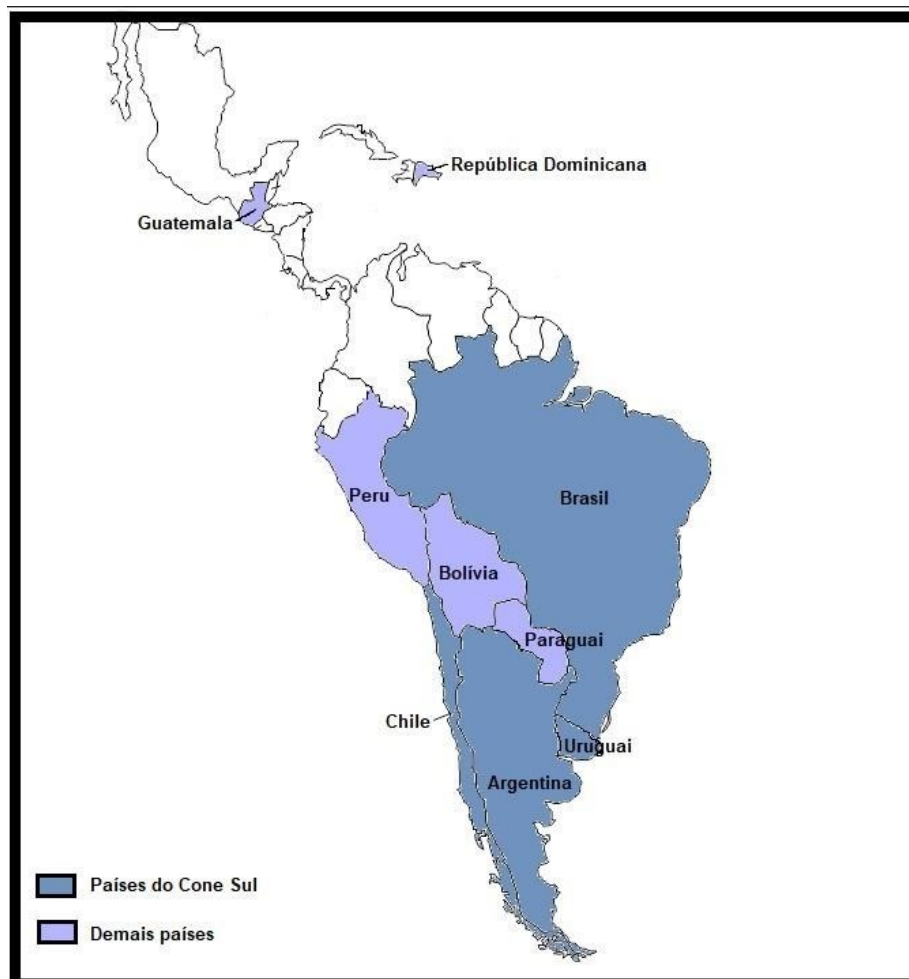
Nove dos vinte países que compõe o continente latino americano passaram por regimes ditatoriais de caráter militar e de Segurança Nacional, o mapa abaixo representa geograficamente tais países. Em azul escuro estão aqueles que compõe o Cone Sul da América Latina: Chile, Argentina e Uruguai, usualmente, por questões econômicas o Brasil é incluído

---

<sup>11</sup> O documento se encontra disponível no link: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf). Acesso em 03/12/2020.

nessa leitura. Em azul claro estão os demais países do continente: Guatemala, República Dominicana, Peru, Bolívia e Paraguai.

Figura 1 - Mapa da América Latina que localiza geograficamente os países que passaram por ditaduras



Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945) - data da história oficial, o mundo mergulha na chamada Guerra Fria, momento histórico em que duas grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS) – hoje Rússia – lutam pela hegemonia global. De um lado os EUA, pautado na ideologia capitalista e de outro a URSS, fundamentada no comunismo.

A Guerra Fria instala um novo tipo de combate em que o inimigo não é a outra nação, em que os limites territoriais de um país ou outro não se configuram como demarcações de guerra. Ao contrário, o inimigo a ser combatido neste momento era interno, ou seja, convive no mesmo país. Isso porque, tratando especificamente dos EUA, a grande preocupação deste país

em torno do objetivo de dominação e expansão, estava em garantir a erradicação da ideologia oposta dentro dos territórios latino americanos.

A revolução cubana em 1959 acendeu uma luz de alerta aos EUA que visualizaram nas ligas camponesas brasileiras a nova *Sierra Maestra*. O poder estadunidense tratou logo de organizar uma estratégia militar de guerra afim de garantir o controle dos povos do continente americano. Deste modo, interviu nas políticas de tais países. A nível de Brasil, financiou os complexos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) disseminando em todo o tecido social a ideia de que o Brasil estava ameaçado pelo comunismo. (NAPOLITANO, 2020).

É com a justificativa de necessidade de desenvolvimento econômico com segurança (ou seja, com a erradicação do comunismo) que as ditaduras latino-americanas são engendradas pelo imperialismo. Deste modo, em que pese as especificidades dos processos de cada uma delas, trata-se de uma experiência em comum entre os países latinos.

Dentre os países que nos interessa, nossa viagem parte do Chile, especificamente pela exposição intitulada: *Infancia/ditadura: testigos y actores (1973 – 1990)*<sup>12</sup> organizada pela professora Dra. Patricia Eliana Castillo Gallardo. A mostra ocorreu na Universidade de Brasília (UNB), no mês de março de 2018, compondo o *Colóquio Internacional Crianças e Territórios de Infância*. O texto de abertura da exibição revela seu objetivo:

“‘Infância e Ditadura’ é a conclusão do projeto de pesquisa ‘*Testemunhas e atores (1973-1990)*’ que reúne, fundamentalmente, criações de meninas e meninos que contam suas experiências cotidianas durante o difícil período da ditadura cívico-militar no Chile. A exposição pretende abrir histórias heterogêneas em um esforço para reverter as políticas de invisibilidade das experiências infantis nos diversos cenários históricos”. (INFANCIA/DITADURA: TESTIGOS Y ACTORES (1973-1990), 2018).

A exposição é fruto do trabalho de pesquisa da professora Gallardo, que teve como objeto de estudo dar visibilidade aos cotidianos de crianças no contexto histórico da ditadura chilena. Sua investigação reuniu um acervo de mais de 1500 documentos históricos produzidos

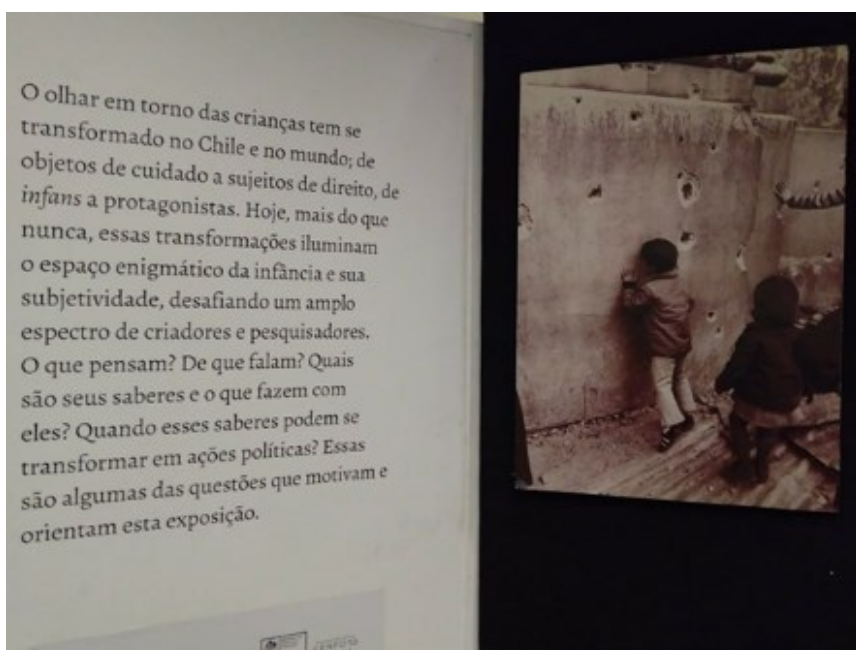
---

<sup>12</sup> <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-df/2018/03/unb-tem-mostra-sobre-infancia-e-ditadura-no-chile>. Acesso em 28/03/2021.

por crianças neste contexto, dentre eles: cartas, desenhos, diários, fotografias, etc. Suas análises acerca dessas produções têm como base os novos estudos da infância, objetivando refletir sobre a maneira como as crianças construíram a sua realidade naquele contexto, assim como a construção do seu sentido ético. Nessa perspectiva a autora pontua sua pretensão em escutar a voz da infância, uma voz que reconhece um modo particular de participar dos fatos sociais “un modo que se distancia de la pasividad, de la incomprensión o de la ingenuidade usualmente atribuída a la niñez” (CASTILLO-GALLARDO; GONZÁLEZ-CELIS, 2014, p. 909).

Abaixo apresento alguns registros realizados durante visita à mostra:

Figura 2- Imagem da abertura da amostra. Fonte: acervo pessoal (2018)



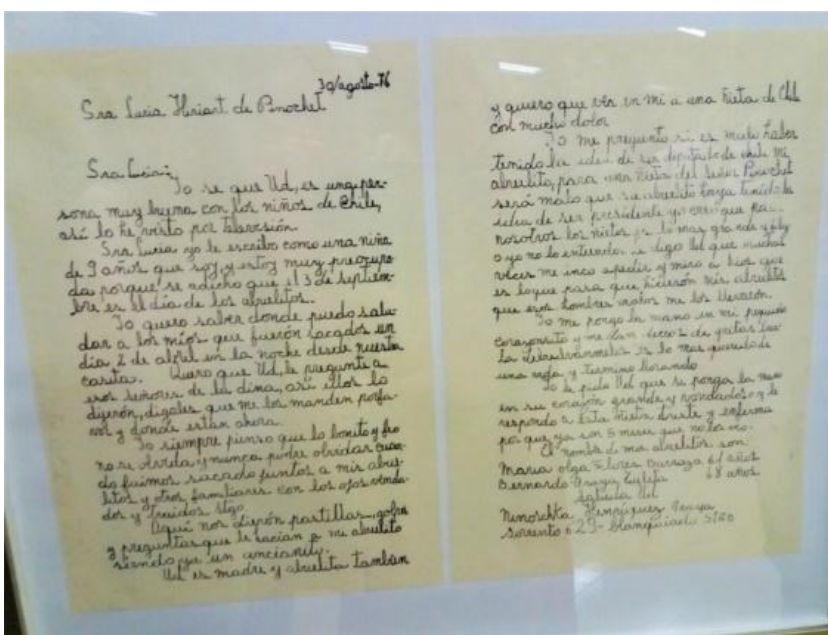
“O olhar em torno das crianças tem se transformado no Chile e no mundo; de objetos de cuidado a sujeitos de direito, de *infans* a protagonistas. Hoje, mais do que nunca, essas transformações iluminam o espaço enigmático da infância e sua subjetividade, desafiando um amplo espectro de criadores e pesquisadores. O que pensam? De que falam? Quais são seus saberes e o que fazem com eles? Quando esses saberes podem se transformar em ações políticas? Essas são algumas das questões que motivam e orientam esta exposição.”

mais do que nunca, essas transformações iluminam o espaço enigmático da infância e sua subjetividade, desafiando um amplo espectro de criadores e pesquisadores. O que pensam? De que falam? Quais são seus saberes e o que fazem com eles? Quando esses saberes podem se transformar em ações políticas? Essas são algumas das questões que motivam a orientam essa exposição.”

Figura 3 - Diários escritos por crianças no contexto da ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018)



Figura 4 - Carta escrita por uma criança de 9 anos no contexto da ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018)



"Sra. Lucía de Hiriart<sup>13</sup>  
de Pinochet (30 de  
agosto de 1976)

Sra Lucía, yo se que ud  
es una persona muy  
buena con los niños de  
Chile, así lo he visto  
por televisión.

Sra Lucía yo le escribo  
como una niña de 9 años  
que soy, e estoy muy

<sup>13</sup> Trata-se de uma carta destinada a Lucía de Hiriart de Pinochet, primeira dama, esposa do presidente ditador Augusto Pinochet. A remetente é uma criança de 9 anos de idade e questiona a primeira dama a respeito dos seus avós desaparecidos. Infelizmente a fotografia impede que a carta seja lida no seu todo. Assim mesmo considerei ser interessante transcrever aquilo que seria possível, dada a importância histórica do documento e o grau da sensibilidade que carrega em si.



preocupada porque se a dicho que el 3 de septiembre es el dia de los abuelitos. Yo quero saber donde puedo saludar a los míos que fueran sacados en dia 2 de abril en la noche desde nuestra caseta. Quero que ud, le pergunte a ellos senores de la dina, así ellos lo dizerón, digales que me los manden porfavor y donde estão ahora. Yo sempre penso que lo bonito y feo no se olvida y nunca pode se olvidrar (inelegível) fuimos sacado juntos a mi abuelitos y otros familiares. Con los ojos vendados y traidos a Santiago. Aquí nos dierón pastillas, golpes, y preguntaram que se hacian a mi abulito siendo ya un ancianito. Ud es madre e abuelita tambien yo quero que vea en mi a una nieta de Chile con mucho dolor. Yo me pregunto se es muito haber tenido ideia de ser disputado del Chile mi abuelita, para una nieta del senhor Pinochet será malo que su abuelita laya tenuta la ideia de ser president yo (ilegível) Nosostros, los nietos, yo lo mas grande (inelegível) yo no lo entenderam digo que que muchas veces me inco a pedir y miro a dios que es loque para para que (inelegível) mis abuelitos que esos hombres malos me los llevaron. Yo me pongo la mano em mi pequenino coraçõzito y me doin dicier de gritar esta (inelegível) es lo mas querido de una vida y termino llorando. Yo pido que ud se ponga la mano em su corazon grande y bonvidadoso le respondo a esta nieta triste e enferma porque ya von 5 meses que no los veo. El nombre de mios abuelitos son: Maria Olga Flores Barraza, 61 años , Bernardo (inelegível) 68 años."

Figura 5 - Fotografias, desenhos, cartas e bilhetes produzidos por crianças durante a ditadura chilena. Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018).



Atualmente a exposição é uma sessão permanente que compõe o *Museo de La Memoria e derechos humanos do Chile*<sup>14</sup>. Em abril de 2019 realizei uma viagem muito breve ao Chile, na qual encontrei-me com a professora Patricia Gallardo, que me acompanhou gentilmente em visita ao museu, explicando-me sua constituição, suas sessões e a forma de organização do espaço, entrelaçando seus relatos com a história do país. Naquele momento tinha como pretensão retornar ao Brasil com o seu livro, que seria lançado naquela semana, mas infelizmente houve uma alteração no prazo e voltei apenas com um pequeno exemplar:

<sup>14</sup> Site oficial do museu: <http://ww3.museodelamemoria.cl/>. Acesso em 03/12/2020.

Figura 6 - Mostra do livro lançado a partir da Exposição Infancia/ditadura: testigos y actores (1973-1990). Fonte: acervo pessoal (2018).



A viagem foi de apenas três dias, em decorrência do pouco tempo de permanência organizei minimamente um roteiro dos lugares que gostaria de conhecer em Santiago. No segundo dia de estadia, visitei a Biblioteca Nacional do Chile, uma das instituições mais antigas da América Latina, datada de 1831. Escolhi por me locomover de metrô e, no trajeto de retorno entre a biblioteca e a estação, percorrendo atenta os caminhos da cidade, entrei numa rua charmosa de arquitetura singular, com construções antigas preservadas e, de maneira repentina, pisei numa placa cravada entre os paralelepípedos. Nela havia a inscrição de um nome, seguido de uma idade. Ligeiramente, ao olhar ao redor fui identificando outras placas que, de igual modo, continham nomes e idades. Ao erguer meus olhos me deparei com uma porta, antiga, de madeira que denunciava: “Aqui torturaron a mi hijo”.

Figura 7 - Placa que compõe a calçada da rua Londres 38. Fonte: Google/reprodução.



Figura 8 - Porta de entrada do Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acerto pessoal (2019)



O lugar chama-se *Londres 38 Espaço de Memórias*<sup>15</sup>. Trata-se de um antigo centro de repressão e extermínio utilizado pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), um dos organismos de repressão ditatorial chilena. Este lugar esteve em atividade entre setembro de 1973, data do golpe civil militar chileno, até o fim de 1975. Durante seu funcionamento, 98 pessoas foram executadas, desapareceram ou morreram em decorrência das violências ali praticadas. Catorze dessas pessoas eram mulheres e duas delas estavam grávidas.

Apesar de inscrever a data oficial de criação e funcionamento da *Casa Londres 38*, é preciso destacar que a experiência vivida pelos sujeitos nesse lugar desconhece datas cronológicas e atravessam tempos. O fim da atuação violenta na *Casa Londres 38* não significa a interrupção instantânea das violências na subjetividade de quem ali esteve e/ou dos familiares que perderam seus entes para a ditadura. Este marco temporal de funcionamento da casa de tortura, assim como as datas que inscrevem os inícios e fins das ditaduras latino-americanas servem somente a história oficial, narrada linearmente. As ditaduras são inscritas em outros tempos para os sujeitos que a viveram, sobretudo aqueles e aquelas que dela sofreram barbaramente. É este outro tempo, de experiência (da infância) que interessa a este estudo.

Fiquei impactada com a forma como o lugar irrompeu no roteiro previamente programado. Uma casa, no centro da cidade, numa rua charmosa, inscrevendo-se num movimento abrupto de descontinuidade do olhar tranquilo de quem passa despreziosamente pelo lugar. A inscrição dura e certa de uma história desaparecida, mas que resiste ao esquecimento. Uma denúncia em meio ao centro da capital chilena de que as violências não ocorreram somente nos porões, conforme a história linear intenciona fazer com que acreditemos, mas que se espalhou pelas ruas, casas, delegacias, constituindo o passado e também o presente.

Mirei a placa novamente e neste segundo olhar, percebi que havia uma simbologia inscrita na escolha em colocar o nome acompanhado da idade, ao invés de conter a inscrição de uma data de nascimento e morte. Essa opção diz respeito a uma presentificação permanente das memórias daqueles/as que tiveram suas existências atravessadas por tamanhas violências naquele lugar. São pessoas cujas memórias, resistências e lutas não deixarão de existir, tendo sempre a mesma idade. Não morrem, porque existem na história da casa da rua Londres, número

---

<sup>15</sup> Site oficial do espaço Londres 38: <https://www.londres38.cl/1937/w3-channel.html>. Acesso em 03/12/2020.

38, Santiago, uma história de violências que constitui o Chile e os processos ditatoriais da América Latina.

Ao entrar na casa havia um quadro trazendo uma interrogação provocadora que me acompanhou durante o trajeto de conhecimento do lugar: “Como se perpetúa hoy la impunidad?”. Abaixo da pergunta, alguém, que ali esteve antes de mim (suponho que brasileiro/a), traçou em giz a expressão “Lula livre”. Decidi acrescentar o nome de Marielle Franco, por toda a representação de luta e militância que compõe a sua trajetória enquanto mulher, negra, periférica e homossexual, assassinada pelas mãos da milícia do estado do Rio de Janeiro. Um crime sem respostas, sem punição e, portanto, um exemplo de como a impunidade se perpetua no Brasil de hoje.

Figura 9 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)



O interior da casa é preservado conforme a estrutura da época, no site indicado na nota de rodapé anterior é possível acessar como se deu o processo de recuperação arquitetônica do lugar. Sobre o espaço como um Lugar de Memória e seu objetivo:

Después de años de acciones de denuncia, hoy es un sitio de memoria recuperado y abierto a la comunidad y a las organizaciones sociales. Un espacio para conocer y comprender lo que fue el terrorismo de Estado y sus consecuencias en el presente y un medio para promover procesos de memoria relacionados con la represión y con las luchas sociales y políticas del pasado reciente y del presente. De esta manera, Londres 38 busca establecer un vínculo entre esa historia y nuestra actualidad, a través de la reflexión, el debate y la creación cultural. (LONDRES38, QUIÉNES SOMOS, s/p).

Algumas outras imagens fotografadas no decorrer da minha visita ao local:

Figura 10 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)



Figura 11 - Lugar de Memória Londres 38. Fonte: Acervo pessoal (2019)



A visita a casa, a observação dos espaços preservados tal como eram no passado suscitaram uma corrente de imagens a respeito das pessoas que ali foram violentadas. Suas histórias, nomes e fotografias me remetiam aos brasileiros e brasileiras que vivenciaram situações semelhantes e tal experiência foi de suma importância para construir um olhar identitário sobre este determinado grupo de pessoas, um olhar que os identifica como resistentes não só do Chile (ou do Brasil, no caso da nossa história em particular), mas da América Latina.

A experiência sensitiva do *estar lá* gerou uma identificação instantânea entre a história do meu país e daquele país vizinho e, por um instante, sai do lugar de estrangeira e me senti pertencente a um grupo de pessoas que não só reconhece tal passado, mas que luta para que o mesmo não seja esquecido. Um grupo de pessoas que não são brasileiros ou chilenos, mas latinos. O lugar agiu de maneira afetiva por meio do reconhecimento de uma história social e coletiva.



Experiência semelhante, mas mais intensa, em decorrência do grau de parentesco e por ser uma testemunha da história, surgiu na conversa com uma das mulheres com quem me coloquei em pesquisa.

Sônia Haas havia iniciado o processo de procura pelo irmão desaparecido, mas ainda detinha poucas informações, uma delas era de que João participara da guerrilha rural, no Araguaia. Recebeu, então, a indicação de um livro que relatava a história da guerrilha no sul do Pará e ao comprá-lo foi confrontada com uma pergunta que a desconcertou: “você sabia que tem um Leopoldense que morreu nessa guerrilha?”. Não, Sônia não tinha conhecimento desse fato. O que Sônia sabia era que havia um Leopoldense que militou na luta armada do Araguaia e que estava desaparecido, mas morto, não.

Ela então decide ir até o local em que a guerrilha aconteceu, para procurar pelo irmão, por sua história e por qualquer informação:

Foi muito difícil organizar essa viagem porque era uma barreira muito grande pra eu enfrentar. **Eu tinha muito medo**, tinha muito medo, assim, do que eu iria encontrar, **de encontrar o João morto**. No meu íntimo eu tinha uma vontade de encontrar **ele vivo**. Aí a gente foi, organizou, foi eu, meu marido e essa minha prima. Aí a gente chegou em Imperatriz, que foi onde o avião desceu a primeira vez, eu enxerguei o **João Carlos**, com as mãos no bolso, **sorrindo** pra mim. Aqueles aeroportos são abertos **nã**, as pessoas caminham... Aí eu olhei e vi o João Carlos rindo assim pra mim, com as mãos no bolso, uma roupa bem simples, eu disse: **Meu Deus!!** Claro que **foi uma alucinação que eu tive**, mas eu **desmaiei nã**, **Puff!** Dentro do avião, desmaiei, vomitei, foi um negócio assim, **pura emoção**, foi muito forte, sabe. [...] a minha visão, que eu fui ter dele, lá no Araguaia, ao encontrar essas pessoas [Sônia se refere as pessoas que João ajudou militando como médico] **ã** a mesma que eu tinha quando criança, reforçou. Aquela pessoa... porque ele era alto e ele se abaixava pra falar comigo, depois tive um sobrinho, que ele conheceu, o mais velho, por um ano ele conheceu esse meu sobrinho, que ele nasceu em [19]64. **Ele se abaixava pra falar com o Gerso**, ele não pegava o **Gerso no colo**, ele deixava o Gerso onde o Gerso estava e **atã** hoje eu **faço isso com as crianças**, eu vou lá **conversar com elas**. Isso naquela **época** ninguém fazia, então assim, era uma atenção que ele me dava. Quando minha mãe não me deixava fazer as coisas: ah, todo mundo vai ao cinema, ‘mas a **Sônia não vai**’, a mãe dizia, e ele dizia: ‘**nã, mãe**. Ela vai, eu vou cuidar dela, ela vai porque ela tem que ir, **porque ela tem o direito de ir ao cinema**’. Então, essas marcas, **nã** e isso ele fez por outras pessoas. Então, esqueci de te dizer antes, **quando eu cheguei no Araguaia**, eu comecei a andar lá naquela região, imagina, isso **em 1985**, já faz tempo. Aí eu **entendi o**

que o João foi fazer, entendi! Eu digo: Ahh! Tá bom, **isso aqui i Brasil**. Aqui, **essas pessoas precisam do meu irmão**, precisaram dele e ele esteve aqui porque ele quis ajudar, daí foi fortalecendo sabe e **essas coisas foram me dando forças**, tudo que eu ouvia das pessoas, era no sentido de me empurrar pra frente.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Sônia encontrou-se com João através do lugar, das pessoas e da sua própria memória. A prática de desaparecimento forçado, ou seja, a ausência do corpo exerce a função de ocultar a materialidade do homicídio e, por consequência, traz em seu bojo um luto interminável: “o desaparecimento e a *falta de um momento de luto* assumem uma dimensão tal que impossibilita a emergência de representações de um corte, de um antes e um depois.” (TELES, Janaína., 2010, p.3). Trata-se de uma ausência permanentemente presente em que “o silêncio e o esquecimento, introduzidos pelo terror do *desaparecimento*, criam uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência dos corpos e de informações a respeito dos parentes e entes queridos”. (TELES, Janaína., 2010, p.3).

A dor, o sofrimento, a falta de informação e a impossibilidade de esquecer abastecem a busca por justiça dos que lidam com o desaparecimento de um ente querido. Sônia faz parte do Movimento de Familiares de Desaparecidos Políticos, por meio do qual luta para que a memória de seu irmão e daqueles e daquelas que, como ele, se doaram em nome de um projeto político para o país, permaneça viva.

Se aos familiares é imposta a impossibilidade de esquecer por conta do desaparecimento, o não esquecer deve ser estendido a toda a sociedade, recordando, sempre que possível, a faceta perversa do Estado que desaparece com os sujeitos que julga indesejados.

A luta mais expoente dos familiares se encontra no país vizinho, na Argentina que, durante o período ditatorial, teve mais 30 mil pessoas desaparecidas. O movimento das *Mães da Plaza de Mayo* é conhecido mundialmente, na década de 80 as mulheres ecoaram a denúncia dos desaparecimentos, seus cartazes diziam: “Aparição com vida. Com vida os levaram, com vida os queremos”. O movimento teve início com catorze mulheres, mães, que buscavam respostas do paradeiro de seus filhos e filhas desaparecidos na ditadura que assolava o país.

Em meio a dura repressão estava proibida a reunião de três ou mais pessoas em espaços públicos e ao serem abordadas pela polícia essas mulheres, estrategicamente, começaram a

circular em duplas, de braços dados, em torno da Pirâmide de Mayo. Usavam lenços na cabeça, feitos com tecido de fraldas para simbolizar o desaparecimento de seus filhos/as, mal sabiam que o lenço branco se tornaria símbolo de luta e resistência não só na Argentina, mas a nível mundial. Muitas outras mulheres juntaram-se ao movimento e até hoje se reúnem na Plaza de Mayo. (LORENZO, 2019).

Figura 12 - As Mães da Plaza de Mayo. Fonte: Propuesta. Publicado em agosto de 2017.



Figura 13 - As Mães da Plaza de Mayo. Fonte: 360meridianos. Publicada em agosto de 2014.



Uma das práticas mais recorrentes da ditadura Argentina foi o sequestro de bebês, filhos/as de militantes contrário ao regime, os quais eram doados para serem criados por outras famílias. O movimento das Mães da Plaza de Mayo permanece ativo e resistindo até os dias atuais e já conseguiu identificar ao menos 129 crianças, hoje adultas, que haviam sido sequestradas. Há 42 anos essas mulheres dedicam suas vidas para encontrar filhos/as e netos/as de militantes sequestrados pelo Estado (LORENZO, 2019).

Eduardo Reina relata que na Argentina as forças armadas possuíam um manual contendo os procedimentos a serem seguidos quando do sequestro de pais e filhos, intitulado: *Instrucciones sobre procedimiento a seguir com menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*. (REINA, 2019, p.24). Sobre o dispositivo:

A conduta dos agentes da repressão argentina era diferenciada de acordo com a faixa etária da criança. Aquelas com até quatro anos deveriam ser entregues a orfanatos ou família de militares. Isso porque os teóricos da segurança nacional consideravam que as crianças nessa faixa etária estariam livres do que chamavam de “má influência” política de seus pais. Já as crianças acima dessa faixa etária tinham outro destino, macabro. As mais velhas, em especial aquelas com mais de dez anos, deveriam ser mortas. Pois já estariam “contaminadas” pela subversão de seus pais. (REINA, 2019, p.24)

Assim como na Argentina, o sequestro e desaparecimento de crianças foi praticado pelo regime militar brasileiro. Tal procedimento compõe o Terrorismo de Estado (PADRÓS, 2005), que diz respeito às práticas sistemáticas de violências em que os agentes militares desempenhavam funções e eram integrados ao sistema geral da repressão: “como sistema, não é o torturador que faz a tortura, mas exatamente o contrário [...] dentro do sistema, ele é um funcionário público padrão” (NAPOLITANO, 2020, p.136). O regime militar operava por meio de uma máquina repressiva que atuava sob o tripé: vigilância; censura e repressão.

Além dos objetivos de aterrorizar a população em geral, vingar-se dos familiares, interrogar as crianças para que delatassem seus próprios pais e/ou companheiros, ou utilizá-las como meio de tortura de seus pais, o sequestro dos bebês e crianças também ocorria como uma forma de “educar as crianças com uma ideologia contrária à dos seus pais [...]. Elas se transformaram num verdadeiro butim de guerra” (REINA, 2019, p.24). Os procedimentos a serem executados com as crianças, no Brasil, não foram seguidos tão à risca como o manual Argentino estabelecia:

Aqui no Brasil também houve ordem para matar os filhos de guerrilheiros e opositores do regime militar. Mas acabou sendo desobedecida em alguns casos. [...] receberam um novo nome e documentos (falsos). E teve quem ficou sem nenhum documento. Contra a lei, realizou-se a “legalização” da adoção de bebês e crianças, baseada em infraestrutura integrada por militares, agentes da repressão, médicos, advogados, religiosos, funcionários públicos e de cartórios, de hospitais, de orfanatos e outras instituições envolvidas. Alguns dos sequestrados continuam desaparecidos. Parte dos que sobreviveram ainda procuram por seus pais biológicos, numa busca surda e muda, alheia à sociedade e à história. Simplesmente acabaram ignorados no decorrer da vida [...] perderam sua história, sua memória e, principalmente, sua identidade. (REINA, 2019, p.25)

Os relatos do autor nos provocam a pensar que os bebês e as crianças de até 4 anos de idade eram desconsideradas como sujeitos autônomos e pensantes e, por esse motivo, não apresentavam uma “ameaça” comunista-terrorista. Já as crianças a partir dos quatro anos e, especialmente, após os dez anos de idade, estariam numa condição de influenciadas pela educação dos pais e familiares. Ambas as situações trazem impressa a ideia de infância universal e cronologicamente definida por etapas/estágios. As medidas a serem seguidas, ditadas pelo manual, colocam a criança ora como alguém passivo (quando bem pequenos), ora

como alguém corrompido (quando maiores/mais velhas), contudo, em ambos os casos, a criança era considerada como desprovida de ação própria, ou seja, alguém que precisa ser controlado, dominado e/ou eliminado.

Em que pese esse ser um manual Argentino, sabe-se que as ditaduras do Cone Sul foram de caráter de Segurança Nacional, fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>16</sup> e que, apesar das diferenças significativas entre os processos ditatoriais, havia uma normativa ideológica base para as estratégias dos regimes militares para os países que vivenciaram esta condição que se situava, sobretudo, na erradicação da ideologia oposta, do inimigo (comunista), dentro do território em disputa – a América Latina. (GIANASSI, 2011; PADRÓS, 2005).

É válido destacar, por outro lado, o que Reina (2019) relata, de que a normativa de execução das crianças a partir de determinada idade não foi uma prática comum no Brasil, o que pode fazer refletir que tal concepção, apesar de estar consolidada no manual Argentino e nos mandos autoritários da ditadura brasileira, encontrou certa resistência por parte dos militares operacionais, que executavam o “serviço sujo”, e optaram pelo sequestro das crianças como forma de resolução do “problema”.

Longe de descaracterizar tal prática como uma forma de violência, tais questões apontam pistas provocativas em torno daquilo que não sabe sobre essa especificidade brasileira. Diferentemente da Argentina, em que os familiares se organizaram em movimentos importantes, como as *Madres de Plaza de Mayo*, por meio da construção de redes coletivas de ajuda mútua, realizando o reencontro de vários familiares, o título de Eduardo Reina, *Cativeiro Sem Fim* (2019) é fruto de uma inovadora imersão e pesquisa e, mais do que simplesmente registrar o sequestro de crianças, joga luz sobre a atuação terrorista do Estado que segue impune até os dias atuais, nas palavras do autor: “o desaparecimento de pessoas, de seus corpos, de seus nomes, de sua existência jurídica é negar a existência de um crime por duas vezes. Há o desaparecimento e o desaparecimento do desaparecimento”. (REINA, 2019, p. 22).

Além disso, outro dado importante que pode ser destacado naquilo que o autor traz, está sob a infraestrutura institucional construída pelos militares que combinava ações de vários setores sociais, afim de garantir a execução e a “legalização” dos sequestros: “médicos, advogados, religiosos, funcionários públicos e de cartórios, de hospitais, de orfanatos e outras

---

<sup>16</sup> Em resumo, a DSN tem como prerrogativa garantir que a segurança interna da nação seja um assunto para além do contingente militar. Sua concepção é baseada numa unidade interna, num projeto de nação, conforme descreve Padrós (2005), pautada na “unidade política” com vistas, sempre, a alcançar os objetivos nacionais por meio da manutenção da segurança interna. (VIDAL, 2018).

instituições envolvidas” (REINA, 2019, p.25). Quando tomamos o regime militar como um processo que não se findou no Brasil, pode-se perguntar como se perpetuam tais práticas autoritárias nas instituições na atualidade? Sobretudo aquelas ligadas ao sistema jurídico, que detém o poder de definir quais crianças permanecem e/ou são retiradas do convívio familiar? Ou, ainda, como determinam a linha tênue entre o discurso da criança, adolescente e do menor? E a quais interesses esses discursos servem?

Não à toa os regimes militares (tratando de forma ampla a nível de América Latina) desapareceram com crianças. Há um discurso por trás de tais práticas que diz respeito aqueles sujeitos que cabem ou não na normatividade da sociedade. A organização da sociedade moderna está fundamentada num disciplinamento dos corpos enquanto técnica de poder que inscreve a dicotomia da normalidade e normatividade. As instituições sociais da sociedade disciplinar são os mecanismos pelos quais “o exercício sobre as pessoas se torna principal tarefa; são instituições de formação e constituição de pessoas, instituições de subjetivação” (DANELON, 2015, p. 233)

Os discursos produzidos sobre o Outro inscrevem uma verdade a respeito desse sujeito:

a disciplina emerge quando o discurso deixa simplesmente de dizer como as coisas se constituem para esmiuçar de forma científica, o que as coisas são. Nesse caso, o discurso passa a ser a morada da verdade, emergindo, de fato, aquilo que Foucault – ancorado em Nietzsche – denominou de vontade de verdade, ou seja, a produção de verdade sobre o sujeito [...] essas instituições se apoderam dos discursos – que manifestam em seu interior uma vontade de verdade – para produzir verdade sobre o sujeito, produzir normalidade e anormalidade. Através das instituições disciplinares – prisão, manicômio, fábrica e escola -, a sociedade exerce a técnica – a disciplina é uma tecnologia – de controle sobre os corpos, as mentes e as ações do sujeito. (DANELON, 2015, p. 231).

As infâncias são exatamente o oposto daquilo que a sociedade disciplinar pretende, irrompem a linearidade das existências e inscrevem a possibilidade do novo e/ou de fazer do mesmo um novo. As minorias são aquelas que se encontram em maior e/ou menor grau, distanciadas do padrão social legal (no sentido de legislação de fato) e, neste sentido, cabe a pergunta: que sociedade é essa que disciplina corpos (sobretudo de crianças) violentamente para garantir sua própria conservação?

Ser comunista, de esquerda, progressista e/ou filhos/as destes perturba a ordem social, uma vez que subverte a ideia de conservar o já posto, colocando o desenvolvimento social em risco. Qualquer luta que simpatize com uma mudança social, questiona diretamente as bases hierárquicas de poder: “toda ação de comprometimento desses padrões, cuja consequência é a colocação em risco da organização social e do controle, deve ser punida.” (DANELON, 2015, p. 231-232).

A sociedade do disciplinamento pune aqueles e aquelas que não se sujeitam às suas regras, sejam eles crianças, mulheres ou homens. O regime militar é um momento histórico de grande expoente que dá visibilidade para os processos violentos a que as infâncias clandestinas são submetidas.



**II**  
**INÍCIO**  
**UMA INFANTE DA ETNOGRAFIA**

## DO ENCONTRO COM A ETNOGRAFIA

*O trabalho interdisciplinar, tão discutido hoje em dia, não se refere ao confronto entre disciplinas já constituídas (nenhuma delas, na verdade, quer se deixar desfazer). Para fazer alguma coisa interdisciplinar, não basta escolher um “objeto” (um tema) e colocar à sua volta duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em criar um novo objeto que não pertence a ninguém.*

(Roland Barthes, “Jeunes chercheurs”)

A escolha pela construção de uma pesquisa etnográfica foi-se desenhando no decorrer mesmo das reflexões sobre o estudo. Acompanhada de alguns questionamentos, dentre eles: é possível uma escrita não-violenta e que não tenha a pretensão em definir e categorizar o Outro? E intenções, a saber: perspectivar a infância a partir da lente da interdisciplinaridade e da interseccionalidade, problematizando os entrecruzamentos entre os marcadores sociais, regimes de verdade, poder e as violências. Assim, encontro na etnografia um caminho possível para tecer os conjuntos de fios interdisciplinares, traçando, deste modo, um estudo atento aos questionamentos e intenções construídas à luz do referencial teórico da área.

A etnografia ocupa um lugar de interlocução entre os Estudos da Infância e a Antropologia para pensar a pesquisa, situada no campo da Infância e Educação. A perspectiva compreendida a situa para além de uma ferramenta metodológica, mas no sentido apontado por James Clifford (2016, p.152) que trata “a própria etnografia como uma performance urdida por histórias poderosas”, alegórica “tanto ao nível de seu conteúdo (aquilo que diz sobre as culturas e suas histórias) quanto de sua forma (aquilo que é implicado por seu modo textual)”. Deste modo, diz respeito a uma ética de ser e estar *em* pesquisa e, sobretudo, uma atenção constante acerca dos modos como se fala e escreve sobre o Outro e sua cultura.

O encontro e aprofundamento com a etnografia se deu a partir de um trabalho de estudo objetivando pensar suas contribuições para os Estudos da Infância, organizado e focalizado a partir de três linhas específicas: a etnografia como fenômeno interdisciplinar emergente; a pesquisa etnográfica como processo de comunicação intercultural; a escrita etnográfica. O referencial teórico utilizado como base para tais reflexões se situou em dois principais, sendo:

Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potências, Allison James (2019) e A escrita da cultura: poética e política da etnografia, George Marcus e James Clifford (2016). Além dos estudos coletivos no grupo de pesquisa Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC)<sup>17</sup> e no Grupo de Estudos e Pesquisas Etnografia e Infância (GEPEI)<sup>18</sup>, dos quais faço parte e que vem se debruçando e construindo uma defesa da etnografia em pesquisas educacionais, com crianças e infâncias.

Originária no campo do conhecimento da Antropologia, a etnografia é a ferramenta utilizada historicamente para estudar o Outro e a sua cultura. No decorrer do tempo foi sendo problematizada e sofreu alterações por meio das quais pesquisadoras/es passaram a operar de formas distintas, a partir das interrelações estabelecidas com seus objetos e sujeitos de estudo, implicando um alargamento da sua utilização para além do campo antropológico, vindo a ser empregada em outras ciências.

A tradição antropológica é marcada, entre outros elementos, por uma série de questões e discussões focalizadas tanto no fazer etnográfico, quanto no seu modo de escrita por meio da narrativa. O principal deles é datado na década de 1980 e tem como foco principal as questões sobre a linguagem e a cultura. Tais problemáticas, advindas do “movimento intelectual em curso”, foram dispostas em artigos que compõe a coletânea, organizada por George Marcus e James Clifford (2016) - citado anteriormente-, publicado em 1986 e considerado o “marco bibliográfico” na cena antropológica em torno dos objetos linguagem e cultura.

Na apresentação do livro, a autora Maria Claudia Coelho, responsável pela edição traduzida no Brasil, descreve que o objetivo central da publicação é a “exploração da etnografia como um *gênero literário*, por meio do exame de suas figuras de linguagem, suas estratégias retóricas e suas aproximações com outros estilos literários” (COELHO, 2016, p.8). O critério de escolha dos textos para compor a coletânea perspectivou problematizações circunscritas na reflexão central, sobre os modos com os quais o etnógrafo escreve o Outro, ou seja, uma atenção específica sobre o sujeito pesquisador e seu olhar para a cultura do Outro. A partir dos debates situados, abre-se um caminho possível para que o fazer etnográfico ganhasse outros contornos, outras áreas do conhecimento e outros modos de operacionalização.

A título de exemplificação, cito o trabalho desenvolvido pelo pesquisador brasileiro Luiz Eduardo Robinson Achutti: *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim (2004)*, no qual constrói

---

<sup>17</sup> Link de acesso ao diretório do grupo de pesquisa: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9250751163779369](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9250751163779369). Acesso em 24/01/2022.

<sup>18</sup> Link de acesso ao diretório do grupo de pesquisa: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/208880](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/208880). Acesso em 24/01/2022.

uma etnografia por meio de registros fotográficos, feitos por ele próprio, na Biblioteca Nacional François Mitterrand, na França. Seu objetivo é contornado pela defesa em garantir uma autonomia para a linguagem fotográfica, construindo uma narrativa etnográfica possível de restituir uma realidade por meio da fotografia que, por sua vez, é compreendida (e defendida) não como um conjunto de imagens que validam o texto escrito, mas sim como uma linguagem autônoma que destaca, entre outros elementos, que a ação de “fotografar não é apenas refletir a realidade, é também reflexionar sobre ela e nela refletir-se.” (ACHUTTI, 2004, p.71).

Convém ressaltar que o diálogo com Achutti é interessante pois lança luz ao movimento de desterro pelo qual a etnografia perpassa(ou), o que a lança(ou) para além do campo da Antropologia. O autor defende teórica e empiricamente a possibilidade não só da utilização da fotografia como uma linguagem autônoma (objetivo central de sua tese), mas da potencialidade da própria etnografia ao ser empregada em outros campos de maneira distinta daquela tradicionalmente construída no campo antropológico.

Cabe, ainda, destacar algumas palavras de Achutti sobre o ato de fotografar, que se considera interessante para refletir acerca de uma pesquisa etnográfica com infâncias no contexto ditatorial. O autor diz:

Para se ter êxito em uma fotografia, é preciso não apenas dominar a técnica, mas igualmente saber escolher bem o tipo de filme, a máquina e as objetivas adequadas, avaliar a quantidade de luz necessária e a qualidade da iluminação, definir o enquadramento, a forma de revelação e de ampliação. Que a fotografia seja destinada à reportagem, ou empregada como ferramenta de pesquisa ou de difusão, a maioria dessas decisões deverá ser tomada em campo. (ACHUTTI, 2004, p.96).

Para realizar a fotoetnografia é necessário que se entenda sobre as técnicas, sobre a arte da fotografia e, sobretudo, “saber olhar”. Neste sentido, transpondo para aquilo que se pretende com essa investigação, para dar visibilidade as experiências da infância durante o regime militar brasileiro, torna-se essencial mergulhar, também, no contexto histórico, afim de poder compreender as práticas e os cotidianos vividos em determinado período, “saber olhar”, o que requer, em certa medida, um aprofundamento frente ao tema para a construção de uma pesquisa etnográfica, visto que se trabalha sobre um tempo passado.

Nesta mesma linha reflexiva, outro ponto interessante é que aquele que fotografa está submetido, constantemente, a um exercício de escolha que compreende “o que deverá entrar no campo e o que deverá ficar fora do mesmo.” (ACHUTTI, 2004, p. 96). Articulamos essa implicação com a defesa que Mary Loius Pratt (2016) faz tem torno do trabalho de campo que, de acordo com a autora, é construído no próprio decorrer do estudo, fruto do fazer etnográfico.

O campo não está dado *a priori*, mas tem relação direta com as escolhas e recortes feitos na investigação e que dizem respeito a posição de sujeito da qual se ocupa o/a pesquisador/a. Está implicado num exercício relacional ético e político, de concepção de mundo e sociedade, uma posição epistemológica, portanto.

Somos formados a partir de uma subjetivação de sujeito moderno, Akotirene (2019, p.31), chama atenção, entre outros elementos, para o fato de que “a interseccionalidade exige orientação geopolítica”, argumenta citando Boaventura de Souza Santos a favor de uma *subversão epistêmica*, destacando o fato de que as “mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade [...]” (2019, p. 31). Neste sentido, é necessária uma epistemologia capaz de articular e dar visibilidade aos cruzamentos do colonialismo moderno, do capitalismo, do imperialismo ocidental e do racismo estrutural - realizar uma *subversão epistêmica*, portanto. Diante da reflexão, vejo tal potência na perspectiva apresentada da etnografia compreendida enquanto uma epistemologia.

Estar em pesquisa etnográfica com as experiências da infância em um contexto de violências requer uma atenção sobre os marcadores sociais que atravessam essa experiência, buscando romper com os modos coloniais, universalizantes e homogeneizadores pelos quais buscamos conhecer o Outro e, conseqüentemente, a nós mesmos. Ainda, implica uma atenção sobre as escolhas dos recortes na construção do campo que é objetivado neste estudo, a partir do “reconhecimento e a aceitação da diferença” (ACHUTTI, 2004, p.94), contida no estabelecimento de vínculo real com os sujeitos da pesquisa: “o fato de viver a diferença torna-se então uma das chaves da antropologia que, hoje em dia, mais do que nunca, tornou-se uma prática de auto-reflexão, pois quando pensa o Outro, o pesquisador também pensa a si mesmo”. (ACHUTTI, 2004, p.94).

Apesar de dedicar esta sessão para tratar especificamente da etnografia, importa deixar explícito que a perspectiva defendida nesta investigação - em que a compreende enquanto epistemologia - diz respeito a: um modo atento de tessitura textual como um todo; as escolhas teóricas e referenciais do estudo; as palavras, compreendidas a partir de seu caráter histórico e, muitas vezes, carregadas de racismo, misoginia e adultocêntrica; os recortes do tempo histórico em que se pesquisa as infâncias; a construção do campo; os sujeitos em pesquisa. Um posicionamento de investigação que busca perguntas e não respostas, abertura, dissensos, rupturas, no sentido apontado por Duarte (2020, p.43) “[...] é necessário também assumir deslocamentos e desconstruções, deslocando-se do nosso próprio lugar para entender a lógica dos sujeitos a serem pesquisados, desconstruindo pontos de vistas predeterminados”.

Há uma pergunta recorrente com a qual temos nos deparado ao apresentar nossos estudos que perspectivam pensar a infância a partir de um posicionamento etnográfico: é possível fazer etnografia em educação?

A resposta a este questionamento é complexa e está intrinsecamente relacionada ao debate da cena antropológica que constrói críticas teórico-práticas sobre a etnografia clássica, problematizando a posição do sujeito etnógrafo como aquele que inscreve o Outro e tensionando colocá-lo também *em* pesquisa no sentido de pensar-se a si mesmo na relação com esse Outro.

É complexa, ainda, porque se situa num movimento de questionamento que aponta para a ciência positivista e sua concepção de conhecimento fundamentada a partir de um caráter dicotômico que pressupõe, entre outros elementos, um *fazer* experiência com objetos e/ou sujeitos e não um *estar em* experiência com o Outro. Tal mudança de perspectiva implica a capacidade em reconhecer nossos próprios processos de subjetivação e a disposição em suspender nossas próprias verdades e saberes, por vezes tão bem consolidadas. Significa, portanto, um posicionamento que abandona a certeza cristalizada num movimento de abertura para a imprevisibilidade das relações, do Outro e de nós mesmas/os.

Esse estudo não está focalizado em construir uma argumentação que prove a possibilidade da pesquisa etnográfica no campo da educacional, tampouco deixará de se posicionar sobre tal questão, tão cara aos nossos estudos, sobretudo aqueles que perspectivam pensar a infância de forma interdisciplinar e interseccional. Coerente com o conceito de infância com o qual se caminha e objetivando cumprir uma atribuição audaciosa, colocada desde o início do estudo (a qual perspectiva construir uma escrita *com* a experiência da infância), buscamos reposicionar e tomar a questão do fazer etnográfico como um efeito da forma como se pensa as infâncias, se constrói o estudo, o texto e o processo como um todo dessa investigação, contrapondo-se à ideia de um objetivo a ser atingido.

Partindo desse movimento de atenção aos modos como nos colocamos *em* pesquisa etnográfica com nossos sujeitos, aos diálogos tramados, aos autores e autoras com quem nos colocamos em reflexão, busco narrar os entrelaçamentos da investigação e os seus processos de movimento: seus encontros, reflexões, problematizações, recuos, avanços, passagens e paragens, objetivando dar visibilidade ao caminho percorrido, caminho este que não está dado a priori, mas que vai se desencadeando, se engendrando.

Em suma, a etnografia é compreendida enquanto uma prática e experiência (MAGNANI, 2009), como condição e meio de (re)conhecer os modos de vida que narram histórias assimiladas como de menor importância e valor, retirando-as da invisibilidade à qual

a lente de matriz moderna ocidental as destinou: “a etnografia se reveste como um campo ontológico, epistemológico, metodológico e ético que permite adensar a análise dos contextos micropolíticos do cotidiano da infância.” (FERREIRA; LIMA, 2020, p. 7).

## **A IMPREVISIBILIDADE DA VIDA E DA PESQUISA: A SOCIEDADE VIRAL**

O desenvolvimento desta pesquisa é marcado por dois tempos. Um tempo das andanças presenciais, do estar nos lugares, do sentir e ser afetada pelos cheiros, gostos, abraços, toques, do experimentar o corpo em situações, lugares e temporalidades.

Esse tempo é violentamente interrompido pela condição da pandemia de SarsCovid-19, que assola o mundo desde o fim de 2019. De repente, a incerteza se tornou, ironicamente, a única certeza. A crise sanitária, além de trazer à tona, aprofunda sobremaneira as crises pelas quais nossa sociedade vem passando nas últimas décadas. O principal meio de defesa que dispomos contra o vírus é o distanciamento físico e o isolamento social, condições que inscrevem um outro tempo para a pesquisa, marcado por andanças e encontros virtuais.

Ao que se refere ao Brasil, pudemos observar, entre outras questões tão preocupantes, o agravamento da condição da desigualdade social no país. Me parece pertinente questionar quem são os sujeitos que tem condições de manter-se em quarentena e/ou isolamento na realidade brasileira atual?

O governo federal tomou pouca ou nenhuma medida em relação à crise sanitária. Em matéria publicada pelo Jornal El País em 03 de junho de 2020 destaco o seguinte trecho:

O atual presidente da República é visto por governadores, parlamentares, médicos, cientistas e organizações da sociedade civil, dentro e fora do Brasil, como principal responsável pelas mortes que poderiam ter sido evitadas ao longo de quase três meses de pandemia. Durante essas semanas, Bolsonaro taxou a doença como mera “gripezinha”, encorajou as pessoas a desrespeitarem as medidas de distanciamento social e a ocuparem as ruas, fez pouco caso do número de mortos, entrou em choque com governadores, estimulou manifestações contra as medidas do isolamento social, boicotou o trabalho dos últimos dois ministros da Saúde, promoveu a cloroquina como cura do novo vírus apesar das escassas evidências científicas, circulou por ruas e causou aglomerações... Em suma, o discurso sempre foi o de que a economia não poderia parar. (BETIM, 2020).

As atitudes do então Presidente da República explicitam uma visão negacionista em torno da ciência e conseqüentemente do próprio vírus. Tecendo discursos sem fundamento científico e que minimizam a grave situação pandêmica, trabalha vislumbrando a desresponsabilização do Estado frente a assistência de saúde num momento em que se mostra



mais necessário do que em qualquer outro tempo uma atuação coletiva de diversos setores sociais, orientados por políticas de saúde do Estado que tem o dever de salvaguardar vidas e não o lucro.

Quando o discurso presidencial evoca, diante de milhares de mortes pelo mundo e tantas outras mil no próprio país, que “a economia não pode parar”, me parece de extrema importância questionar: quem são os sujeitos que mantêm a grande roda da economia girando? Onde moram? Como se locomovem para chegar aos seus locais de trabalho? Quem são as pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde?

Ao contrário do que muitos têm nomeado como desgoverno, entendo que a política vigente é totalmente condizente com os discursos proferidos pré-eleição, assim como a ideologia e visão de mundo destes que hoje estão no poder. Considero, portanto, um governo que tem muito bem delimitado para que(m) deseja governar, a quais interesses pretende atender, alinhado com o projeto da implementação da política neoliberal na América Latina.

Ao pensar nos sujeitos que morrem diariamente nas mãos do Estado e que se encontram ainda mais expostos neste atual contexto de crise sanitária, destaco mais um trecho da mesma matéria citada anteriormente, que define risco como “uma realidade socialmente construída e as respostas aos riscos têm relação direta com o balanço de poder e desigualdades sociais e espaciais acumuladas o longo do tempo”. (BETIM, 2020).

Assim, compreendo que a pandemia expõe as características fascistas que compõem a ideologia do governo federal que encontra, no autoritarismo institucionalizado, meios para operar seus projetos violentos e opressores.

Isso é possível, pois, dentre outros elementos, ao contrário dos demais países da América Latina, o Brasil não efetivou a Justiça de transição, que se configura como uma série de medidas que devem ser colocadas em prática por governos de países que sofreram com violações de regimes autoritários, visando trabalhar e garantir uma reconciliação nacional. Essas ações podem ser agrupadas nos eixos: verdade, memória, reparação, justiça e reforma das instituições. O que a historiografia nos mostra foi que a abertura política em 1985 se realizou tutelada pelos militares que trataram de garantir uma transição “tranquila” do regime ditatorial para a democracia, utilizando-se, entre outros instrumentos, da anistia ampla, geral e irrestrita. Enquanto outros países puniam os seus algozes, no Brasil, “as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram *em relação aos casos de tortura na ditadura militar*” (TELES; SAFATLE, 2010, p.10).

A consequência da falta de um rompimento concreto e radical com as formas violentas de atuação do Estado é a criação de uma nova cultura policial no seio da sociedade, que tem como característica a impunidade diante dos mais bárbaros crimes contra os Direitos Humanos. Napolitano, em texto que disserta sobre o surgimento do aparato repressivo do regime militar, destaca que a “militarização da segurança pública socializou a lógica e a estrutura da repressão política para todo o tecido social. A tradicional violência policial utilizada como forma de controle social dos mais pobres foi potencializada.” (NAPOLITANO, 2020, p. 143). Isso significa dizer que o *modus operandi* do regime autoritário continua se perpetuando na sociedade.

Tal condição suscita pelo menos dois questionamentos: como se engendram as violências, incluindo a estatal, ao longo da história? Como o contexto histórico da ditadura brasileira se presentifica até os dias atuais? Tendo em vista a compreensão de que os processos de violências são constituídos por diversas facetas que os formulam e/ou justificam, como o racismo e o patriarcado, além das disputas intrageracionais (PROUT, 2019) pode-se dizer que a pandemia faz emergir a violência estatal que se tentou soterrar nos escombros da ditadura?

A reflexão apresentada em torno do acontecimento da pandemia, articulada ao caráter autoritário do regime militar, que se encontra em atuação nas instituições, são aspectos que precisam ser considerados. Concordando com os Estudos da Infância, é importante perspectivar a infância a partir de um caráter interdisciplinar, isso pressupõe, entre outras coisas, pensá-la associada as crises sociais que vivemos atualmente. Alan Prout em artigo recente, publicado em 2019, chama a atenção para a ameaça aos direitos conquistados nas últimas décadas e aponta que tal realidade se coloca ainda mais proeminente quando se trata dos Direitos das Crianças e Adolescentes, isso porque as crises (social, política, econômica e ambiental) ocasionam uma disputa intergeracional de recursos relacionados a política de bem-estar social e de apoio aos Direitos Humanos.

Importa, portanto, considerar a história de disputas de poder e território a nível macro global, ou seja, os modos de atuação do colonialismo moderno dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos. Se faz importante pautar o racismo e o patriarcado (faces de uma mesma moeda: o capitalismo) como estruturas que perpetuam as relações de exploração produzindo e reproduzindo os modos de vida, compreendendo que o fazem, entre outros elementos, pela educação - que objetiva a normatização da infância.

O aprofundamento da desigualdade social é uma das consequências da crise pandêmica e afeta sujeitos de maneiras proporcionalmente distintas, a partir de um recorte racial, geracional e de gênero que precisa ser considerado. É neste sentido que compreendo a infância, pensada desde a interdisciplinaridade, como um debate que deveria ocupar a sociedade como um todo, extrapolando os muros da academia. (PROUT, 2019)

## CAMINHOS VIRTUAIS PELOS LUGARES DE MEMÓRIA

Entre os meses de maio e julho de 2020 participei do curso “Lugares de memória e Direitos Humanos no Brasil” promovido pelo Núcleo de Preservação da Memória Política com o apoio do Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo. O curso é ofertado todos os anos, geralmente na modalidade presencial, no entanto, por conta do contexto pandêmico, foi realizado de maneira remota. Apesar do título dirigir-se aos lugares de memória no Brasil, a aula de número 05, ministrada pelo professor Flávio Bastos, tratou de experiências estrangeiras de lugares de memória.

Assim, conheci o *Parque de La memoria*, na Argentina, contendo monumentos e obras de arte que constroem uma ponte de reflexão com os visitantes sobre a própria condição da humanidade. Neste parque há uma obra de arte específica a qual quero trazer para a contribuição desse estudo, trata-se de uma escultura nomeada *Reconstrucción del Retrato de Pablo Míguez*, de autoria de Claudia Fontes. Em homenagem à história de um garoto de 14 anos, que foi sequestrado com a sua mãe e levado para a ESMA (abaixo relaciono o que foi a ESMA) e até os dias atuais não se tem conhecimento sobre o que de fato ocorreu. (FLÁVIO DE LEÃO BASTOS, 2020).

Figura 14 - Escultura Pablo Míguez. Fonte: Google/Reprodução



Figura 15 - Fotografia de Pablo Míguez. Fonte: Google/Reprodução



O *Parque de La Memória* fica situado em frente ao Rio da Prata e a escultura, em tamanho real, foi construída no meio do Rio e, segundo relato do Professor Bastos que já visitou o local, dependendo da luz do dia, a estátua não pode ser vista, na mesma condição à noite, se não houver lua cheia, torna-se impossível vê-la. Nos dias de lua alta o vulto iluminado da escultura aparece, transmitindo a ideia de que “Pablo Míguez desapareceu e até hoje não se sabe como foi o seu fim, onde ele desapareceu, sob as mãos de quem. Ele está, mas não está. Novamente, é a presença da ausência, que é muito forte, e a ausência da presença, que é muito dolorida” (FLÁVIO DE LEÃO BASTOS, 2020).

Apenas no território argentino foram mais 600 centros clandestinos criados no período ditatorial no país, sendo o Centro *Clandestino de Detención, Tortura e Extermínio (ESMA)*<sup>19</sup>, considerado um dos maiores centros de extermínio da América do Sul, pelo qual passaram em torno de 5.000 mil pessoas, das quais muito poucas sobreviveram. As pessoas levadas para este local viviam em torno de 2 a 3 anos no sótão do lugar, amarradas e encapuzadas. Saíam somente uma vez por semana para o banho ou então para o salão de tortura. A prática de morte ocorria com o dopamento do preso ou da presa que, posteriormente, era atirado/a ao mar, ainda vivo/a,

---

<sup>19</sup> Site pode ser acessado pelo link: <http://www.museositioesma.gob.ar/>. Acesso em 03/12/2020.

porém inconsciente, geralmente no Rio da Prata ou no oceano atlântico. A ESMA e suas práticas foram descobertas à medida que esses corpos começaram a chegar na costa do Uruguai. (FLÁVIO DE LEÃO BASTOS, 2020).

Figura 16 - Lugar de Memória EX-ESMA. Fonte: Google/Reprodução



Seguindo os corpos lançados no Rio da Prata pela ESMA, chegamos ao Uruguai, país em que se destaca o *Memorial em Recordación de Los Detenidos desaparecidos*<sup>20</sup>, situado no Parque Vaz Ferreira em Montevideu. O ano de inauguração data de 2001 e é constituído por dois muros de vidros paralelos, nos quais são inscritos os nomes de 174 pessoas desaparecidas ao longo dos anos de 1973-1985. A sua construção foi promovida por meio da Comisión pro-Memorial de los Detenidos Desaparecidos.

El sitio elegido para sua instalación fue el Parque Vaz Ferreira, por tres motivos: em primer lugar, es una zona obrera, población que fue particularmente golpeada por el gobierno de facto; em segundo lugar, está u junto al Río de la Plata, a cuyas aguas la ditadura militar del vecino país, Argentina, arrojó miles de personas incluidas a algunas de nacionalidade uruguaya; finalmente, ubicar el monumento em ese parque permitía ganhar em presencia física y evitar el riesgo de perderse em el paisaje urbano. (MEMORIAL, 2020).

<sup>20</sup> Mais informações podem ser encontradas no site: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/lugar-de-memoria/memorial-en-recordacion-de-los-detenidos-desaparecidos/>. Acesso em 03/12/2020.

Cruzando a fronteira e retornando ao Brasil, caminhamos até o Memorial da Resistência de São Paulo<sup>21</sup> que versa sobre uma instituição de preservação da memória da resistência a repressões políticas, abarcando desde o Brasil republicano (1889) até os dias atuais. Se constitui a partir da musealização de metade do prédio no qual funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP).

No espaço são desenvolvidas ações expositivas, que compreendem uma exposição fixa de longa duração sobre a história e constituição do espaço e outras três exposições temporárias com temáticas de pesquisas realizadas pela própria equipe do Memorial com relação à América Latina e demandas externas; as ações culturais compreendem cinema, projetos multimídia e intervenções artísticas, oficinas, etc.; já ações educativas se estendem desde visitas ao lugar até conversas com ex-presos/as políticos, bem como, cursos sobre Educação e Direitos Humanos, contação de histórias, subsídios para professores/as, através de materiais pedagógicos, etc.

Figura 17 - Memorial da Resistência de São Paulo. Fonte: Google/Reprodução



O mesmo processo tentou ser realizado na chamada “Casa da Morte”, uma propriedade localizada em Petrópolis, Rio de Janeiro, que serviu como centro clandestino de tortura,

---

<sup>21</sup> Site oficial do Memorial: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>. Acesso em 03/12/2020.

assassinato e desaparecimento de militantes políticos. É Ângela que me apresenta a história e o lugar:

Eu me lembro que eu conversei com mais de uma [mulher militante], eu me lembro de uma fala que eu tive, uma conversa muito interessante, que teve uma marca muito grande, eu acho que tanto em mim, quanto na minha mãe, com a **Inis Etienne Romeu** que foi **sobrevivente da Casa de Petrópolis**. E ela contando pra minha mãe aquele processo. Ela **foi estuprada**, eu vi ela contando todo aquele processo e ela dizendo que, de qualquer lado que a **mulher comunista** fosse vista, **não valia nada**, se era mulher e era casada **í** porque era uma **cretina**, casada e não sei o que, que colocou a família numa situação vexatória. Se era **homossexual** era porque era uma homossexual **sem vergonha, comunista**, se era **prostituta** era porque era uma prostituta ordinária, comunista, se era... sempre o comunista tinha... assim, o comunista era o que piorava a condição daquele ser humano, que **ser comunista não í ser ser humano e ser comunista mulher, pior ainda**.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Inês Etienne Romeu foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), participou do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher em dezembro de 1970 que objetivava trocá-lo por 70 presos políticos. Logo após o sequestro, em maio de 1971, foi capturada e levada para a casa de Petrópolis. Passou três meses sendo torturada, física, psicológica e sexualmente. O desespero foi tamanho que a levou tentar suicídio por três vezes. Apesar das sevícias sofridas não delatou seus companheiros e companheiras.

Ângela, ao narrar a história de Inês lança luz sobre como o marcador de gênero intersecciona a experiência das mulheres militantes, ao dizer “que ser comunista não é ser ser humano e que ser comunista mulher, pior ainda” inscreve a particularidade do sujeito político mulher.

Ana Maria Colling no capítulo IV do seu livro intitulado: *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* (1997) realiza uma leitura acerca da construção da mulher militante. Analisando por três vetores: a construção pelo DOPS; a construção pela própria memória das mulheres; e a construção pela sociedade, a autora vai destacando como se entrelaça uma visão de promiscuidade e comunismo atrelada ao gênero feminino. De acordo com a autora, que se fundamenta em Foucault:



O poder, para sujeitar indivíduos, necessita construí-los como objetos, subordinados a ele. Este poder se manifesta através de práticas sociais determinadas e de um discurso, que nada mais é que um saber produzido por ele, com a finalidade de impedir que se construam sujeitos históricos. A história fala pouco de mulheres. Elas são invisíveis como sujeitos históricos. [...] para identifica-las como sujeitos políticos é necessário analisar as intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração. Dentro da diferença, da diversidade de organização da sociedade, o sujeito construído como corpo unitário, uniforme e homogêneo, se multiplica em suas diferenças, suas particularidades. (COLLING, 1997, p.94).

Diante do discurso de poder produzido historicamente sobre as mulheres que as cercavam no âmbito doméstico e privado - enquanto aos homens cabia a vida pública e política, as mulheres militantes não poderiam ser consideradas como sujeitos políticos, mas como mulheres desviantes, justamente por não se enquadrarem nas limitações do discurso normativo do que é ser uma mulher para a família e para a sociedade. Deste modo “a mulher militante, a mulher ‘subversiva’, é um desvio de mulher para a repressão, é aquela que rompe com os padrões tradicionais[...]”. (COLLING, 1997, p.96).

Perante tal configuração, torna-se impossível considerar que as mulheres estariam atuando politicamente por vontade própria e/ou de acordo com a ideologia que acreditavam. As respostas encontradas pela repressão, que ecoavam em certa medida a visão da própria sociedade em torno de mulher militante, limitavam-se a três explicações: 1) a mulher teria sido coagida e/ou induzida por um homem a entrar na luta política – as fichas do DOPS, analisadas pela autora citada, revelam que as mulheres eram descritas pela sua relação com o masculino, eram filhas, namoradas, esposas e amantes; 2) a mulher militante estaria a procura de homens, daí a promiscuidade como justificativa para a entrada na vida política. Enquanto sujeito político desviante, promíscua, não merecia respeito algum; 3) a homossexualidade como explicação e justificativa para a atuação política, que se configura como mais uma forma de caracterizar a mulher militante como um sujeito anormal, desviante em relação ao padrão de mulher estabelecido social e historicamente. (COLLING, 1997).

Há uma curiosidade, em relação a essa categorização da mulher militante como um sujeito desviante, trazida pela autora, que considero pertinente de ser destacada:

Caracterizando a militante política como a mulher que rompe os padrões estabelecidos socialmente, portanto uma mulher desviante que não atua em

profissões “ditas” femininas, como o magistério, por exemplo, já que a escola é vista como a extensão do lar. Anita conta da surpresa da polícia, quando, ao interrogá-la, logo após a prisão, soube que ela era professora – “mas como, uma professora não deve fazer isto!”. E logo perguntaram ao seu namorado se ele realmente ia casar com uma pessoa como ela, que estava pichando muro. (COLLING, 1997, p.103).

A escola, na perspectiva da repressão, é compreendida como uma extensão do lar, lugar em que as crianças e jovens aprendem os valores, a moral e os bons costumes para viver em sociedade. Importa ressaltar que essa escola não é o lugar de todas as crianças e famílias, ela está no horizonte da família burguesa, ou seja, de um único formato familiar. Nesta perspectiva, para a infância pobre (aquela que não se enquadra na normatização da família tradicional brasileira) é designado a repressão e o controle por meio da institucionalização. Faleiros, no texto *Infância e processo político no Brasil* (2011), disserta sobre a visão de sociedade futura, que foi se inscrevendo nas políticas públicas para a infância:

Em 1924, comentando o Código de Menores, Beatriz Mineiro (1924) afirma: “O Estado tem o dever de proteção à criança”, pois sendo a criança “raiz da família”, “o futuro (bom ou mau) da sociedade depende tanto da saúde e do vigor com que as crianças nascem, como da maneira por que são criadas e educadas” (p.3), e conclui “daí a necessidade do Estado lhes prestar a indispensável assistência” (p.15). (FALEIROS, 2011, p.43).

Nesse sentido, o regime militar se sustenta sob a perspectiva dicotomizada da criança e do menor, tal diferenciação é abordada e melhor dissertada mais à frente nesse texto. Aqui importa ressaltar que:

O *sistema*, como são denominados tanto a política da infância, como o conjunto de mecanismos de repressão, inclusive o esquema de controle social e político (com o terror e a tortura), deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando para que a integração se processasse de acordo com o plano racional elaborado pelos tecnocratas. [...] Para isto, o Governo Federal estimula a criação de Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor. [...] Dessa forma, vai se definindo, de cima para baixo, o que se denomina, então, de “Política Nacional do Bem-Estar do Menor”. (FALEIROS, 2011, p.66).

Em que pese não ser o foco desse estudo, considero pertinente realizar essa pequena abertura de algo a ser por nós pensado. A mulher tradicional é aquela que sai do lar única e exclusivamente para exercer e se dedicar as tarefas ditas femininas, e o magistério, historicamente é uma delas. Como uma mulher militante ensinaria os bons costumes e os valores? Como essa mulher desviante seria a extensão da família? Como educaria crianças e jovens, na promiscuidade?

Trago esse ponto como uma pista que se abre para pensar as implicações de gênero na educação e no processo de subjetivação dos sujeitos, bem como a função das instituições de educação e mesmo que não vá realizar tal reflexão nesse estudo, tento em vista o objeto de análise ser outro, a narrativa do sujeito da pesquisa, Ângela, nos lança a questionamentos interessantes e importantes de serem perspectivados por nós.

Incapazes de conceber a mulher militante como um sujeito político, a repressão e a própria sociedade, em certa medida, atrelaram a promiscuidade ao comunismo na relação com o gênero feminino. Uma das mulheres entrevistadas por Colling, relata:

“Eles usavam uma expressão que é constante, eles não usavam teu nome, eles usavam ‘puta comunista’, sempre puta comunista. Naturalmente, eles não entendiam que se possa ser comunista sem ser puta. A prostituição parece que era um conceito do qual eles precisavam para poder te colocar na imaginação deles”. (COLLING, 1997, p.104).

Diante disso, a mulher exercia uma dupla subversão: contra o regime militar e por ser uma mulher desviante. A mulher militante não era considerada como um sujeito político autônomo, mas como um ser estranho e anormal que ameaçava a instituição família. Contudo, havia uma exceção, no mínimo curiosa, que não poderia ser enquadrada na caracterização realizada pela repressão: as religiosas. Essas mulheres eram “assexuadas” por conta da própria condição da religiosidade, dessa forma não poderiam ter sido influenciadas e/ou coagidas por seus amantes e, conseqüentemente, não se enquadram na pecha de promiscua. Os documentos do DOPS relatavam essas mulheres como perigosas por si só, altamente subversivas e nocivas a família, e à sociedade, ou seja: sujeito subversivo e perigoso. (COLLING, 1997).

A mulher militante, portanto, era enquadrada em duas categorias: prostituta e comunista. Ou seja, aquilo que Ângela (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021) relata: “ser comunista

não é ser humano e que ser comunista mulher, pior ainda”, pois a “mulher ‘subversiva’ aparece como um sujeito desviante aos padrões normais impostos pela sociedade.” (COLLING, 1997, p.112). A violências sexuais, na grande maioria dos casos, eram perpetradas contra mulheres, justamente por serem caracterizadas como objetos, mulheres desviantes e promiscuas e não como um sujeito político.

A história de Inês, narrada por Ângela (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021), inscreve o atravessamento do gênero na sua experiência enquanto militante. Ela foi a única sobrevivente da Casa da Morte e a história desse lugar só pôde ser conhecida através de sua narrativa. Ao lembrar de nomes de companheiros que foram torturados e mortos no local e de detalhes como a própria estrutura da casa, o codinome dos torturadores e o número de telefone, deu pistas importantes para que um jornalista encontrasse o endereço do lugar.

Figura 18 - Inês Etienne Romeu na 3ª auditoria do Exército (1972). Fonte: BBC (2021).



Figura 19 - Casa da Morte, Petrópolis -RJ. Fonte: Google/Reprodução



Em 2012, após uma mobilização coletiva, iniciou-se o processo de desapropriação da casa para transformá-la em um centro de memórias. Contudo, de acordo com matéria veiculada pela revista VEJA em agosto de 2019 o projeto de memorial está parado devido ao “descaso habitual que cerca a preservação da memória nacional [...] não há recursos para pagar o valor da desapropriação, entre 1,2 milhão e 1,5 milhão de reais”<sup>22</sup>. (SAMPAIO, 2019).

Os Lugares de Memória, especificamente os relacionados ao período ditatorial, são patrimônios capazes de salvaguardar uma memória que é coletiva, de um país e, se olhado a partir de uma perspectiva mais distanciada de um continente. O espaço Londres 38, a Casa da Morte, o Movimento dos Familiares de Desaparecidos Políticos, as Mães da Plaza de Mayo compartilham uma mesma história e, ao lançarmos luz sobre as experiências das infâncias, as especificidades dessa história coletiva e social se sobressaem, dando visibilidade aos sujeitos e narrativas desaparecidas, pois soterrados na história linear e oficial.

Narrativas estas que inscrevem muito mais do que a dor e o sofrimento de vítimas dos horrores ditatoriais, mas também os modos de *sobre viver*.

---

<sup>22</sup> Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/projeto-de-memorial-contra-a-tortura-esta-parado-por-falta-de-dinheiro/>. Acesso em 29/11/2021.

## TECENDO APROXIMAÇÕES: DO ENCONTRO COM AS MULHERES SUJEITOS DA PESQUISA

O processo de encontro com os sujeitos de pesquisa inicia a partir de uma análise das condições reais de realização do estudo que tiveram quatro principais pontos: 1) o tempo cronológico do desenvolvimento da investigação – tempo da academia; 2) a condição particular da pandemia vivida; 3) a disponibilidade dos sujeitos em narrar suas histórias e; 4) a minha própria condição de pesquisadora - que permaneço atuando como professora na educação infantil.

Assim, analisando tais aspectos e em diálogo com as orientadoras, definimos inicialmente trabalhar com a narrativa de dois sujeitos de pesquisa - duas mulheres, podendo, caso houvesse necessidade, ampliar este número no decorrer do estudo. Entretanto, no percorrer do trajeto os imprevistos foram mostrando suas potencialidades e os caminhos perspectivados para o estudo foram sendo alterados de acordo com a própria necessidade do campo.

A primeira mulher sujeito de pesquisa com quem entrei em contato foi Camila Sipahi. Seu depoimento compõe a obra *Infância Roubada*, lugar em que acessei e me aproximei de sua experiência de início. O contato de Rita Sipahi, mãe de Camila, me foi fornecido pelo Prudente José Silveira de Mello, que presidiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o qual tive a oportunidade de conhecer no 2º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais realizado em Balneário Camboriú, pela Ordem Brasileira dos Advogados (OAB), o ano era 2017.

Assim, Camila Sipahi se tornou o primeiro sujeito de pesquisa em potencial neste estudo. Iniciei os contatos via e-mail e Whatsapp, no final do segundo semestre de 2020, primeiro com sua mãe, Rita e, posteriormente com Camila. Ambas foram muito solícitas e Camila, em especial, se colocou prontamente disposta a narrar sua experiência. O cronograma da pesquisa apontava a entrada de conversas com os sujeitos mulheres para o início do terceiro bimestre de 2021.

Ao realizar contato com Camila para dialogarmos mais sobre o estudo, meus objetivos, nossas expectativas, fazer acordos necessários sobre os encontros virtuais (como datas e horários) e demais demandas requeridas para o processo, me deparo com o que considero ser o *primeiro desaparecimento que se inscreve na pesquisa*. Ao enviar uma mensagem via

Whatsapp (meio pelo qual já vínhamos tecendo algumas conversas), recebo como resposta o silêncio. Nós, estudiosas e estudiosos, que nos colocamos em pesquisa com sujeitos que vivenciaram a ditadura brasileira sabemos, por experiência própria, que o desaparecimento e o silêncio dizem muito.

A aflição, aliada a dúvida e ao vazio causado pela resposta do silêncio, ou talvez, pela ausência de uma resposta dita e/ou escrita diretamente, me lançaram a experienciar o desaparecimento e o silêncio, bem conhecidos nas histórias desses sujeitos, por outro lugar e trouxeram questionamentos sobre como proceder: deveria enviar mais uma mensagem? Contudo, isso não poderia significar que não estava respeitando sua resposta? Devo procurá-la? Esperá-la? Dar por encerrado e buscar outro sujeito? Fui indelicada de alguma forma e ela resolveu desistir de contar sua história? Em tempos de Covid-19, será que ela adoeceu, ou alguém de sua família?

Quando se trabalha com narrativas deste “lugar” (da ditadura e, por consequência de violências), a sensibilidade é condição necessária para uma ética e um cuidado com o Outro. Intrigada, porém consciente de tal condição, o tempo e a espera foram os caminhos escolhidos para lidar com a situação. Compreendo que tal escolha pode vir a gerar uma aflição por parte de quem lê, para saber o desfecho, o motivo e, nesse sentido, considero ser oportuno destacar que o desaparecimento, o silêncio, a ausência, o não saber (e o não saber se em algum determinado momento saberá) são características de um trabalho sobre a experiência da infância na ditadura. Mas aditando que, posteriormente, no encontro com outra mulher sujeito da pesquisa, o ocorrido se desvela.

Neste interim, tratei de buscar - por andanças virtuais entre artigos, páginas de instituições e redes sociais -, mulheres que pudessem compor este estudo. Assim se deu meu encontro com Sônia Sissy Kelly que ocorreu por meio de outra mulher: Eunice Terres<sup>23</sup>, uma artesã. Eunice borda homenagens a mulheres invisibilizadas pela história, mulheres vítimas da ditadura brasileira, mas também protagonistas da resistência, referências de lutas no passado e na contemporaneidade. Eunice borra as fronteiras entre arte e política bordando as histórias menores, de sujeitos menores, sujeitos mulheres:

---

<sup>23</sup> Página oficial da artesã Eunice Terres <https://instagram.com/euniceterres.art?igshid=x00pmqfbuzdj>. Acesso em 20/10/2021.

Figura 20 - Bordado Dilma Rousseff. Fonte: @euniceterres.art



Figura 21 - Bordado Marielle Franco. Fonte: @euniceterres.art



Admirando sua arte e curiosa por saber mais, realizei uma rápida pesquisa navegando pelas águas da web que me levaram até outro país latino-americano. O movimento político de bordar a história tem origem com as mulheres chilenas, que ficaram conhecidas como as *Arpilleras*, por retratarem por meio dessa artesanania a ditadura chilena. Essas mulheres, organizadas em grupos, fizeram do bordado uma ferramenta política, tramando histórias individuais que contam as mais diversas experiências - a ausência deixada pelos familiares desaparecidos, violações de direitos humanos, violações sexuais- todas narradas por linhas coloridas.

Este bordado político é resgatado, atualmente, por outras mulheres em vários países. No Brasil se expressa no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>24</sup>, destaco o trecho da matéria jornalística em que uma das mulheres do movimento o descreve:

Por mais que não estejamos dentro de uma ditadura, o modo como o Brasil faz suas grandes obras é o mesmo desde o período militar – com repressão, criminalização e violações, que impactam especialmente as mulheres”, contextualiza Elisa Estronioli, membro da coordenação nacional do MAB. Ela explica que no desalojamento, muitas mulheres não têm direito a indenização pois não são proprietárias legais dos imóveis onde vivem. Nos canteiros das

<sup>24</sup> Página oficial do movimento: <https://mab.org.br/>. Acesso em 20/10/2021.



obras, explodem os índices de exploração sexual, tráfico de pessoas, violência doméstica e estupro.<sup>25</sup> (MULHERES, UOL, 2015, s/p).

Ao navegar pela página de Eunice, o perfil de Sissy me salta aos olhos: tratava-se da foto de uma mulher, de meia-idade, com os dizeres: *mulher trans da ditadura*. Entrei em seu perfil e a biografia apresentada a descrevia como uma ativista social dos direitos humanos (imagem abaixo). Enviei uma mensagem e logo estávamos conversando via Whatsapp.

Figura 22 - Print do perfil de Sônia Sissy Kelly na página da rede social do Instagram. Fonte: acervo pessoal (2020)



Considerando a especificidade de tais narrativas, por pertencerem a um sujeito excluído e marginalizado social e historicamente (mulheres, e no caso de Sissy uma mulher trans), falando sobre um tempo considerado minoritário (a infância), uma preocupação que se estabeleceu foi como acessar essas narrativas sem validar os discursos de exclusão e/ou estereotipação de um lugar, única e exclusivamente, de vítimas. Como garantir um lugar de escuta não diretivo e opressor para as suas falas?

Atenta aos modos de constituição de uma pesquisa etnográfica e buscando consonância com a concepção de infância com a qual opero, faço a eleição da conversa como meio metodológico de acercamento e aproximação dos sujeitos da pesquisa e suas narrativas, fundamentada nas reflexões apresentadas nos diversos escritos que compõe o livro *Conversa como metodologia de pesquisa, por que não?* (2018) que tem como organizadores tiago ribeiro, rafael de souza e carmen sanches sampaio<sup>26</sup>. Parto de duas perspectivas possíveis que

<sup>25</sup> Acesso à matéria: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/09/mulheres-atingidas-por-barragens-usam-bordado-para-tecer-suas-historias/>. Acesso em 20/10/2021.

<sup>26</sup> Os nomes dos autores/as estão aqui escritos em minúsculo respeitando o posicionamento político dos mesmos que visam romper com uma escrita hierarquizante. Tal pretensão encontra-se justificada na bibliografia utilizada.

compreendem a conversa como: 1) uma metodologia menor (sampaio; ribeiro; souza, 2018); 2) um posicionamento político-epistemológico que interroga os modos autoritários e hierarquizantes na pesquisa (ferrazo; alves, 2018).

A conversa como meio metodológico de aproximação com o Outro não tem como prerrogativa um olhar para as ações isoladas de indivíduos, mas ao contrário, intenta dar a conhecer e se colocar em relação com as “práticas realizadas nas redes compartilhadas pelos sujeitos, buscando, sempre que possível, superar uma abordagem centrada no indivíduo”. (ferrazo; alves, 2018, p. 52). Tais aspirações da prática metodológica da conversa encontram-se em consonância com aquilo que Magnani (2009, p. 137) define como o pressuposto da totalidade na experiência etnográfica, situada na necessidade de “considerar os atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação [...] [mas] partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos”.

A dimensão da conversa se apresenta como uma rede de negociações constantes, de abertura e de imprevisibilidade e pode ser operada em articulação com a concepção de experiência etnográfica. Magnani (2009, p.136) destaca que “[...]se deve distinguir entre “prática etnográfica” de “experiência etnográfica”: enquanto a prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista. No entanto, esta induz àquela, e uma depende da outra”. A etnografia é perspectivada como “[...]método em sentido amplo, [que] engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final.” (MAGNANI, 2009, p.136). Deste modo, a conversa é a estratégia utilizada como meio de aproximação das mulheres sujeitos da pesquisa e suas experiências da infância.

Diante de realidades tão complexas e apagadas por uma história oficial, narrada a partir de uma perspectiva macro e, além disso, se consideramos as narrativas de mulheres sobre suas experiências da infância como devires minoritários e operarmos com uma etnografia de perto e de dentro como lente de acesso as micropolíticas e vivências, não seria estranho não considerarmos a necessidade de uma metodologia menor em detrimento aos métodos já bem consolidados nas pesquisas tradicionais? Como acessar uma experiência minoritária fazendo uso de ferramentas metodológicas construídas para analisar a partir de uma perspectiva macro? Tal reflexão surge a partir da problematização de Certeau (apud ferrazo; alves, 2018, p. 50) “nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas”.

Todo esse esforço reflexivo reflete uma preocupação em trabalhar com um método de aproximação dos sujeitos da pesquisa que não seja diretivo ou controlador (no sentido de para onde se vai), tendo em vista que a experiência da infância se trata, nesse estudo, de uma narrativa de um tempo e dessa forma, difere-se da concepção de uma memória que guarda fatos ocorridos no passado. Uma experiência que é narrada pelas mulheres desde o momento em que me coloco em contato com as mesmas e não só, especificamente, nos nossos encontros virtuais.

Compreendendo a infância como a experiência de um tempo que é narrado pelas mulheres, sujeitos dessa pesquisa, faz-se a opção, de acordo com a perspectiva apresentada, pela utilização do conceito experiência e não de memória. Aquilo que é narrado pelas mulheres não está colocado sob o horizonte de uma verdade histórica, não tenho a pretensão em garantir que relembram dos fatos tais como ocorreram e, além disso, não há a preocupação em encontrar fontes documentais daquilo que por elas é contado. Ao contrário, a escrita etnográfica é assumida como uma ficção, no sentido destacado por Clifford:

Chamar etnografias de ficções pode suscitar contendas empiricistas. Mas a palavra, tal como vem sendo comumente utilizada na teoria textual recente, perdeu sua conotação de falsidade, de algo que apenas se opõe à verdade. Sugere a parcialidade das verdades culturais e históricas, as formas nas quais são sistemáticas e exclusivas. Os escritos etnográficos podem ser adequadamente chamados de ficções no sentido de ‘algo feito ou modelado’, o que é o sentido principal da raiz latina da palavra, *ingere*.” (CLIFFORD, 2016, p.37).

As histórias narradas pelas mulheres dessa pesquisa não caminham na direção de uma verdade factual sobre a ditadura brasileira, mas revelam, anunciam e dão pistas para pensar justamente a pluralidade de experiências de sujeitos testemunhas desse contexto “As verdades etnográficas são, assim, inerentemente *parciais* – engajadas e incompletas.” (CLIFFORD, 2016, p.38). De acordo com Mariza Peirano:

[...]a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticava quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os nativos que estuda. (PEIRANO, 1995, p.41).

Deste modo, o interesse desse estudo não está nas memórias das mulheres - no período em que se encontravam na condição de crianças - sobre fatos sociais ocorridos no período histórico da ditadura, mas sim no tensionamento do próprio significado de ditadura para cada uma delas, a partir daquilo que narram como experiência. O que interessa está no horizonte da pluralidade do que foi a ditadura, do acontecimento, daquilo que interrompe a linearidade, portanto, da infância narrada enquanto experiência deste tempo. Diante do exposto, compreende-se que a metodologia da conversa atende a concepção de infância, a tessitura etnográfica e a respeitabilidade pelas experiências narradas pelos sujeitos mulheres.


A conversas com as mulheres, sujeitos da pesquisa, se deram em dois momentos distintos: inicialmente os primeiros contatos nos quais apresento a mim, a intenção da pesquisa e também conheço um pouco sobre suas trajetórias, um momento de achegamento mais informal, por assim dizer, e num segundo momento de forma remota, via encontros virtuais, utilizando a plataforma do Google Meet.

Em ambos os casos, havia um interesse de minha parte destinado para as temáticas da educação e da família em suas narrativas. Contudo, optei por não trabalhar com perguntas diretas e/ou entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, busquei construir uma possibilidade, um lugar para suas narrativas, em que minhas intervenções surgiam durante o desenrolar do próprio diálogo e daquilo que os sujeitos da pesquisa narravam sobre suas experiências. Entendendo na conversa uma possibilidade de “interrogar modos autoritários e, muitas vezes, arrogantes de pesquisar” (sampaio; ribeiro; souza; 2018, p. 34).

Deste modo, o texto a seguir tece a apresentação das mulheres com as quais coloquei-me em pesquisa. Uma apresentação que é fruto de um todo da investigação e não apenas do momento específico em que conversei de maneira “formal” por meio dos encontros virtuais, harmonizando-se com a experiência etnográfica que, por sua vez, é marcada pela descontinuidade, pelo encontro e pelo imprevisto. (MAGNANI, 2009).

## CONHECENDO AS MULHERES SUJEITOS DA PESQUISA

São três mulheres que se constituem como sujeitos da pesquisa. A primeira delas:

|   |   |
|---|---|
|    | <p><b>Sônia Sissy Kelly Lopez</b> nasceu no dia 06 de abril de 1956 em Aimoris, Vale do Rio Doce, Minas Gerais. Sissy tinha 08 anos de idade no ano do Golpe de Estado (1964) e atualmente tem 65 anos.</p> |
| <p>Sônia <b>Sissy Kelly</b> é uma <b>mulher transgênero</b> e vivenciou a ditadura brasileira na condição de criança, cresceu numa comunidade de pequenos agricultores familiares. No ano do golpe, 1964, tinha oito anos de idade e apesar de não compreender muito bem o contexto - por ser inocente (em suas próprias palavras) e pelo silenciamento em torno da ditadura instalada - <b>já se entendia como uma criança fora dos padrões cisheteronormativos</b>. Seu pai era um homem politizado, "apesar de não saber assinar o próprio nome". <b>Sissy reivindica o reconhecimento da miscigenação</b> que a constitui a partir de <b>sangue negro, indígena e europeu e destaca que o que mais a move internamente "é o sangue preto"</b>. (NARRATIVA SISSY KELLY, 2021).</p> |   |

Nos momentos de aproximação com Sissy, via conversa por Whatsapp, apresento um pouco sobre minha pesquisa e me identifico, também, como alguém que milita em prol dos direitos humanos. Digo a ela que a temática da ditadura brasileira é algo que venho percorrendo desde a graduação e que, neste estudo atual, buscava sujeitos que tivessem vivenciado esse contexto histórico na condição de criança. Sissy então me responde que foi uma criança nesse período e que considera um tema de extrema relevância, sobretudo no momento atual em que vivemos, coloca-se à disposição para participar do estudo.

A sequência de busca dos meus sujeitos de pesquisa se dá a partir do conhecimento da tese doutorado de Tauana Olívia Gomes Silva, intitulada: *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*, apresentada ao Sciences Humaines et


Sociales da Université Rennes em co-tutela com o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, publicada no ano de 2019. A minha leitura sobre tal pesquisa foi endereçada no sentido de buscar encontrar mulheres que tiveram filhas no período da ditadura (1964-1985). Entretanto, a vida familiar não foi um ponto de destaque para a pesquisadora e seu estudo não trouxe elementos sobre esse aspecto da vida das mulheres que entrevistou.

Apesar disso, entrei em contato com Tauana, via e-mail, que prontamente se colocou à disposição pra uma conversa virtual. Nosso encontro aconteceu utilizando a plataforma do Google Meet. De fato, por não ter dado enfoque sobre a vida familiar das mulheres negras, militantes, Tauana não tinha dados específicos para repassar. Contudo, disponibilizou uma série de materiais, entre relatórios de Comissões da Verdade, documentos, entrevistas e também uma lista com o contato das mulheres negras, algumas delas participaram diretamente de seu estudo, enquanto outras não.

Além disso, durante a conversa, destacou a história de Ângela Telma Lucena, uma criança no contexto da ditadura. Tal como Camila, o depoimento de Ângela compõe a obra *Infância Roubada*, narrativa em que já havia me aproximado anteriormente. Conversamos brevemente sobre a história da família Lucena, contudo Tauana não tinha o contato telefônico ou endereço eletrônico para fornecer.

Ao realizar uma busca por meio das redes sociais para entrar em contato com Ângela, tentei primeiramente a plataforma do Facebook, na qual encontrei com seu perfil, porém não recebi resposta. Obtive êxito no LinkedIn, uma rede social voltada para questões profissionais na qual constava o seu endereço eletrônico.

Estabelecemos contato via e-mail, contudo, Ângela me relata que havia perdido sua mãe, Damaris, recentemente, em dezembro de 2020 e por esse motivo não se sentia confortável para gravar ou ser entrevistada. Apesar do anúncio feito, ela me disponibiliza seu contato telefônico e pede que eu envie uma mensagem. Novamente escolhi exercitar o tempo de espera, estabelecendo contato algum tempo depois.

|   |   |
|---|---|
|    | <p style="text-align: center;"><b>Ângela Telma Oliveira Lucena Imperatrice</b></p> <p>nasceu no 10 de outubro de 1966 no estado de São Paulo, após dois anos do golpe militar (1964). Atualmente tem 55 anos. É <b>filha de Damaris Oliveira Lucena e Antônio Raymundo de Lucena.</b></p> |
| <p>Ângela é filha caçula do casal. Seus irmãos são: Denise Lucena, Adilson Lucena e Ariston Lucena. É mestre em língua portuguesa e graduada em Letras com habilitação dupla Espanhol/Português. Trabalha como tradutora e intérprete. Foi exilada do Brasil com 3 anos e meio de idade. Viveu em Cuba, país que abrigou a família Lucena durante dez anos, retornando ao Brasil com 13 anos, após a abertura política de 1985.</p> |   |

“**Meu pai** era uma pessoa que **tinha uma capacidade muito grande**, ele consertava qualquer coisa, **ele era chamado de doutor pela inteligência dele**, mas **ele não estudou**, ele **mal sabia escrever o nome dele**”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Ambos pais de Ângela foram militantes políticos no contexto da ditadura e ingressaram na luta armada em 1967 pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sobre o movimento de luta armada VPR:

Em janeiro de 1969, a VPR ganharia o seu mais notório militante, o capitão Carlos Lamarca. Veterano de missões de paz da ONU, militar profissional e experiente, Lamarca desertou do Quartel de Quitaúna levando uma Kombi com 63 fuzis automáticos. Alguns meses depois, a VPR, unida a um pequeno grupo mineiro, o Comando de Libertação Nacional (Colina), formaria a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). (NAPOLITANO, 2020, p.124).

Damaris Lucena se tornou uma reconhecida liderança operária que, já naquela época, forjava uma frente de lutas que tinha como principal bandeira os direitos das mulheres. Com a expansão da mão-de-obra feminina nas fábricas, a realidade das famílias se altera, pois, dentre outros elementos, a condição de saída das mulheres do âmbito doméstico implica na própria condição de vida das crianças, tendo em vista que, historicamente, são sujeitos em que seus cuidados eram (e ainda são, na grande maioria dos casos) responsabilidade única e exclusiva das mulheres. As reivindicações pautavam a ampliação do tempo de amamentação das crianças, que naquele momento era de apenas quinze minutos, bem como creches para as crianças, já que a sua principal cuidadora passa a ocupar uma outra função social, fora do ambiente doméstico.

A voz de Damaris passou a ser ouvida e por consequência, a incomodar, foi presa e demitida da fábrica em que trabalhava. Subvertendo a situação que, num primeiro momento parecia estar contra ela, encontrou na cozinha de famílias de classe média meios para alimentar ao mesmo tempo a família e a militância. Trabalhando em casa de família, Damaris dispunha de mais tempo, já que ao terminar as funções da casa o horário de trabalho se findava, essa flexibilidade de horários era usada para agitar a massa com panfletos e falas na periferia.

Após o golpe de 1964, em decorrência da militância dos pais, Ângela e os irmãos passaram a viver na clandestinidade. Em fevereiro de 1970 a polícia estoura “acidentalmente” o aparelho em que viviam e Antônio, o Doutor, é assassinado:

Aí nesse dia, que era dia 20 de fevereiro e tal, eles bateram no portão, aí minha mãe foi, atendeu, eles perguntaram: ‘seu marido?’ ela falou: ‘tá dormindo’. ‘chame ele que ele vai prestar esclarecimentos na delegacia’. Minha mãe achou estranho porque era um pelotão da força pública que tinha mais ou menos dezesseis pessoas, o que é estranho. Se você tem certeza que ali não tem nada, você só vai chamar a pessoa pra prestar esclarecimentos. Como é que você leva um efetivo pra uma cidade como Atibaia, era muita gente, uma cidade pequena. Aí meu pai entendeu e falou pra ela: ‘cuida das crianças, protege as crianças e deixa que eu vou resolver, você se esconde, fica com eles, ninguém me prende, ninguém me tortura’. Foi um diálogo maluco, de minutos ali. De fato, ele se armou, começou uma troca de tiros com a polícia, ele foi alvejado, caiu sentado perto do tanque e recebe um tiro de misericórdia de um dos policiais ali. Nós vimos, eu fui a primeira que vi porque eu estava no colo, minha mãe começou a ser espancada, ali na frente dos filhos, eu fui arrancada dos braços dela e começou aquela tortura logo ali, ainda não era o esquadrão da morte e nem o DOPS, era a força pública.



(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

O termo “acidentalmente” é colocado desta forma, pois apesar da polícia contar com um informante responsável por repassar os movimentos de pessoas e famílias que ali viviam e/ou chegavam, a força pública apenas se deu conta de que se tratava de um aparelho quando entra na residência:

Quando eles entraram na casa, a casa era uma casa pequena, eles começaram a dar geral, aí eles descobriram: **a casa tinha muito dinheiro**, que era uma parte do dinheiro **do cofre do Ademar de Barros** que tinha sido roubado, uma parte do dinheiro estava guardado, equipamentos m̃dicos, fardas e tal, tal, tal, tal... aí eles entenderam que na verdade, **por uma daquelas coincidencias da vida, eles tinham encontrado, estourado, um aparelho, aí chamaram o Fleury, S̃rgio Paranhos Fleury<sup>27</sup>, aí foi uma tragidia**, ele chegou... **o espancamento**, aquela coisa toda, minha mãe foi levada pra delegacia, tinha um policial que estava com um braço engessado, ele batia na boca da minha mãe, em tudo, com aquele braço, **nós fomos levados pro lar Mariquinha Lopes<sup>28</sup>.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

No contexto do final da década de 1968, a resistência armada contra o regime atuava por meio de estratégias de sequestros de figuras importantes - usadas como moeda de troca de presos políticos - e roubos a bancos e cofres, dinheiro usado para a própria manutenção dos seus quadros: a vida na clandestinidade, a militância armada – compra de armas, entre outros elementos. O regime militar encontrava-se diante de uma crise política em decorrência do

---

<sup>27</sup> “S̃rgio Fernando Paranhos Fleury atuou como delegado do Dops durante a ditadura militar, mais precisamente a partir de 1968. É considerado um dos repressores mais notáveis do período, tendo sido biografado pelo jornalista Percival de Souza na obra “Autópsia do Medo”, lançada em 2000. Fleury é acusado de chefiar os esquadrões da morte que atuavam na periferia de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970. E de ter levado o mesmo modus operandi no combate aos grupos guerrilheiros, conforme ele próprio afirmou em entrevista à Revista Veja, em 12 de novembro de 1969, logo após ter participado da captura do líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella”. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>. Acesso em 26/10/2021.

<sup>28</sup> “Desde 1938 existe, em Atibaia, o Lar Dona Mariquinha Amaral, fundado por iniciativa de D. Ignês da Conceição que o dirigiu até 1942, quando faleceu. Procurando conhecer a história do então “Abrigo de Menores” vemos que, durante esses 76 anos, muitos foram aqueles atentos aos objetivos que nortearam o amparo e a assistência ao menor desamparado, em nossa cidade. Sob a liderança de D. Ignês da Conceição o Abrigo de Menores recebeu os esforços do Juiz Samuel Francisco Mourão, do Promotor Luiz de Azevedo Castro e do Delegado de Polícia Carlos Viana passando a receber meninas desamparadas”. Fonte: <http://www.larmariquinha.org.br/sobre-nos/nossa-historia.html>. Acesso em 26/10/2021.

derrame de Artur da Costa e Silva, então presidente da república (1967-1969), e o afastamento do mesmo. A junta militar formada para comandar o regime, atuando já sob o AI-5, teve sérias dificuldades:

[...] não conseguiu acalmar os diversos grupos militares que divergiam em relação à política econômica ou à forma de conduzir a repressão à guerrilha. Esta, por sua vez, parecia triunfante, realizando as “expropriações” a bancos e ações ainda mais espetaculares, como o sequestro do embaixador estadunidense em setembro [Charles Burke Elbrick] ou o roubo ao cofre de Adhemar de Barros, em julho. (NAPOLITANO, 2020, p.120).

Ângela, uma criança bem pequena na época, recorda-se de toda a cena de violência que presenciou, contudo, sua experiência é deslegitimada justamente por ter sido vivenciada enquanto criança, compreendida não como um sujeito, mas um vir a ser sujeito e, portanto, alguém sem voz e sem história:

As pessoas sempre colocam em dúvida se eu realmente consigo lembrar da morte do meu pai. Foi um fato para mim muito marcante. Eu tinha 3 anos e meio e as pessoas questionam e dizem: “Alguém com 3 anos e meio não pode lembrar disso”. Eu gostaria muito de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero e eu não consigo. E eu não vou. Porque a única memória que tenho do meu pai é exatamente o momento da morte. Eu vivia um conflito entre apagar, riscar aquilo da minha vida, mas, ao mesmo tempo, sabia que se fizesse isso, estaria riscando a história da minha família. E eu não queria isso.

(INFÂNCIA ROUBADA, 2014, p. 84).

A narrativa de Ângela joga luz sobre uma perspectiva que compreende a infância como uma fase de imaturidade, que precisa ser abandonada, emancipada: “As pretensões de emancipação da infância costumam esconder sua negação. Sabe-se por ela, pensa-se por ela, luta-se por ela. Paralela dessa negação da infância é a negação da experiência”. (KOHAN, 2011, p.240).

À Ângela foi negada sua história e sua experiência em decorrência da sua posição de infante, sendo compreendida como uma fase sem razão e sem conhecimento e por “ser abandonada, foi objeto das mais diversas tentativas de silenciamento [...]” (KOHAN, 2011, p.238). Assim, sua narrativa é posta em xeque e em lugar de dúvida, já que sua experiência diz respeito a uma situação vivenciada quando criança.

O que se inscreve aqui é a relação de poder entre adultos e crianças, a partir da qual se define os limites do que pode ou não essa criança em termos gerais. A subordinação da criança ao adulto se configura de várias maneiras e estabelecer os limites das vozes das crianças é uma delas. O adultocentrismo se coloca como um marcador importante de ser analisado, pois atravessa consideravelmente a construção da subjetivação e, portanto, da identidade da criança. Sendo assim, incide sobre o próprio conceito de infância:

É importante observar que a questão relacionada à obediência/subordinação da criança ao adulto é definidora do conceito de infância desde seus primórdios e, curiosamente, constitui-se em tema de estudo e debate pouco explorado na produção acadêmica atual, apesar do protagonismo infantil citado anteriormente. E esta ausência muito tem colaborado para a naturalização da infância. [...] A criança só conquistou o direito de se expressar, participar, falar e ser ouvida a partir da Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças de 1989 [...]. (QUINTEIRO, 2019, p.738).

Buscando pensar na contramão de alguém que sabe, pensa e fala pela infância nasce a preocupação: como dar visibilidade, importância e atenção a uma experiência da infância, narrada como tempo, sem suggestionar ou interferir a história ouvida? Essa inquietação está ancorada num posicionamento de reconhecimento do Outro enquanto “sujeitos inventivos” (ferrazo; alves, 2018, p. 49) “que não se deixam capturar por completo e, sempre que possível, burlam os mecanismos de controle presentes nas sociedades em que vivem”, e também diz respeito a um olhar atento para as microrresistências e microliberdades, bem como para os modos de inventividade dos cotidianos e das relações que, conseqüentemente, implicam em experiências diversas, implica ainda, um posicionamento teórico-político no qual as crianças são consideradas sujeitos.

A aproximação com a outra mulher, sujeito dessa pesquisa, se deu a partir do auxílio de Tauana, quando enviei e-mail para vinte e oito mulheres, cujos nomes estavam relacionados na listagem por ela disponibilizada. O corpo do e-mail era constituído por um texto no qual

apresentava o estudo e um pouco sobre meu lugar de sujeito pesquisadora. Algumas pessoas me responderam dizendo não terem vivenciado o período na condição de criança, mas que passariam a informação adiante nos grupos de Whatsapp organizados em torno dessa temática.

Uma dessas pessoas foi Heloisa Grego, componente do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania – BH/MG e uma das fundadoras do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) de Minas Gerais, datado de 1977 e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) de 1978. Por meio da divulgação, por parte de Heloisa, nos grupos de familiares de militantes e desaparecidos políticos da ditadura me encontro com Sônia Haas e sua história.



**Sônia Maria Haas** nasceu em 05 de maio de 1958 em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Tinha 06 anos de idade no ano do golpe (1964). Atualmente tem 63 anos.

Sônia Haas vive hoje em Cacha Pregó na ilha de Itaparica na Bahia, lugar no qual trabalha com o projeto: Geladeira Literária como forma de incentivar a leitura para crianças. É publicitária e atua profissionalmente em Gestão de Comunicação.

Mesmo estando aposentada ministra aulas num curso de Pós-Graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de prestar assessoria para o Trio Elétrico Armandinho, Dodô e Osmar.

Sônia é a caçula de 7 irmãos, o segundo dos sete é **João Carlos Haas Sobrinho**, militante político **morto pela ditadura na guerrilha do Araguaia**, entre setembro e outubro de 1972 (não se sabe ao certo), local em que exercia a medicina como militância por intermédio do partido. **O corpo de João nunca foi entregue à família.**

De acordo com Sônia, o único registro que se tem sobre a morte de João é o diário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB):

**Não, o que se tem é o diário de guerrilha do partido.** Tem o diário do João Amazonas, que recentemente foi entregue aí pro partido [...] mas daí ele fala: **‘no dia de ontem, perdemos nosso grande camarada...’**, (ele gostava muito do... João Amazonas não, Vinicius Grabois<sup>29</sup>, que era o comandante da guerrilha) **‘camarada João Carlos, nosso médico’**, então ele cita isso ni. E dizem que **foi** tipo assim, **uma emboscada.**

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

O espaço de tempo, cronológico, que separa Sônia de João é de dezessete anos. João Carlos nasceu em 1941 e Sônia em 1958, é a caçula da família, mas a ligação estabelecida com o irmão é habitante de outro tempo, intensivo:

Fui construindo a minha história a partir da história do João, que hoje olhar a minha vida... eu não tenho como olhar minha vida separada. Tu vi agora mesmo: **eu faço coisas do João todos os dias**, estou aqui contigo, ontem fiz outra coisa, eu tenho sempre assunto dele pra fazer. Tem gente que acha isso errado. Uma vez um amigo meu disse assim: **‘olha, voci tem que se desligar dessa história do seu irmão, porque isso i um fantasma pesado que voci carrega, isso lhe faz mal...’** Eu disse: olha, eu não vejo assim, vejo que i uma missão minha e eu **tenho muito orgulho em ter um irmão como o João Carlos.** Então eu sempre digo isso: **isso i uma honra, homenagear ele, que i o que eu posso fazer hoje, não deixar a memória dele morrer.**

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Sônia é quem entra em contato comigo via Whatsapp, ela faz parte e articula a luta dos familiares dos desaparecidos políticos da ditadura, representando o que Napolitano destaca ao retratar o desaparecimento como prática da ditadura militar:

sem corpo, não há superação do luto e do trauma, familiar ou social. Sem sepultura, o ciclo da memória fica incompleto. A eterna ausência-presença do desaparecido foi uma das invenções mais perversas do sistema de repressão,

---

<sup>29</sup> Sônia se confunde no momento de narrativa, o diário pertencia a Maurício Grabois, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, morto na guerrilha do Araguaia em 1973. Seu diário ficou sob posse do exército durante 37 anos e só recentemente veio à público. Por meio dele o guerrilheiro registra um período de 605 dias na floresta, mais ou menos entre abril de 1972 a dezembro de 1973.

mas, ao mesmo tempo, politizou as famílias que lutam por informação sobre seus parentes. O argumento da “guerra suja” para justificar o desaparecimento forçado não satisfaz, pois, mesmo ao fim das guerras, os prisioneiros e os que tombaram são devolvidos às suas famílias. (NAPOLITANO, 2020, p.142).

A partir daí estabelecemos uma via de conversa por meio da qual lhe explico sobre o estudo que pretendo desenvolver, organizamos os encontros e “trocamos figurinhas” sobre o assunto que temos em comum: a infância e a ditadura, de maneira aleatória.

Apesar da condição de perda vivida por Ângela e do anúncio da não disponibilidade, em determinado momento, para gravar e/ou conversar sobre sua experiência da infância, as intempéries do campo e o tempo de espera acarretaram na alteração do cronograma previsto, contrariando as condições iniciais, foi com Ângela a minha primeira conversa, nosso encontro se deu no mês de maio de 2021.

O desfecho prometido: o desaparecimento e silêncio de Camila Sipahi são revelados na conversa com Ângela. Ao abrir a sala tenho o cuidado de, inicialmente, agradecer pela disposição em narrar sua história e falo um pouco sobre o meu processo de encontro com os sujeitos da pesquisa, citando Camila, pois sei que se conhecem, tendo em vista o atravessamento de suas trajetórias e ambas narrativas compõem a obra *Infância Roubada* (2014).

Nosso encontro teve uma duração de mais ou menos uma hora e meia. Apesar de ser virtual, e meu campo de visualização ser bastante restrito, percebo que Ângela é uma mulher muito expressiva, gesticula ao falar, é enfática na narrativa. Nossa conversa oscila entre risos, seriedade, indignação, espanto, tristeza e, já nos momentos de despedida, ao final do encontro, Ângela expressa uma feição cautelosa e com cuidado me diz:

Eu vou te fazer um comentário, também, que você não me perguntou, mas eu vou comentar da mesma forma. **A Camila, o pai dela faleceu há poucos dias, o Alípio Freire<sup>30</sup>, então, você vai lidar com uma situação... o Alípio era uma pessoa muito querida. Ele**

---

<sup>30</sup> Alípio Freire: Jornalista, escritor e artista plástico, **Alípio Freire** foi militante da Ala Vermelha, grupo dissidente do PCdoB, que combateu a ditadura militar por meio da luta armada. Foi preso aos 23 anos pela Operação Bandeirantes (OBAN). Depois de três meses de torturas e interrogatórios, foi transferido para o Presídio Tiradentes, onde ficou preso entre 1969 e 1974. Após a prisão, seguiu com o jornalismo e a militância, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Anistiado pelo Ministério da Justiça desde 2005, escreveu vários livros, entre eles, “Estação Paraíso” e “Estação Liberdade”. Em 2013, lançou seu primeiro documentário, chamado: *1964 – Um golpe contra o Brasil*. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/alipio-freire/>. Acesso em: 21/10/2021.

era um jornalista especialíssimo, um baiano gente finíssima, um querido e morreu de COVID. Ele melhorou, ele ficou internado, ele ficou naquele processo, quando a gente achou que ele ia ter alta, o Alípio morreu. Então você vai lidar com uma Camila dolorosa, dolorida, i... num momento difícil e estou te avisando porque pode até ser que ela te diga 'vamos conversar em outro momento', nã.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Respondo agradecendo e explicando que: “como da outra vez ela [Camila] me respondeu muito prontamente, eu senti que tinha alguma coisa, mas não sabia dizer o que era. Então, pensei: vou esperar, vou dar esse tempo”. Sigo dizendo que deve ser muito difícil vivenciar essa perda, ainda mais neste momento político de um governo negacionista e saudoso da ditadura, ao que Ângela me responde: “nem me fale! nem me fale! Todos os resquícios, todos os resquícios vindo à tona, polícia truculenta, sabe. O preconceito, tudo”. Eu completo: “a história se repetindo”. Ângela responde: “Exatamente! Exatamente. Eu falei: deixa eu dar um toque porque, tá bom, você vai entender” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Finalizo agradecendo a ela por ter tido a sensibilidade de comunicar.

Ao ter conhecimento do ocorrido, sou lançada a uma série de questionamentos à luz da atualidade. Como processar a dor e sofrimento da perda de um ente tão próximo num contexto pandêmico em que o governo – que deveria salvaguardar a vida da população a partir de políticas públicas – é quem lança os sujeitos para a morte? Como processar os pontos que entrelaçam o que se vive no presente com o passado, já que estamos falando de um presidente que é Capitão do exército e reivindica, sempre que tem oportunidade, um discurso nostálgico da ditadura brasileira, chegando a dizer em várias ocasiões, que o regime militar matou poucas pessoas, deveria ter matado mais.

A reflexão que me surge é ancorada naquilo que Benjamin (apud LÖWY, 2005), tece sobre a história, como o passado em movimento, passível de ações no presente e, neste caso, as violências do passado permanecem violentando sujeitos no presente, que compõe gerações distintas. Sujeitos que eram jovens e hoje pertencem ao grupo denominado terceira idade, sujeitos que eram crianças e hoje habitam a condição de meia idade, e os filhos e filhas dessas pessoas que não vivenciaram a ditadura diretamente, mas que experienciam, na atualidade, a perda de um avô, avó, tios, tias para a COVID-19 e para o discurso negacionista. A experiência da infância se apresenta como geracional e intergeracional, lançando luz sobre infâncias do ontem e do hoje.

O processo de encontro com os sujeitos mulheres foi mais difícil e demorado do que o perspectivado, alterando o cronograma cronológico construído previamente. O campo mostrou sua força no que tange à capacidade de alteração dos processos previamente estruturados. O acontecimento irrompe a linearidade da pesquisa, convergindo para o que Pratt (2016) chama atenção ao dizer que o campo não está dado *a priori*, mas é fruto do próprio processo de encontro e desencontro com sujeitos (e neste caso, dos aparecimentos e desaparecimentos), das escolhas teórico-epistemológicas do sujeito pesquisador, dos recortes que se escolhe analisar, etc. O campo é, portanto, compreendido como um constructo relacional em que os acontecimentos e imprevistos são exatamente aquilo de que se deve falar, refletir e problematizar no trabalho de pesquisa e estudo.

A utilização da conversa como meio metodológico de investigação se configurou, no decorrer do estudo, numa atitude política por meio da qual a pesquisa foi pensada com o Outro. À medida que este modo de fazer foi se desdobrando, conseqüentemente, acarretou num posicionamento contrário aos modos hierárquicos das práticas de pesquisa. A metodologia em questão está diretamente implicada num exercício de experienciar a própria pesquisa, compreendida enquanto uma metodologia menor que se configura como uma linha de fuga às normativas engessadas das pesquisas científicas tradicionais (sampaio, ribeiro, souza, 2018).

Tal movimento está relacionado diretamente a um posicionamento político-epistemológico em relação à concepção de conhecimento que, de acordo com esta perspectiva, é compreendido como algo “inacabado, permanentemente em movimento, portanto, provisório, múltiplo, transversal e rizomático” (sampaio; ribeiro; souza, 2018). Trata-se, portanto, de um movimento de investigação no qual colocamos nossos saberes (ou aquilo que acreditamos saber sobre determinados sujeitos e objetos de estudo) em movimento.

Este movimento tem um caráter relacional, dialógico, imprevisto, aberto para os acontecimentos e constitui-se em si mesmo como experiência que, por sua vez, é narrativamente organizada a partir de uma escrita etnográfica.



## A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE NO ENCONTRO COM O OUTRO: O TENSIONAMENTO SOBRE A *POSIÇÃO-DE-SUJEITO* PESQUISADORA

Ao iniciar a aproximação com meus sujeitos de pesquisa, por meio de conversas “informais” via Whatsapp, fui buscando construir um lugar de confiança demonstrando, sempre que possível, um grande respeito por suas histórias e narrativas. Respeito genuíno, fruto, entre outras coisas, da minha trajetória de estudo sobre a temática da ditadura brasileira e militância em prol dos direitos humanos.

Algumas questões se apresentaram como pequenos desafios para esse “achegamento”, como por exemplo: a compreensão da característica de experiências da infância vivenciadas em situações de violências, portanto, narrativas sensíveis, assim como a própria condição da virtualidade que impõe uma distância física, implicando outros modos de proximidade.

Já nas primeiras conversas recebi um acolhimento por parte das mulheres que disseram reconhecer a importância deste lugar da pesquisa acadêmica, sobretudo na área da educação, para o registro de histórias negligenciadas além do fato relevante de pertencer a uma outra geração, ou seja, ser uma pessoa jovem e interessada por essa temática. Especificamente no encontro virtual, Ângela e Sônia Haas iniciam agradecendo a oportunidade e o espaço para narrarem suas experiências e, deste modo, me sinto confortável neste lugar de sujeito pesquisadora, o que flexibiliza a minha aproximação ao mesmo tempo que traz uma tranquilidade para passear no diálogo, com curiosidade e inquietações.

Tal processo se diferenciou com Sônia Sissy Kelly que, a partir da sua própria condição de sujeito, me desloca do lugar “confortável” de pesquisadora lançando-me a refletir sobre a naturalização dessa posição e sobre a ideia pré estabelecida desse lugar - constituído estruturalmente e que, geralmente, permanece intacto sendo apenas ocupado por diferentes pessoas.

A primeira questão é refere-se ao acesso tecnológico e surge no momento em que começaríamos a nos encontrar virtualmente. Sissy mora há três anos, na Ocupação Carolina Maria de Jesus<sup>31</sup>, nome que homenageia a grande escritora de *Quarto de despejo*. Viver em uma ocupação diz respeito, entre outras coisas, estar à mercê de ameaças de despejo e violências

---

<sup>31</sup> Matéria veiculada em maio de 2018: *Como é viver em uma ocupação urbana? Apesar de ameaças de despejo e violência, famílias constroem laços e expectativas.* Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2018/05/15/como-e-viver-em-uma-ocupacao-urbana>. Acesso em 21/10/2021.

constantes, além da incerteza do não ter para onde ir caso o despejo se efetive. Neste sentido, o acesso aos meios tecnológicos como computadores, celulares e a própria internet de qualidade são precárias e não se configuram como preocupações no horizonte de quem precisa garantir teto e comida diariamente.

Diante de tal dificuldade, optamos, Sissy e eu, por agendar uma data e horário para conversarmos pelo Whatsapp, via recurso de áudio, disponível no aplicativo. Sissy então lança um novo questionamento, sinto que está um pouco constrangida, mas uma das características dos aplicativos é o ruído que a comunicação textual e/ou por voz (áudio) carregam em si, não possibilitando a visualização da feição e expressão do/a interlocutor/a o que nos lança diretamente para um campo interpretativo e de suposições.

Neste sentido, interpretei a fala de Sissy a partir do lugar de constrangimento ao me relatar suas dificuldades de subsistência e solicitar se a Universidade poderia contribuir financeiramente como contrapartida a sua narrativa, justifica-se dizendo que esse valor seria convertido para a compra de alimentos e manutenção da sua vida na ocupação. Pega de surpresa, respondi que a Universidade não dispunha de nenhuma ação financeira nesse sentido, mas que verificaria outras possibilidades.

Quando nos colocamos em relação direta com sujeitos da pesquisa estamos, conseqüentemente, nos expondo a situações não passíveis de previsibilidade e indeterminadas que surgem das redes de relacionamento que vão sendo tecidas no decorrer da própria pesquisa. Tal reconhecimento implica uma predisposição (e uma coragem, em certa medida) a nos lançarmos à dimensão de abertura e à capacidade de estranhamento de nossos próprios saberes, além do reconhecimento de nossas precariedades, condições que possibilitam o encontro, de fato, com o Outro. (ferrazo; alves, 2018). O meu encontro com Sissy lança luz a toda essa complexidade.

O que significa ser uma mulher trans no Brasil? Algumas pistas podem ser encontradas em matéria publicada no Jornal Nexo, intitulada: *Os impactos da pandemia na população trans*, escrita por Duda Salabert<sup>32</sup>, os dados trazidos são, no mínimo, assustadores:

---

<sup>32</sup> Duda Salabert: “é mãe, professora de literatura, vegana e vereadora por Belo Horizonte pelo PDT. Em 2018 tornou-se a primeira transexual do país a se candidatar ao Senado Federal pelo país, terminando as eleições como a quarta mulher mais votada da história de Minas Gerais. Em 2020 foi eleita para o cargo de vereadora como a pessoa mais votada da história da capital mineira.” Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Os-impactos-da-pandemia-na-popula%C3%A7%C3%A3o-trans>. Acesso em 21/10/2021.

Antes da pandemia de covid-19, era essa a realidade das travestis e mulheres transexuais no Brasil: 90% na prostituição, 4% em empregos formais, 72% não possuíam ensino médio, 56% não tinham concluído o ensino fundamental, 0,02% frequentavam alguma universidade. O Brasil liderava o ranking mundial de país que mais mata travestis e transexuais, sendo que 80% dos casos de assassinatos ocorreram com violência hiperbolizada, ou seja, com requintes de crueldade. Esses números – apresentados pelo dossiê anual publicado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – desenham o quadro de extrema vulnerabilidade social a que a população trans no Brasil estava exposta em 2019. A pandemia de COVID-19 acentuou negativamente esses dados. (SALABERT, 2021).

Entre outras coisas, ser mulher e/ou homem trans no Brasil significa conviver com a realidade de estar constantemente correndo perigo de vida, ou seja, a possibilidade de ser assassinada ou assassinado a qualquer momento. Em outra matéria, veiculada pelo jornal Brasil de Fato<sup>33</sup>, em janeiro de 2021, fundamentada, também, no relatório da ANTRA, registra um aumento dos assassinatos de pessoas trans em 41% no ano de 2020. Além disso, destaca um dado importante: “Relatório da ANTRA mostra que 175 mulheres trans foram assassinadas ano passado [2020]; 78% das vítimas fatais eram negras.” (BRASIL DE FATO, 2021).

Novamente a interseccionalidade se coloca como fundamental para pensar a realidade de violências sofridas por distintos sujeitos que têm sua identidade atravessada por marcadores sociais, neste caso específico: de gênero, raça e classe. É de conhecimento geral que ser negro e ser pobre, no Brasil, são sinônimos. Os dados aqui apresentados exercem uma função não só de narrar os caminhos traçados com a pesquisa, mas em certa medida operam como uma denúncia dos crimes cometidos contra a população LGBTQIA+ pelo Estado e pela sociedade.

Sissy me desloca do lugar pré estabelecido de sujeito pesquisadora fazendo-me questionar sobre alguns pontos específicos como: o próprio papel da Universidade em situações de pesquisas que envolvem sujeitos cujas suas identidades se opõem a norma instituída socialmente e, não só em pesquisa, mas com a população marginalizada no geral – tendo em vista que a extensão é um componente do tripé acadêmico - e o próprio desaparecimento desses sujeitos na história social. A condição de sujeito de Sissy (sem acesso aquilo que é mais básico: moradia e alimento) aparece como um impedimento de aproximação e de construção de um

---

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020>. Acesso em 26/01/2021.

lugar de escuta, para que sua história seja contada, ouvida e ressoada, ou seja, configura-se num desaparecimento desse sujeito que tem sua existência limitada pela própria identidade.

Sissy me mostra que não há um lugar possível de ser ocupado por conta da própria característica interseccional que a constitui, sendo uma mulher trans, filha de uma pequena família de agricultores que teve pouco acesso a estudo, condição que desaparece com sua existência, no passado, no presente e conseqüentemente no futuro, pois é sufocada normativa, social e institucionalmente.

Na tentativa de seguir com nosso diálogo, acordamos um valor que ela considerasse justo e de acordo com aquilo que eu poderia dispor em determinado momento. Conforme havíamos combinado, realizamos uma conversa via áudios no Whatsapp. Sua narrativa estava voltada para a condição da experiência da transgeneridade, quando jovem, aos dezessete anos, em meio ao regime militar:

**Iniciei a minha transição** ainda bastante jovem, com 17 anos, em 1974, na Grande Vitória, Espírito Santo, mais aproximadamente na cidade de Serra, na praia de Carapebus, numa grande Zona Boimia, chamada São Sebastião no ano de 1974. Eu ali cheguei e logo em seguida iniciei a minha transição, **furei a minha orelha, fiz a minha sobrancelha** e iniciei a trabalhar como diarista nas boates e nas **casas de profissionais de cabelereira e maquiador**, dessas pessoas que trabalhavam naquela grande Zona Boimia e eu limpava a casa das pessoas e também trabalhei em alguns restaurantes, fiz algumas faxinas. E logo em 1975, um ano após o início da minha transição, **eu já estava transicionada e já estava trabalhando como profissional do sexo.**

(Narrativa Sônia Sissy Kelly, 2021)

Ressalto que se trata de uma história forte e importante. Entretanto, novamente o lugar de sujeito pesquisadora que pretende construir uma etnografia e uma escrita atenta aos modos opressores de estar em pesquisa com o Outro foram tensionados. Havia, de antemão, uma expectativa em torno da narrativa de Sissy, especificamente por se tratar de uma mulher trans e, deste modo, vislumbrá-la como uma grande contribuição para o estudo.

Contudo, à medida que fomos trocando áudios, minhas expectativas foram se frustrando. Sissy não falava aquilo que eu estava predisposta a escutar, sua narrativa estava focada no processo de transição quando jovem, entre 17 e 18 anos enquanto eu conduzia perguntas e mais perguntas sobre a Sissy criança. Sem perceber, guiava-me pelo discurso moderno que concebe

criança e infância de maneira inseparável e as inscreve numa cronologia temporal. Mesmo atenta ao fazer a crítica a essa concepção, caio na armadilha, pois realizo essa reflexão de dentro e acabo por trair a mim mesma.

Sissy narrava sua experiência da infância (que não necessariamente diz respeito à condição de criança), enquanto eu a empurrava, com questionamentos desconectados, para outro caminho, vislumbrando que sua narrativa chegasse até o lugar criado por mim mesma de antemão. Alves e Ferraço (2018, p.46) nos dizem que o ato de conversar exige uma “predisposição em seguir processos, em nos deixar levar pelos fluxos e movimentos [...] destituindo-nos, sempre que possível, de nossas necessidades de controlar os processos vividos”. Nesse sentido, entendo que a partir do meu posicionamento diretivo em relação a narrativa de Sissy, a conversa deixou de ser conversa.

Nietzsche, de acordo com Kohan (2007), em *Assim falou Zaratustra* descreve as três metamorfoses pelas quais o espírito passa e se transforma: o camelo, o leão e a criança. Esta última, a criança, é posicionada no lugar mais positivo que resiste aos valores impostos, sendo “[...] pura afirmação de um novo início, de uma pura criação. Não há espírito mais afirmativo, criativo e livre, no Zaratustra, do que o de uma criança” (KOHAN, 2007, p.110-111). Já o camelo, é descrito como aquele que carrega os valores da tradição cultural inscrito numa falta de liberdade.

Em certa altura da conversa com Sissy dei-me conta de que minha posição se encontrava muito mais próxima ao camelo do que à criança. De maneira contraditória, esforçava-me por guiar e controlar a conversa, afim de ouvir não o que Sissy narrava como sendo sua experiência, mas aquilo que eu gostaria de escutar, ou seja, teimosamente reafirmava a uma posição de alguém que *faz* pesquisa com o Outro e não de alguém que *está e se coloca* em pesquisa para o encontro com o Outro em toda a sua singularidade:

O camelo é o espírito que carrega, sem qualquer resistência, os pesados valores da tradição cultural que, com sua pretensão de se construir na totalidade dos valores, colocam em evidência a mais absoluta falta de liberdade do camelo; o camelo, preso ao dever, renuncia à sua liberdade, respeita a tradição e até desfruta do peso que carrega, na medida em que os pesos mais formidáveis colocam mais à prova sua fortaleza. (KOHAN, 2007, p.110).

Há verdade em dizer que a utilização do recurso de áudio via Whatsapp dificultou em grande medida uma aproximação e a construção de um vínculo, mas há verdade, também, no fato de que não obter aquilo que eu mesma perspectivei em minha interlocutora me lançou para um lugar de frustração, impedindo um prosseguimento com a conversa.

Ao tecer reflexões sobre o trabalho de campo, o lugar do etnógrafo e da sua subjetividade no desenvolvimento da pesquisa, Pratt diz:

De forma bastante paradoxal, as condições de trabalho de campo são relatadas como um impedimento para a tarefa de se fazer trabalho de campo, ao invés de serem consideradas parte daquilo que se deve dar conta no trabalho de campo. (PRATT, 2016, p.80).

A autora está se referindo criticamente à etnografia científica e profissional “inventada” por Malinowski. A reflexão em torno do encontro com Sissy carrega em seu bojo a problematização de que o encontro com os sujeitos não necessariamente tem uma correspondência imediata com aquilo que buscamos. Aquilo que se busca conhecer, encontrar e/ou saber não tem caráter linear. Sissy, em toda a sua alteridade, redefine o próprio campo da pesquisa provocando uma abertura, outro início que me mobiliza a pensar o meu próprio lugar de sujeito pesquisadora dentro do estudo, incidindo nos modos de me relacionar com as outras mulheres, sujeitos da pesquisa.

Esse encontro se coloca, portanto, condizente com aquilo que é próprio da etnografia, que busca inscrever os movimentos da pesquisa, os acontecimentos, os imprevistos que não podem ser perspectivados de antemão e que constrói o campo, entendendo que ele não está posto.

Assim, a contribuição de Sissy neste estudo se dá por outro lugar, na direção de uma provocação sobre aquilo que se intenciona fazer, como no caso deste estudo específico, construir uma pesquisa distanciada dos modos hierarquizantes da relação entre os sujeitos que compõem a investigação. Trata-se de um processo, um experimentar-se e um aprender com a própria trajetória, reconhecer os limites, as dificuldades e, também, as impossibilidades de seguir fazendo como se está fazendo.

Além de provocar questionamentos sobre a minha própria postura de sujeito pesquisadora, Sissy indaga, concomitantemente, o próprio papel da pesquisa, da Universidade

e da produção de conhecimento, tensionando uma movimentação no sentido de desnaturalizar o processo, o lugar e os modos de fazer ciência.

Esta condição representa aquilo que é umas das contribuições da pesquisa etnográfica: refletir sobre as intempéries surgidas no processo de desenvolvimento do estudo que constituem a própria experiência etnográfica do sujeito pesquisador, lançando luz à questões que não haviam sido esboçadas de antemão, mas ao contrário, são frutos do encontro o Outro.

Embora não tenha prosseguido com Sissy por reconhecer minhas limitações em torno de um fazer não diretivo e controlador do processo de pesquisa, nosso encontro expõe aquilo que é a condição de uma infante da etnografia, um lugar e um modo de fazer pesquisa pelo qual vou experimentando a mim mesma, me desencontrando e, neste sentido, concordando com Placer (2001, p. 89) “talvez, para responder ao Outro seja necessário repensar-se e desentender-se de si mesmo, [...] se tenha de deixar de continuar sendo da maneira como somos, se tenha de deixar de continuar nomeando e olhando como fazemos”.

Considero, dentro daquilo que venho desenvolvendo, esse desencontrar-se de si mesmo para encontrar com o Outro possível por meio da infância, entendida como “condição de ser afetado que nos acompanha a vida toda” (KOHAN, 2011, p.239). Sissy me provoca a pensar sobre o lugar que ocupo e como o ocupo dentro da pesquisa, inscrevendo-se na própria alteridade que é o Outro. Alteridade no sentido destacado por Lima (2015, p.98): “[...] incontestável e irredutível alteridade do outro é da ordem da irrupção, daquilo que multiplica as formas que temos de ver e estar no mundo, que desloca, que provoca o nosso olhar a descentralizar, desenraizar e des(saber)”

A infância está aqui como o meio pelo qual posso ser afetada pelo constrangimento de seguir desenvolvendo uma pesquisa fundamentada numa hierarquização de relação em que o sujeito pesquisador detém o poder de todo o processo. Diante disso, ao perspectivar a mim mesma enquanto sujeito pesquisadora, a partir do encontro com Sissy, busquei refletir sobre essa posição junto às outras mulheres, sujeitos da pesquisa. Entendendo que, uma das possíveis necessidades de sujeitos que narram experiências sensíveis é um lugar de escuta para que possam se expressar em detrimento de apenas responder a questões com interesses específicos. Uma posição, portanto, de alguém que ouve o que o Outro tem a dizer, de fato.

Tal condição complexa está em consonância, também, com aquilo que é próprio da etnografia, ou seja, com o imprevisível, as rupturas e o não-saber de antemão. A narração da minha experiência com Sissy diz respeito à força e à potência que é o próprio campo - que nos

coloca a pensar sobre questões impossíveis de serem perspectivadas a priori - e isso só é possível, só aparece na escrita, justamente pelo olhar atento sobre a posição de sujeito pesquisador, por essa disposição em repensar-se e repensar a pesquisa.



**III**  
**INÍCIO**  
**INTERSECÇÕES**

## **“NÃO ERA PRA FALAR, NÃO ERA PRA CHORAR”: DESAPARECIMENTOS NARRADOS PELAS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA DAS MULHERES SUJEITOS DA PESQUISA**

Desaparecer, na língua portuguesa, é classificado como um verbo que, por sua vez, são palavras que designam uma ação, um estado, uma mudança de estado ou um fenômeno da natureza<sup>34</sup>. Mas, além disso, desaparecer é um verbo intransitivo, isso significa que não precisa de um complemento - de um objeto direto. Outros exemplos de verbos intransitivos são: nascer, morrer, viver e chorar. Em suma, desaparecer é uma palavra que não acompanha *o quê* e *nem quem*, pois a ação de desaparecer está relacionada a deixar de existir, sumir, ocultar, esconder e ao dizer com *o quê* ou *com quem* se some, perde a sua efetividade na mesma hora.

Paradoxalmente, o desaparecimento vai surgindo no decorrer de todo o processo de construção do campo, sobretudo nas narrativas das mulheres, lugar em que se sobressai, tornando-se a própria condição do campo. A recorrência do desaparecimento durante o processo de desenvolvimento da investigação pode ser caracterizada em algumas imagens de pensamento: 1) o desaparecimento como a própria condição da história da ditadura, um período apagado e silenciado sob o qual se instituiu um discurso linear e oficial que dita a verdade sobre determinado contexto histórico; 2) o desaparecimento dos próprios sujeitos, haja vista o ocorrido com Camila Sipahi (descrito na sessão anterior) bem como todo processo labiríntico de busca dos sujeitos da pesquisa; 3) o desaparecimento do sujeito militante perante o regime militar por meio da clandestinidade; 4) e o desaparecimento que se inscreve na própria experiência da infância, ou seja, nas narrativas das mulheres, sujeitos da pesquisa, que vão marcando as histórias, memórias, vínculos, relações e o ser criança em determinado contexto.

As conversas e encontros com as mulheres sujeitos da pesquisa foram transcritas na sua íntegra e assistidas várias vezes, já que por terem sido realizadas virtualmente foram gravadas (com o consentimento delas) e assim pude revisitá-las. Após a transcrição, iniciei um processo de nucleação das narrativas, afim de identificar, caso fosse possível, um traçado em comum em suas experiências, apesar de terem sido vivenciadas de formas distintas. Colori os trechos dividindo-os por palavras-chave que me chamavam a atenção em ambas narrativas. Deste

---

<sup>34</sup> Fonte: <https://www.dicio.com.br/verbo/>. Acesso em 25/10/2021.

modo, fui construindo uma espinha dorsal por meio da qual foi possível estruturar o texto apresentado.

Num segundo momento realizei a tarefa de construir em um único arquivo, a partir das palavras-chave, trechos comuns de suas narrativas. Um exemplo de palavra-chave: família. Isso me permitiu perceber, ao finalizar e reler esse texto único, que, embora Ângela, Sônia Haas e Sissy Kelly trouxessem questões familiares, o significado da instituição família se diferenciava para cada uma. A título de exemplo: no caso de Ângela, o próprio sujeito da pesquisa utiliza o termo família ideológica como diferenciação entre família biológica e família política (que se constrói por meio da aproximação da ideologia e visão de mundo).

Diante de tal processo, à medida que trabalhava na geração dos dados de minha pesquisa, a questão do desaparecimento foi surgindo como um destaque e é por meio dele que se torna possível narrar o processo de construção deste estudo etnográfico. Num primeiro momento se manifesta da maneira mais óbvia: o desaparecimento de um corpo - alguém que some. Trata-se de uma experiência em comum entre Ângela – que nunca pôde enterrar o corpo de seu pai, e Sônia – que até hoje busca pela história e corpo do irmão. Elas narram, respectivamente:

falo aqui, eu acho, que em nome de todas as famílias que não tiveram a possibilidade de enterrar os seus mortos. Inclusive meu pai que é desaparecido. É um direito que nós temos como seres humanos, em qualquer cultura as pessoas têm o direito não somente de chorar pelos seus entes queridos, mas também a possibilidade de saber como aconteceu.

(ÂNGELA LUCENA, INFÂNCIA ROUBADA, 2014, p. 85).

Eu tinha seis anos e eu o aguardava todas as manhãs de domingo, pedalando ansiosamente minha bicicleta a espera de qual esquina ele chegaria. Até que num domingo ele não veio, no próximo também não...

(SÔNIA HAAS – AOS DOMINGOS NA ESQUINA, 2015)<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> “Curta produzido por Sônia Maria Haas e integrante do filme colaborativo Um Golpe, 50 Olhares. Um projeto organizado pelo CRIAR BRASIL e fomentado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, por meio do Projeto Marcas da Memória.” Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=6ZAfzCYbljY>. Acesso em 25/01/2022.

O desaparecimento do corpo, é uma prática de regimes autoritários, característica acentuada, sobretudo, das ditaduras de Segurança Nacional latino americanas, sendo um dos componentes do Terror de Estado (TDE)<sup>36</sup>. No Brasil, a técnica começa a ser mais utilizada e disseminada no período conhecido como os *Anos de Chumbo*, que tem início com a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), ao apagar das luzes, em dezembro de 1968.

As prisões arbitrárias e os assassinatos por meio da tortura eram práticas realizadas pelo regime desde a tomada de poder. Contudo, é na década de 1970 que o Estado organiza, de fato, uma máquina repressiva que recai sobre toda sociedade, estruturada no tripé: vigilância – censura – repressão. Diante disso o desaparecimento muda seu status passando a exercer uma função:

Se, num primeiro momento, o regime fazia prisioneiros entre aqueles envolvidos na luta armada ou forjava incidentes e fugas para justificar as mortes sob tortura, a partir de 1971, incrementou-se outra solução: o desaparecimento. Para o sistema repressivo, essa solução tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido. Oficialmente, nem preso nem morto. Logo, o sistema repressivo, parte estrutural do regime, elaborou uma sofisticada técnica de desaparecimento, cujo primeiro momento era o desaparecimento físico do corpo, seja por incineração, esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados. Mas, para além desta atrocidade, organizava-se um aparato de contrainformação para despistar familiares, alimentando-os com pistas falsas e fazendo-os perder-se nos labirintos burocráticos do sistema. (NAPOLITANO, 2020, p. 135).

O desaparecer com o corpo se caracteriza, entre outras coisas, como uma estratégia de desaparecimento do próprio crime, já que sem o corpo somem, também, as marcas que nele estão e que contam o ocorrido. De acordo com Araújo (2016, p.60): “Corpos e pessoas desaparecidas fazem parte da linguagem do confronto [...]. Nesse sentido, o terror aparece como parte de um mecanismo de poder e não como algo que o extrapola”. Assim, o desaparecimento

---

<sup>36</sup> O TDE está intrinsecamente relacionado à natureza do Estado que abre mão de governar constitucionalmente e se utiliza da violência expressa para governar, disseminando o terror em toda a sociedade. “Nos casos concretos do Cone Sul, os golpes de Estado que instalaram os regimes repressivos cumpriram várias funções pontuais. Primeiro, a eliminação física, política e psicológica de muitos cidadãos vinculados ou suspeitos de pertencerem à oposição. Em segundo lugar, com intenção preventiva, tomaram medidas intimidatórias, dissuasivas, afetando organizações e instituições de potenciais opositores, visando soterrar qualquer chance de concretização de alternativas institucionais e adiar, no tempo, a reestruturação das organizações, a rearticulação dos quadros sobreviventes assim como o debate político que poderia ativar novas formas de atuação.” (PADRÓS, 2005, p. 94).

se configura como uma amostra do poder do Estado sobre os corpos de sujeitos que subvertem a norma (no sentido mais estendido da palavra – política, social e cultural).

## O PARADOXO DA CLANDESTINIDADE COMO LINHA DE FUGA PARA A EXISTÊNCIA

Além de despontar por meio da ausência de um corpo, o desaparecimento vai se revelando nas narrativas a partir de outras configurações, não tão óbvias e que exigem um olhar mais atento. A condição de clandestinidade, por exemplo, é uma delas. Foram várias as formas encontradas para resistir ao regime militar dada a própria condição de perseguição a que os sujeitos foram expostos. Diante disso, muitos militantes encontraram na clandestinidade (e na invisibilidade característica desta), uma possibilidade de existência.

Viver na clandestinidade implica, diretamente, a condição de se localizar fora da legalidade, tendo em vista que se configura, entre outras coisas, como um: tornar-se anônimo, sem rosto e sem identidade - inexistente. As regras sociais e políticas impostas pelo regime militar eram excludentes, por meios violentos, com aqueles e aquelas que não concordavam com as mesmas. Assim, o desaparecimento do sujeito enquanto cidadão legal se configura como um lugar possível não só de resistência, mas de sobrevivência.

Contudo, importa considerar algumas ressalvas a fim de não dicotomizar a condição da clandestinidade. Embora tenha sido uma manobra encontrada pelos sujeitos militantes para desaparecer aos olhos do regime militar, é na condição de sujeito clandestino(a) que a existência se torna possível, daí a expressão da clandestinidade como algo paradoxal, pois é a partir do movimento de tornar-se inexistente - seja se escondendo em aparelhos ou com nomes e identidades falsas - que se encontrou possibilidade de continuar vivendo.

Foi na clandestinidade que tais sujeitos encontraram possibilidade de viver as suas verdades, de acordo com a visão de mundo que tinham, mesmo que houvesse um preço a ser pago por tal sacrilégio e audácia. Recordo-me de Kohan (2011, p.170) ao narrar a história de Sócrates que optou por beber cicuta em detrimento de renunciar à filosofia, ou seja, a sua verdade, a verdade de sua existência: “De todas as alternativas propostas para evitar a morte, uma é especialmente inaceitável para Sócrates: deixar de filosofar.”

A passagem da condição de legalidade para a clandestinidade é um movimento que ocorre em alguns casos de maneira mais brusca e em outros de forma processual, iniciando-se com o afastamento do(a) militante, por “escolha” - entre aspas, porque apesar de optar por um distanciamento da família biológica, se tratava de uma necessidade do(a) militante imposta pela

condição do governo autoritário vigente - quanto menor o contato, quanto menos souberem, mais seguros estarão.

No caso de João Haas houve um processo de organização e preparação de transição para a clandestinidade e, posteriormente, à luta armada. João se forma em dezembro de 1964 em medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, após concluir a graduação realiza a residência e, posteriormente, ingressa como militante da guerrilha pelo PCdoB. Sônia descreve:

Aí ele veio pra casa e **disse que iria pra São Paulo estudar** no Hospital de Clínicas. Aí isso eu me lembro! Da minha mãe discutindo, que **ele pediu pra ela comprar uma mala grande**. Aí a mãe disse: 'mas por que que o João quer uma mala tão grande?' eu me lembro dela falando isso, **minhas memórias são essas**. E, parece que **antes disso ele ia** querer comprar um fogão, porque ele ia **noivar**, mas daí não comprou o fogão, aí mandou comprar essa mala. Aí a mãe disse: 'mas tem alguma confusão aí'. E arrumou, pegou um casaco grosso: porque **ele ia pra China<sup>37</sup>! Mas ele não disse**. Ele não podia dizer pra gente, nã. E a mãe disse: 'não sei por que ele quer esse casaco tão grosso, será que lá em São Paulo **é** mais frio do que aqui no Rio Grande do Sul?!'. Enfim, essas coisas todas, mas ele disse que ia fazer essa especialização e **eu então fiquei com essa despedida** que ele teve lá com um amigo dele pra se despedir da gente e tal e **nunca mais a gente viu**. Em [19]66, ele foi embora em janeiro de [19]66.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Sônia e a família foram impossibilitados de estarem juntos com João novamente, após sua partida. Durante um determinado período, o irmão dava notícias e se comunicava esporadicamente via cartas e telegramas. Contudo, a condição da clandestinidade era sempre preservada. Para Sônia, restou encontrar meios para lidar com a situação de ausência e presença do irmão:

**Uns meses depois chegou uma cartinha**, mas não tinha endereço. A gente não sabia para onde escrever. Isso eu entendi depois, na época não. Mas **ele perguntava**

---

<sup>37</sup> João militava pelo PCdoB que foi o primeiro partido comunista a se aproximar da China Maoísta. Sua linha ideológica pautava a revolução ativa, realizada com a população por meio de guerrilhas urbanas e rurais. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pcdob-nasce-e-prega-cerco-a-cidade-pelo-campo>. Acesso em 23/10/2021.

por todos, mandava abraços e dizia que estava muito bom o curso, que estava tudo bem, porque ele ficou um tempo em São Paulo, depois atĩ no Rio, (me parece) e depois que ele foi pra China. Mas ele mandava **essas cartinhas**, assim: **sem endereço pra gente responder**, mas eu queria responder, nĩ. Eu dizia: **`mãe, quando ele vai voltar?'** [...] E aí eu queria escrever carta e eles diziam que eu tinha letra feia, os gĩmeos, eles implicavam muito comigo, os gĩmeos [...] eu fazia caligrafia nĩ, aquela coisa... aí eu pedi, então, a tia Olívia, que era minha santa, querida, que me adorava, morava lá em casa, madrinha do João: **`tia Olívia, vamos escrever pro João?'**. E a gente sentava num cantinho da mesa eu lembro dessa cena, eu ditando pra ela escrever: estava com **saudades**, queria ir ao zoológico, quando ele viria. Eu dizia pra tia Olívia: **`vamos falar coisas boas daqui pra ele vim, ni'**. Meu pai comprou televisão, foi bem nesse período, meu pai demorou pra comprar televisão, porque ele era contra, contra as coisas modernas, e no fundo ele estava certo. Lá em casa demorou pra ter televisão, todo mundo tinha, menos nós, porque era status nĩ, ter uma televisão, mas ele não dava bola pra status, então tudo bem. Aí eu chamei a tia Olívia: **`tia Olívia, vamos escrever pro João que agora a gente tem televisão, ele vai adorar!!'** porque **ele adorava a vitrola**, ele trazia discos pra gente escutar, **batimentos do coração**, umas coisas malucas lá da Universidade e eu adorava aqueles discos. Aí eu disse: **`eu acho que ele vai gostar, dessa televisão'**. Aí a tia Olívia escrevia, mas eu não sei o que que ela fazia com essas cartas, porque ela não tinha pra onde mandar. Aí vinha umas cartas dele, veio umas quatro ou cinco cartas, ati [19]69. De [19]66 a [19]69. Em [19]69 alguim disse pra minha irmã que talvez ele estivesse no Rio, ela tentou ir atrás, mas a gente não conhecia **pessoas de esquerda**, não conhecia gente que estava envolvida nessas **militâncias**. Não conhecia ninguém. Aí não sei quem foi que indicou esse lugar pra ela, ela foi, no Rio. Chegou lá num **prĩdio**, deram pra ela um papel em algum lugar que ela estava, que ela estudava na Universidade Federal tambim, fazia filosofia [...] aí alguim passou pra ela um bilheteinho dizendo: **`olha o Haas está nesse endereço, vai lá'**. Ela se mandou! De ônibus, pro Rio e foi nesse endereço, quando ela chegou lá e bateu: **`quem ĩ?'** o cara meio que abriu só um pouco a porta nĩ. Daí ela disse assim: **`Eu sou Helena, do Rio Grande do Sul, eu sou irmã do João Carlos Haas. Ele está aí?'**. Aí o cara: **`Não!!'**, bateu a porta. Ela foi embora nĩ, ficou com **medo** e tudo. Ati que ela chegou em São Leopoldo já tinha um telegrama, uma carta, uma coisa dele dizendo: **`eu estou muito bem, não se preocupem comigo, em breve mandarei notícias'**. Tipo: óh! Parem, nĩ. E aí a gente não tinha pra onde escrever, não tinha pra onde ir, a gente teve que parar mesmo. Então nesse período ele já tinha voltado da China e ele passou por São Paulo, Rio, não sei o qui e foi pro Maranhão, **viver** lá.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

O status de clandestinidade é revelador de algumas condições de desaparecimentos do sujeito que, num primeiro momento torna-se inexistente para a sociedade em geral, pois ou vive com uma identidade que não lhe corresponde, ou escondido, saindo o mínimo possível do



aparelho e/ou lugar em que habita. Ângela, ao contrário de Sônia, vivencia, ela mesma, a condição de (in)existência em decorrência da militância dos pais. Para ela o deslocamento da existência legal para a clandestinidade ocorreu de forma abrupta:

Quando aconteceu em 64 o golpe, aí teve um momento que começou aquele agito, as perseguições, dos atos institucionais, 1, 2, 3, 4, 5 e foi indo, minha mãe ouviu falar que o Lamarca tinha fugido do quartel de Quitaúna com as armas e tal e que tinha um grupo de sargentos e de cabos que estavam apoiando, eles já tinham tido o racha<sup>38</sup>, porque eles acreditavam que o único jeito pra reagir ao golpe, era enfrentar pela luta armada e o Partido Comunista não queria isso [...]. Eles [seus pais] eram operários, estavam no meio, sabiam como funcionava e aí eles começaram a ficar quietos, um pouco escondidos, se separaram da família, daqui a pouco começaram a surgir os jornais com os cartazes de procurados e tal e eles começaram mudar, minha mãe ainda não era perseguida, ela era líder sindical, mas ela não estava fichada nos jornais com a foto estampada. Meu pai sim. Meu pai já tinha sido acusado de ter participado da invasão da pedreira pra roubar dinamite e tal, de fato não tinha uma comprovação e tal, mas ele começou a ser procurado, começaram a falar 'aquele feirante é perigoso' e tal e logo meu pai apareceu nas fotos. Ali ele não podia mais circular, então quem circulava era ela.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Há um desaparecimento implícito contido no trecho da narrativa que está diretamente relacionado a uma questão de gênero. Apesar de ser uma liderança sindical e, portanto, reconhecida, Damaris não estampa as capas de jornais como procurada, mas seu marido sim. Na nossa primeira conversa, Ângela me conta que a entrada do Doutor na militância se deu por influência de Damaris:

Meu pai era uma pessoa muito interessante, ele era um nordestino muito diferente, ele sempre teve admiração, respeito e orgulho pela luta da mulher dele, porque ele percebia que a mulher dele, não era qualquer coisa, aliás, ele se casou com ela e ela

---

<sup>38</sup> O racha a que Ângela se refere diz respeito a uma divergência sobre estratégias de revolução dentro do então Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar formavam a linha de frente dos dissidentes rechaçando a "via pacífica" de revolução adotada pelo PCB, assim nasce o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pcdob-nasce-e-prega-cerco-a-cidade-pelo-campo>. Acesso em 23/10/2021.

levou ele pra militância. Ela sempre falou: 'vocis são homens, mas as coisas só acontecem porque nós queremos'.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A entrada das mulheres no espaço público e no campo de atuação política se deu por consequência das transformações sociais advindas do próprio movimento de expansão capitalista que, por meio do processo de industrialização desloca o sujeito mulher – antes com atuação restrita ao seio familiar - para o mercado de trabalho. Tal condição altera significativamente sua dinâmica social e relacional, ou seja, passa a ocupar outros espaços e a se relacionar com outros sujeitos distintos. Trata-se de um deslocamento corporal e territorial (tendo em vista a expulsão do campo para as grandes cidades) que coloca o sujeito mulher no centro da engrenagem de uma mudança cultural e social, em decorrência de uma alteração da matriz econômica e que, por consequência, traz em seu bojo uma série de mudanças políticas, ampliando o campo de atuação das mulheres que passam a se constituir enquanto sujeitos políticos. (TELES, Amélia, 2015).

Ainda, dentro deste contexto, outro fator preponderante e significativo, diz respeito a descoberta da pílula anticoncepcional na década de 1960, que proporcionou às mulheres uma certa condição de autonomia sobre seus próprios corpos, posição que as lança a uma relativa independência, Amélinha Teles<sup>39</sup> destaca que “com uma nova dinâmica de vida, sem a infraestrutura necessária, sem creches e outros equipamentos sociais como restaurantes e lavanderias populares, as mulheres passaram a ter menos filhos e a se dedicar mais à profissionalização”. (TELES, Amélia, 2015, p. 1006).

Quando Ângela traz em sua narrativa que apesar de Damaris ser, reconhecidamente, uma liderança política e mesmo nesta condição não estampar a capa dos jornais, sua narrativa aborda de maneira implícita uma condição que está relacionada aos espaços do exercício de poder, que se dão, entre outros elementos, a partir de uma divisão sexual deste próprio poder:

---

<sup>39</sup> “Amelinha foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Presa em 28 de dezembro de 1972, foi levada à Operação Bandeirantes (Oban), onde foi submetida a sessões de torturas, que segundo seu depoimento foram realizadas, pessoalmente, pelo major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, então comandante do DOI-Codi de São Paulo. Seu marido César Augusto Teles e seu companheiro de militância Carlos Nicolau Danielli também foram levados ao órgão de repressão. Amelinha testemunhou o assassinato de Danielli. Seus filhos, Edson e Janaína, com 4 e 5 anos de idade, também foram sequestrados e levados à Oban, onde viram os pais serem torturados. Feminista, participou do Jornal Brasil Mulher na década de 1970”. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>. Acesso em: 29/10/2021.

“a divisão entre público e privado – entendendo-se como público o político – é a divisão entre masculino e feminino”. (COLLING, 1997, p.10).

Ao estabelecermos gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1995) por meio de uma operação metodológica de caráter interseccional, neste estudo, busca-se dar visibilidade para as experiências femininas, que se constituem de forma distinta das vivências masculinas, justamente pela própria condição do ser mulher numa estrutura social que tem pré-estabelecido um lugar e um papel destinado a sujeitos que nascem e/ou se reconhecem como tal.

Assim, os modos de existência das mulheres, suas atuações nos espaços públicos e suas ações políticas, dizem respeito a um movimento estruturalmente econômico que implica numa mudança cultural, sobretudo da própria condição do ser mulher e seus direitos enquanto cidadã na sociedade e, conseqüentemente, das crianças.

A condição das mulheres militantes é particularmente paradoxal, tendo em vista que se colocam na clandestinidade, ou seja, na ilegalidade, justamente para lutar por um lugar de reconhecimento enquanto cidadã, portanto na legalidade. Nas palavras de Colling:

Adentrar o espaço público, político e masculino por excelência, foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país, durante a ditadura militar. A mulher lutando para ser cidadã, não somente como profissional, trabalhadora, mas como participante da política, espaço que marca a diferença e a exclusão. (COLLING, 1995, p.10).

A narrativa da experiência da infância de Ângela é reveladora de um processo de não reconhecimento da mulher como um sujeito político, ou seja, a negação da ocupação desse espaço simbólico (e material, em certa medida), já que o lugar da mulher na sociedade é outro: o lar. Importa destacar, que é no movimento de focalização da infância – como meio de pluralizar a história ditatorial - que se lança luz sobre determinado sujeito, suas experiências e sua condição de existência.

A ocupação do espaço público-político pelas mulheres acarreta toda uma alteração das dinâmicas vivenciadas dentro desses lugares que anteriormente eram ocupados, majoritariamente, por homens. As mulheres, historicamente responsáveis pelos filhos e filhas, não abrem mão de lutar com suas crianças nos braços e, desta forma, alteram as dinâmicas

relacionais. Ângela, falando sobre Damaris, narra o que significava a luta com a família para sua mãe:

Ela disse que uma vez ela estava lá na rua do Gasômetro, eles foram pra uma assembleia, a polícia veio jogou bomba de gás lacrimogêneo. Meu pai saiu com meu irmão vomitando, que ele era pequeno, então, ela sempre no agito e assim, pra ela era o seguinte: 'i a minha vida, i a minha história, eu estou lutando para dar para os meus filhos outra possibilidade, outro Brasil, eles vão com a gente onde a gente for'. 'Aí, mas i irresponsabilidade', ela falou: 'se morrer, vai morrer junto, eu não vou deixar ninguém pra criar. Se eu morrer, se meu marido for assassinado, meus filhos estão junto, nunca vai acontecer: 'ah, mas ela foi e deixou', não! A nossa história i essa, i uma história de luta, i uma história de assumir um protagonismo e um papel que, por mais incômodo que seja, por mais que as pessoas digam que nós somos irresponsáveis, nós só conseguimos fazer dessa forma'. Então nós crescemos vendo esse processo de luta deles.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Os adultos conscientemente “optaram” pela vida na clandestinidade como meio de sobrevivência (que por si só se configura como um ato de resistência) e, neste movimento, as crianças são lançadas, também, a esta (in)existência legal e social, ou seja, configuram-se como crianças clandestinas. Condição que suscita o questionamento: o que significa experienciar a infância na condição dessa especificidade?

Tal circunstância de clandestinidade se coloca mais próxima de Ângela do que de Sônia Haas, num primeiro momento. Entretanto, o desaparecimento do irmão, aliado ao silêncio e à censura sobre o momento vivido, lançam, de certa forma, uma experiência de vida paralela para Sônia, resultando no desaparecimento do próprio desaparecimento:

Em 69 eu tinha onze anos já, e aí aquilo já me incomodava muito. Eu carregava uma tristeza, assim, desse vazio, eu dizia: 'poxa, o cara não vai voltar? mas cadê ele? Ele ia ali, ia voltar'. Perguntava pra minha mãe, mas minha mãe não me falava, não gostava de falar, não era pra falar do assunto. Não era pra falar, não era pra chorar.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

O recorte destacado dá visibilidade de como o silêncio, imposto na época, é configurador de uma experiência que não tem lugar para ser narrada, sendo vivenciada, de certo modo, às

escondidas. Foram dez anos de um vazio, sem notícias, informações, cartas ou cartões, até a família confirmar a morte de João Carlos, ocorrida em 1972. O silêncio atravessou as décadas e, em menor e maior grau, foi se perpetuando até os dias atuais. A história oficial sobre a ditadura brasileira é constituída por lacunas, por um processo de ocultamento das narrativas menores, de sujeitos que sim, foram vítimas, mas não só: que construíram resistências, famílias e coletividade.

O próprio exercício de olhar para determinado contexto histórico a partir de um enfoque sobre a experiência da infância revela os desaparecimentos de: corpos, sujeitos, histórias, narrativas e infâncias outras. Nomear, dar rosto, referenciar é a condição oposta à da ausência, é tornar visível, começar a ver e se dar a ver, mostrar, revelar, fazer aparecer.

Há um encadeamento de situações de desaparecimentos que culminam no desaparecimento da própria infância e este, por sua vez, traz em seu bojo, inscrito numa dialética, outros desaparecimentos: de mulheres, mulheres negras, infâncias – no plural, histórias de vida, cotidianos, amores, desamores, relações, afetos, idealismos, violências, alegrias, sofrimentos, coragem “muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios historicamente constituídos, já que a história oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos”. (COLLING, 1995, p.10).

O desaparecimento das infâncias pode ser perspectivado a partir da negação da experiência que, conseqüentemente, implica na negação da própria infância silenciando-a. A ciência moderna se funda sobre uma desconfiança em torno de tudo aquilo que não pode ser mensurado, conhecido em sua totalidade e expropriado de qualquer imprevisibilidade. Deste modo, a sociedade moderna tem como uma de suas características a “ausência de espaço para a experiência.” (KOHAN, 2011, p. 240).

A infância compreendida como a própria condição da experiência não tem lugar na construção da história, pois o modo moderno de produzir conhecimento institui que a história deve estar fundamentada em documentos e seguir a linearidade dos fatos. O desaparecimento da infância decorrente do modo de constituição da história pela sociedade moderna soterra experiências plurais de sujeitos que encontraram modos de resistir, agir e sobreviver em contextos limites de vida.

Uma pausa para um parêntese: diante do exposto no parágrafo anterior, é preciso ressaltar que as narrativas das mulheres, sujeitos da pesquisa, vão dando pistas para se pensar quais imagens de infâncias podem ser perspectivadas para além daquilo que é o lugar ofertado pela

história oficial: de vítimas. Como chegar a essas infâncias? De tão perspicazes em fazer-se desaparecer para continuar existindo (uma maneira bonita de resistir), encontram-se ainda escondidas, é preciso atenção e um olhar minucioso para percebê-las nas entrelinhas daquilo que é narrado. Elas escapam, não se deixam capturar, são imagens em movimento. Contudo, é possível sentir uma aproximação.

Dando sequência a reflexão em torno da clandestinidade: a condição de viver num ambiente hostil, inseguro e violento, por exemplo, lança os sujeitos – de maneira incisiva - à imprevisibilidade quanto a sua permanência e própria condição de vida, de maneira que as relações são constituídas de modo intensivo. Essa característica, aliada ao distanciamento da família biológica alterou o significado do conceito de família dentro da clandestinidade que, passa a ser construído, fundamentando-se não pela consanguinidade, mas por outro lugar, político, no sentido de um ser e estar no mundo, nomeado por Ângela como família ideológica:

a **família ideológica** eu acho que ela te aproxima em muitos aspectos porque vocí vai lidar com **peessoas completamente diferentes**, mas pessoas que sabem o que i incerteza e sabem valorizar o que vocí está vivenciando naquele momento. Eu estou aqui, agora, estou passando por aquilo, eu não sei daqui a pouco, logo mais o que vai acontecer, mas não i que a gente constrói, não i idolatria, não i isso, i aceitar as pessoas como elas são e saber que o que elas tão te oferecendo ali, i o que elas podem agora. [...] são pessoas que tão vinculadas muito com esse momento com esse processo e que quando se vão a gente sofre num grau, porque vocí não tá perdendo simplesmente aquela família que se formou na **dor, no medo, sabe?! Na solidariedade**, em tudo aquilo ni. Em compreender vocí, ver como i que vocí foi e como muitos ati te olham hoje, porque te viram crianças e falam: 'vocí i igualzinha' eu acho uma coisa linda quando eu escuto, as vezes eu escuto um dos tios, eles falam: 'vocí i igualzinha quando vocí era criança'. Eu falo: mas como i que eu posso ser igualzinha?! Mas ao mesmo tempo eu entendo o que que eles estão dizendo i assim: aquilo que a gente vivenciou, **aqueles momentos, aquela alegria, aquelas brincadeiras**, aquelas coisas, são iguais, i como se a gente tivesse vivido aquilo quando vocí tinha 03 anos e meio e gente tá vivendo agora, bem próximo de vocí completar 55. Aí vocí tem os mesmos cachinhos, vocí i estrábica, igual, vocí i faladeirinha, vocí sempre gostou de ler, vocí gostava de polemizar [...] E a coisa: qual i a visão de família? Como i que vocí vi? Qual i o vínculo que vocí estabelece com essas pessoas e porque ele i significativo? Eu acho que o que perdura no tempo i saber que as **histórias** foram construídas tambím de forma **coletiva** cada um tem a sua história, mas as histórias, todas, elas convergem pra mesma coisa. Todo mundo acreditava num **mundo melhor**, pelo bem da **coletividade**, por uma reforma estrutural, sabe, por uma reforma educacional,

todo mundo acreditava na mesma coisa e os anseios e a dor, cada um deixou de lado o que era sua coisa individual pra viver um projeto coletivo e fazer uma construção que eu acho que não termina, isso é o que me chama atenção na família ideológica.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

No período de agitação e polarização política que caracteriza os anos anteriores ao golpe militar, a esquerda organizada, os movimentos populares e estudantis, as ligas camponesas, construíram conjuntamente uma série de propostas de mudanças estruturais no país, nomeadas como: Reformas de Base, tendo duas principais bandeiras: a reforma agrária e o voto dos analfabetos. (TOLEDO, 2004). As medidas tinham como principais objetivos a ampliação do Estado e o alargamento da democracia liberal. Mudanças propostas pelas minorias que, organizadas coletivamente, percebiam e reagiam às estruturas opressoras sob as quais o país se originou, propondo alterações.

Um “projeto coletivo de uma construção que não termina” - essa frase de Ângela ecoa de várias maneiras à medida em que se lê, sua narrativa vai revelando que o projeto e a luta pela mudança social são permeados pelo senso de afetividade desenvolvida e presente na clandestinidade, dentro dos aparelhos, condição que compõe (e se sobressai de certo modo) a constituição de família ideológica:

Porque a gente fala muito do militante, a gente fala do guerrilheiro e tal. Mas muitas pessoas não sabem quem eram esses homens e mulheres. Como eles eram de fato, como eles se comportaram, de que forma eles agiram, como eles iam deixando, disseminando seus valores, seus princípios, pros filhos, como tinha essa coisa do exemplo. Ati porque **tivemos muitos pais e muitos tios e muitas mães**, que acabaram cumprindo um papel, não vou nem falar do acolhimento, porque ati parece uma coisa... não é isso. Eu acho que é a **afetividade**, você pode estar vivendo num aparelho, você pode vivenciar o momento X, Y e Z, mas **VOCÊ vai ver o exercício da afetividade** que aquelas pessoas têm, muitos que não tiveram os filhos ali e exerceram seu papel de pais, com aquelas crianças e outros que não

sabiam como lidar, que tinha isso também. Tem pessoas que eu tenho uma lembrança de amor, de carinho, de afeto, Bacuri<sup>40</sup> e um.

(Narrativa Ângela, Lucena, 2021)

Em meio a nossa conversa, comento sobre a intensidade das relações construídas, característica da clandestinidade, ao que ela me descreve que os relacionamentos e os vínculos eram estabelecidos não pela quantidade de tempo vivido em conjunto, mas sim pela qualidade. E como forma de exemplificar, narra uma história específica sobre o vínculo que estabeleceu com alguns companheiros, sobretudo com Eduardo Bacuri, com qual descreve ter desenvolvido uma relação de pai e filha:

**Eu te conto um fato**, eu posso te contar uns dois, mas tem um fato muito interessante. Quando a gente se mudou pra Imbiguaçu, a propósito, pra te falar do Bacuri, **í** um homem lindo, aqueles olhos, nossa, que eram muito marcantes, era uma pessoa que tinha esse lado e ele era muito carinhoso e muito atencioso. E aí na casa não tinha privada, era um sítio, e aí quando ele chegou mais tarde, minha mãe falou: 'a Telma tá inquieta, ela não conseguiu ir no banheiro, coloquei ela ali pra ela sentar e não teve jeito e ela tá muito incomodada, ela não para de andar'. Aí ele foi, não sei se no centro, ali, sei lá e voltou com um penico, aí botou ali me sentou e ficou parado na minha frente, agachadinho ali, enquanto eu estava sentada. **Aí ia brincando comigo**, parará e etc., então, você, olha... foi uma coisa! Eu era realmente muito pequena, mas foi tão significativo aquilo. Ele ficava **conversando e perguntando** e tal e **brincando**, aquela coisa e ali foi, realmente, eu acho que o exercício, de i... não era simplesmente você ser o pai, mas você saber que aquilo que você estava fazendo, e você fazia de maneira natural, você não fazia... não era planejado: serei assim, farei assado, não, era natural, na personalidade dele, no jeito dele, na forma dele agir, se comportar, muito, sabe?! **cuidadoso e atencioso**, e ele falou: 'olha Damaris, já deu certo'. Ele até tinha me trazido, nesse dia ele me trouxe uma calcinha que era, naquela época não tinha tanta coisa assim pra criança, mas ele trouxe uma calcinha vermelha com bolinha e tal, ele falou: 'ó, tá vendo, agora você vai usar a calcinha nova', aquela coisa. Então eu acho que alguns companheiros, tinham tão presente

---

<sup>40</sup> Eduardo Collen Leite, mais conhecido como Bacuri, integrava a direção da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso e torturado durante um período de 109 dias consecutivos, sendo assassinado pelos militares que objetivavam impedir a sua troca pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Dado seu estado físico crítico, por conta das sucessivas torturas, poderia servir como prova viva das violações aos direitos humanos que estavam ocorrendo em determinado contexto. A versão registrada pelo regime militar é de que teria tentado fugir quando levado para reconhecer outro preso político, sendo alvejado a tiros. O laudo necroscópico atestou não haver indícios de tortura em seu corpo, contudo, a família ao receber o corpo confirma as torturas e sevícias sofridas: "segundo o testemunho de sua esposa, Denise Crispim, Eduardo tinha hematomas, escoriações, marcas de queimadura, dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados" Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/eduardo-collen-leite-bacuri/>. Acesso em 26/10/2021.



como a gente **vivia perigosamente** e um **sopro**, como se fosse um sopro, eu acho que o Yamandu Costa tem uma música que ele fala isso, que ele escreveu pro filho dele: a vida **é** um sopro, mais ou menos isso e eu acho que essa possibilidade deixou e eu acredito que em muitas crianças, acho que posso falar por mim e com alguns companheiros eu tenho isso, com o Eudálio, com o Eulálio, **nã**, com pessoas que convivi, com a Pauline, foram pessoas que eu convivi que eu me lembro desse **lado do carinho**, de sentar ali, ajudar... olha com isso, ah, um dia que eu estava doente, um **cuidou** o outro cuidou. Então, tenho impressão que tem a ver com, **é** assim: o exercício do que eu acredito sendo possibilitado no aparelho, que nada mais **é** do que uma cilula, um núcleo de **resistancia** que essas **crianças** que estão ali precisam, porque afinal de contas, nós as trouxemos pra essa condição, não que fosse tão consciente assim, falar sobre isso.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A condição de tensão constante lançava os sujeitos a outra experiência relacional, de um outro tempo, mais intensivo do que extensivo, *Aión*: “o tempo infantil, é o tempo circular, do eterno retorno, sem a sucessão consecutiva do passado, presente e futuro, mas com a afirmação intensiva de um outro tipo de existência.” (KOHAN, 2007, p. 114). Uma existência que está inscrita sempre no presente, dada a imprevisibilidade e a incerteza não diria nem do futuro, mas do próprio momento presente.

Patricia Redondo em mesa realizada no *IX Colóquio – Diálogos Freirianos: o menino que lia o mundo (2021)*<sup>41</sup>, diz da necessidade de assumirmos uma “posição infantil radical, a partir da potência de transformação da infância”. Walter Kohan, compondo também a mesa, complementa a reflexão descrevendo que “Paulo Freire se dedicou aos adultos pelo seu compromisso com a infância” e sugere que uma posição infantil radical tem três características essenciais, é: “amorosa, revolucionária e sonhadora”.

A ocupação do lugar político pelas mulheres, ocasionou a convivência com as crianças, imprimindo um outro modo de resistir e agir que, me parece, muito próximo da posição infantil radical, amorosa, revolucionária e sonhadora, tão cara para uma transformação da realidade. Uma transformação que se dá de modo intergeracional numa construção atemporal de caráter interminável, que acimentam-se pelo afeto, amor, dedicação e sentimento de coletividade.

---

<sup>41</sup> A gravação da mesa está disponível para visualização no canal do Laboratório de Educação e Infância (LABOREI-UDESC). Pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=YDDghmCyreo>. Acesso em 28/01/2022.

Dentro da clandestinidade haveriam motivos suficientes para justificar um possível apressamento das relações e, conseqüentemente, o abandono da infância (entendida como etapa cronológica) o mais breve possível. Contudo, a narrativa de Ângela lança luz sobre outro tempo relacional entre os sujeitos, possível de ser perspectivado a partir da infância narrada por ela, enquanto um tempo de experiência.

A construção relacional de Sônia Haas é semelhante à de Ângela, apesar de ambas vivenciarem a clandestinidade por lugares diferentes, enquanto Ângela estava na condição de uma criança clandestina, Sônia experienciava a ausência do irmão, clandestino.

O assunto sobre o desaparecimento de João era um tabu na família de Sônia, contudo, os caminhos, inscritos nessa especificidade de sua história, a levaram à construção de laços de amizades e amores no decorrer de toda sua vida e, neste sentido, a afetividade aparece, também, como uma forma de resistência. Tais construções se deram no âmbito da instituição educacional, já que no seio familiar havia um silêncio que imperava sobre a ausência do irmão. É na escola, de maneira discreta e por meio da escrita que Sônia vai construindo um lugar para o não dito e, conseqüentemente, construindo relações:

As minhas amigas mais próximas começaram a conversar comigo sobre o assunto, perguntar: **'mas como é que é essa história?'**, eu falava o que eu sabia, então assim... isso vai também, te aliviando um pouquinho. E eu tenho amigas que ali começaram a andar do meu lado, nessa luta, assim, e que estão até hoje comigo, sabe. Quando eu vou a São Leopoldo elas organizam coisas, elas vão comigo em todas as homenagens do João, elas postam todas as coisas que eu faço, são pessoas assim, super queridas da minha vida e que **me apoiam**, que eu sei que vou contar com elas.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

Ao falar sobre as amigas que a acompanham ao longo de tantos anos, Sônia se emociona, seus olhos brilham ao encherem d'água e mesmo na condição da virtualidade a emoção atravessa os mais de dois mil quilômetros que nos separam e compreendo o significado que o apoio e a presença desses sujeitos têm em sua vida. Emoção que se faz presente, novamente, ao descrever esse recorte de nossa conversa.

A experiência da infância, perspectivada de modo focalizado, vai desvelando os desaparecimentos, inscritos numa dialética na qual se retroalimentam. O critério sobre trabalhar com narrativas de sujeitos mulheres neste estudo, se dá justamente por reconhecer a sua invisibilidade enquanto sujeito histórico e ao focalizarmos as suas experiências da infância tais

narrativas revelam outros desaparecimentos de sujeitos interseccionalizados por marcadores sociais, sobretudo: classe, raça e geração.

A experiência da infância que as mulheres desta pesquisa narram dá visibilidade para uma dinâmica relacional e, por consequência, de resistência, ocultada, tendo em vista que tanto as mulheres quanto as crianças e as infâncias são invisibilizadas historicamente. Este movimento permite um desvelamento de modos de existir, de sujeitos, de cotidianos e inscrevem a própria condição da infância que está em poder pensar diferente daquilo que está posto, em reinventar a realidade. A infância como o motor dos possíveis, que é início, que é nascer. (KOHAN, 2011).

As imagens dos desaparecimentos e da clandestinidade nas narrativas das mulheres, sujeitos da pesquisa, dão pistas para pensar o avesso da ditadura, que seria, em si mesmo, a própria infância, pois um dos objetivos do regime militar instaurado no Brasil era o de garantir a permanência daquilo que já estava posto, garantir a continuação, o progresso (entendido como etapa de um processo linear) e a conservação das regras, da moral, dos bons costumes e do status social. Já a infância, parece que é “transgressora moral por excelência porque nasce desconhecendo e desrespeitando a solenidade das normas”. (KOHAN; CARVALHO, 2021, p.17).

E como dar a ver os escapes das infâncias? Compreendo que é possível perspectivar a clandestinidade como uma linha de fuga. Como condição de continuar existindo, de sobreviver. Diante disso, é possível a imagem de uma infância que resistiu à ditadura no Brasil?

Mirar a infância a partir de *um olhar de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) vai revelando várias imagens do desaparecimento. Deste modo, destaco alguns dos desdobramentos, surgidos nas próprias narrativas das mulheres sujeitos da pesquisa, e sobre os quais procuramos jogar luz, são eles: Infâncias às avessas: que escapam e resistem; Das filhas da pátria: narrando infâncias clandestinas; “Quando um rio abandona seu leito”: infância, experiência e história em constante (re)elaboração.

## INFÂNCIAS ÀS AVESSAS: QUE ESCAPAM E RESISTEM

Há um desdobramento interessante na situação de desaparecimento – decorrente da clandestinidade – que é demasiado complexo pois, ao se colocar numa condição de inexistência social, o(a) militante, de algum modo, se protege e resiste à repressão, contudo, concomitantemente perde qualquer possibilidade de acesso aos direitos básicos garantidos pelas legislações à qualquer cidadão, além do acesso aos serviços públicos e instituições do Estado.

A experiência da infância narrada por Ângela revela corpos atravessados por marcadores sociais que os localizam fora da normatividade - uma condição que atravessa gerações da família Lucena -, pois antes mesmo de entrar para a clandestinidade tais sujeitos inexistiam enquanto cidadãos. O acesso aos direitos não é uma realidade para a família Lucena, dada a condição de estarem inscritos em marcadores como classe, território (seus pais são nordestinos, maranhenses) e raça, identidades que integram um processo de marginalização social e econômica que são históricas.

Trata-se do primeiro encontro entre Ângela e eu, peço licença para iniciar a gravação, ela então se prepara, acomoda-se na cadeira como quem está, também, acomodando internamente uma história e inicia a fala com uma apresentação geral sobre si: nome, idade e filiação, mas logo em seguida o clima da conversa ganha um tom mais pesado. Ângela diz: “a minha avó morreu quando a minha mãe tinha três anos de idade. De fome. A minha avó morreu de fome!” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

O olhar de Ângela me fita através da tela do computador de tal forma que me sinto constrangida e sem que me dê conta, minha feição se fecha. Ela continua enfaticamente: “então, quando você fala uma coisa assim, é muito surpreendente. Como um ser humano morre de fome? Assim, você ouviu falar alguma vez que um ser humano morreu de fome?” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Trata-se de uma pergunta retórica que vem acompanhada de um sorriso amarelo.

A fome é o fio de Ariadne que liga as gerações da família Lucena. E o que é a fome para Ângela? O significado dessa palavra é aprendido de forma geracional numa conversa em que Damaris conta à Ângela e aos irmãos a história de sua avó:

Eu me lembro que a primeira vez que ela [Damaris] comentou isso comigo, com a gente ni, com a família, ela disse: ‘a vó Guilhermina morreu com 33 anos de fome’ e nós

ficamos assim, muito chocados. 'Fome, filha, i privação de alimentos. Fome i a necessidade. Fome i não ter acesso a remédios. É não ter acesso a tratamento. É não ter acesso a alimentos'. Não era só que não tinha os alimentos, não tinha condições, não tinha medicamentos, não tinha como procurar, **não tinha pra quem pedir ajuda.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Guilhermina Costa era de família de origem holandesa, uma mulher loira de olhos azuis que se encontra com Manoel Oliveira, um negro aço, Ângela me questiona: “você sabe o que é um negro aço?” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021), imersa diante de sua narrativa, minha resposta se limita a um sinal negativo com a cabeça, ela então explica:

Ele era um negro de cabelo ruivo, uma coisa bem diferente. E foi um processo muito curioso, porque, eles se envolveram e por uma dessas coisas da vida, também não foi uma coisa positiva e boa pra minha avó, em vários aspectos, porque o meu avô tinha um lado daquele homem do século XIX, ni, conservador, machista, intolerante e que estava muito ligado realmente a essa formação, a essa criação, a esse processo que a gente vivencia no nosso país. **E foi um choque pra ambas as famílias. Pra família dela, porque ela era uma branca que se casava com um negro e para a família dele, porque era um negro que se casava com uma branca e, portanto, eles não podiam compartilhar o mesmo espaço.** Estava ligado por pessoas de raça, não tinha uma raça humana, tinha a raça negra e a raça branca e aquilo foi muito chocante. Então, eu acho que já começa um processo de uma certa rejeição, de uma violência, de uma coisa que se desenvolve a partir daquele momento em que você invade o espaço que não te corresponde: mulher branca casa com branco, mulher preta casa com preto e o homem preto casa com preta, não casa com branca.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Não havia lugar de auxílio ou apoio e em meio à realidade precária de subsistência, a própria família, fundamentada no racismo, nega o reconhecimento do casal e, conseqüentemente, de seus filhos e filhas. A narrativa de Ângela dá visibilidade para o entrecruzamento das avenidas identitárias de: classe, gênero e raça que acidentam a existência de Guilhermina, sua avó, culminando na sua morte - física, pois a morte social acontecera muito antes, no seu nascimento. Esse acidente identitário se perpetua acometendo outros sujeitos e somando vítimas no seu processo de desdobramento. O filho pequeno de Guilhermina, também vai a óbito após o falecimento de sua mãe, pela fome: de alimento, cuidado e existência.

A fome era tema presente na contracultura brasileira, sendo a grande bandeira de denúncia do movimento do Cinema Novo que tem sua origem na década 1960 consolidando grandes nomes nacionais como Glauber Rocha e Ruy Guerra. A precariedade expressiva era a grande especificidade do Cinema Novo realizado “fora dos grandes estúdios e com imagens e personagens mais naturais possíveis” (NAPOLITANO, 2020, p.25). Tinha como principal foco a “estética da fome”, título do manifesto redigido por Glauber que “defendia a ideia de que a ‘fome’ era o nervo da sociedade subdesenvolvida”:

Mais adiante o manifesto diz que a “fome”, ao se transformar em problema político, nega tanto a visão do estrangeiro, que a vê como “surrealismo tropical”, quanto a visão do brasileiro, que a entende como “uma vergonha nacional”. A solução estética e política se encontrava, num trecho bem ao estilo do terceiro-mundismo dos anos de 1960: “A mais nobre manifestação cultural da fome é a violência [...] o Cinema Novo, no campo internacional, nada pediu, impôs-se pela violência de suas imagens [...] pois através da violência o colonizador pode compreender, pelo horror, a força de cultura que ele explora”. (NAPOLITANO, 2020, p.26)

A fome, traçada narrativamente por Ângela e denunciada pelo Cinema Novo, trata-se de uma fome de existência política, social e cultural. Dessa forma, é importante que seja considerada a partir de uma perspectiva histórica que tem suas raízes no processo de desenvolvimento brasileiro, estruturado no colonialismo e na escravidão.

Ao narrar a sua experiência da infância, Ângela lança luz sobre identidades sociais geracionais que compõem a sua história de vida e condição de sujeito no mundo que, conseqüentemente, culminam em seu próprio lugar social. O sujeito é interseccionalizado por diversos marcadores que não se reduzem a uma simples somatória das identidades que o compõe, de acordo com Akotirene (2019, p. 43-44): “em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos”. Diz respeito à condição de inseparabilidade das estruturas opressoras: racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. As experiências das infâncias revelam sujeitos que têm suas experiências “modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade.” (AKOTIRENE, 2019, 43-44).

O atravessamento geracional é uma questão proeminente na narrativa de Ângela, nas suas próprias palavras:

Pra te resumir, porque **í** uma história comprida, **todos os homens morreram, todos!** Sobraram duas mulheres, a minha mãe, Damaris, e Jovelina, que era a filha mais velha. Todos os meus outros tios morreram ou de necessidade, ou de doença ou de privação de alimentos. Então, **í** uma história que vinha... o **processo** foi passando **de uma geração** pra outra **í** muito doloroso, muito triste.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Guilhermina não teve direito a uma vida social e, conseqüentemente, a uma morte digna, é enterrada numa caixa “parecia uma caixa de frutas, só que sem as grades, mas era assim... não era um caixão convencional, era uma coisa pra gente miserável, pra gente pobre.” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Mesmo após seu falecimento, o gênero continua a pesar em sua identidade, lhe ocasionando violências. A família Lucena era evangélica, o pastor ao ser procurado para realizar o sepultamento questiona ao avô de Ângela se ambos eram casados, exigindo a apresentação da certidão de casamento, pois “se você não tem esse documento ela é prostituta, então ela não pode ser enterrada”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Compenetrada pela história que ouvia, faço jus ao vício de linguagem que me constitui e de maneira natural externalizo todo o meu espanto e horror com um vocativo religioso: ‘meu deus!’. Ângela então prossegue de forma enfática: “Olha só! Amasiada não pode ser enterrada como uma mulher decente”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

As irmãs Jovelina, com oito anos e Damaris, com três, vivenciaram todo o episódio e Ângela vai narrando como as duas lidaram com a situação. Neste momento, a conversa que havia entrado abruptamente para um tom mais pesado vai, aos poucos, aliviando:

E aí diz que as duas ficaram assim tentando entender o que que tinha acontecido. Era aquela coisa de achar que crianças são pessoas estúpidas e não tem sensibilidade e não percebem, que a gente pode contar qualquer história. E **as duas correram pro rio e ficaram ali sentadas uma de mãozinha dada com a outra** falando daquele momento. E aí elas decidiram tirar o vestido, cada uma tinha um vestido, ensaboaram com uma plantinha que tinha ali na beira do rio e puseram o vestido pra quarar porque elas viam a mãe fazer isso e diz que **veio uma vaca e comeu o vestido das duas e elas ficaram nuas, elas batendo com uma vara na vaca.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Sem conseguir me conter, deixo escapar um riso solto diante da história tão inusitada (apesar de toda tragédia), um gesto espontâneo que traz à tona a característica peculiar que é própria da conversa que “faz x pesquisadxr caminhar junto aos demais praticantes da pesquisa” num movimento filmico pelo qual dar-se a ver especificidades não explícitas e “o mais importante na caminhada da pesquisa é este, o próprio movimento.” (MARQUES, 2018, p.16).

Ângela é uma mulher muito espirituosa, empolga-se com a minha reação e diz: “Olha que história! Parece realismo mágico, parece que você está contando um livro do García Márquez”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Grande escritor colombiano, Gabriel García Márquez é reconhecido como um dos autores mais importantes do século XX e perspectivando uma experiência da infância como um tempo narrado, destaco uma frase na qual nos diz: “a vida não é a que gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. A narrativa de Ângela é uma história, de uma infância da ditadura brasileira.

Recuperando o fio que traça as vivências, a fome pode ser lançada, para além da obviedade da falta de alimento, mas como fome de existir, existir enquanto um sujeito de direitos, enquanto identidade reconhecida como cidadã, na especificidade que lhe é própria.

Em dado momento da história, Damaris muda-se de Codó, a cidade em que nasceu no Maranhão, para Caxias, município vizinho e um pouco maior que Codó. Damaris faz uma leitura social da nova cidade para Ângela que descreve:

Aí ela falou que tinha algumas famílias ali que eram humildes, mas ela falou: ‘filha, ali tinha’ ela fala que era: **‘pobre tu, pobre voci e pobre vossa mercê.’** Ângela ri e diz: ela disse que tinha **gradações de pobre**, os pobres não eram todos iguais. Tinha pobre mais rico, pobre mediano e pobre de marrê, marrê, marrê. Ela sempre falava isso, aquele pobre que não tinha... só tinha o nome, as vezes, porque ela mesma foi registrada adulta. Nesse momento Ângela sob o tom de voz e enfatiza: **ela mesma foi se registrar!** junto com o pai dela! Ela não tinha registro, ela já era maior, sabe, praticamente. E aí ela **mudou a idade pra ela poder trabalhar**, ela inventou que ela tinha 18 anos, mas ela não tinha. Ela tinha 16, então ela se registrou como se ela tivesse nascido em 1925, mas não.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)



A condição de classe influencia diretamente na construção identitária do sujeito, o fato de não ser registrada implica diretamente numa inexistência social e, para além disso, no caso de Damaris, altera dados identitários, como o ano de nascimento, em prol da exploração da mão-de-obra. O registro, em tese, lhe conferiria direitos, alguém que existe socialmente, portanto uma cidadã, contudo ele é subvertido justamente para suspender aquilo que garantiria a não exploração do seu trabalho antes do tempo cronológico definido por lei, como meio de sobrevivência.

O direito ao não trabalho na infância e adolescência existe para aqueles e aquelas que têm condições econômicas para usufruí-lo. As infâncias pobres não cabem nessa conta e, conseqüentemente, são usurpadas do direito a sua identidade e história. O lugar social, ou, neste caso, o não-lugar social é fruto da identidade moldada pela condição interseccionalizada por marcadores sociais que servem como instrumento de hierarquização social, normatização e marginalização de sujeitos, perpetuando a desigualdade e o desaparecimento social, condição esta que vai se desdobrando entre as gerações.

Damaris Lucena nasceu no dia 22 de agosto de 1927, após o falecimento de Guilhermina, sua mãe, Manoel seu pai e avô de Ângela, casa-se novamente. A relação entre Damaris e Manoel é complexa: “Ela [Damaris] falou: ‘meu pai não gostava de mim e ela [a madrasta] muito menos. Eu era uma menina feia, magra, impertinente, inteligente, então eu tinha tudo o que num núcleo familiar naquela época era desagradável’”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

O sexo biológico é o componente por meio do qual os papéis sociais a serem executados por homens e mulheres na sociedade são definidos, bem como a construção do processo de subjetivação desses sujeitos. À mulher, em geral, cabem regras de comportamento que a encaixam num perfil conservador e, por consequência, num lugar de subalternidade e de assujeitamento, não só aos homens da própria família, mas aos homens em geral. Neste sentido, o que Damaris experiencia na relação com o pai é uma condição de criança atravessada pelo gênero feminino o qual ela subverte pela própria condição de sujeito criança que é. Ser impertinente, inteligente, falar, se posicionar, não são condições de ação aceitas quando vindas de crianças, muito menos para crianças do gênero feminino. A posição relacional se encontra marcada tanto por um adultocentrismo, quanto por uma opressão de gênero. (SCOTT, 1995)

Já adulta, Damaris conhece Antônio Lucena, ambos viviam no Maranhão e iniciam a vida a dois a partir de uma fuga, após ela ter sido acusada injustamente: “ela teve que fugir de

casa porque ela foi vista conversando com ele, no meio tinha a linha do trem, daí ficou que ela tinha feito algo inadequado pra aquele momento”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). O “algo inadequado” refere-se a um comportamento não condizente com a conduta que uma mulher de família deveria respeitar.

A descrição que Ângela faz de Damaris e sua história, pode ser caracterizada por situações de resistência aos mandos e desmandos da sociedade e as opressões de gênero:

**Aí ela inventou que ela tinha se casado**, mas ela não contava que a tia dela (que era uma fofqueira de marca maior) ia lá na igreja perguntar se o padre, se o pastor, tinha feito o tal casamento de X com Y. E aí ele falou que não, que não tinha feito. Aí o meu avô falou: ‘ah! então não te quero mais aqui, porque **você é uma perdida**, não te quero mais’ e ela saiu de casa, foi embora tentar a vida.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

O processo de industrialização, devido a implantação do capitalismo tardio em território brasileiro, acarreta na necessidade de mão-de-obra nas grandes cidades. Essa condição atrai muitas pessoas que se deslocam do campo para a área urbana, Damaris e Antônio pertencem a este grupo. Ao receber uma proposta de emprego em São Paulo, Antônio se desloca para o sudeste. Damaris está grávida e num primeiro momento, permanece no Nordeste aguardando que ele se estabelecesse para poder mudar-se, isso ocorre depois de ter dado à luz ao bebê.

A desigualdade social permanece como um fator preponderante na realidade vivida pela família Lucena tendo a fome política como um fator determinante:

Pra você ver como tem **uma história da miséria, da necessidade, ela sempre se repete**. Ela tinha esse filhinho pequeno [Damaris], ela engravidou, o menino não conseguia, teve crupe, fechou a garganta dele, tinha dificuldade pra comer e aí meu pai mandou um dinheiro pra ela poder vir pra São Paulo. Ele já estava trabalhando aqui, mandou um dinheiro e ela veio no trem com aquele menino, o menino não conseguia comer e ela não tinha dinheiro pra comprar uma mamadeira e não tinha dinheiro, um negócio de louco. Enfim, com um aninho ele morreu. Então foi terrível pra ela: ‘**a perda, uma vez mais**’, ela falou. Aquilo era o reflexo de que a miséria **é uma praga** que te persegue e ela vai atrás de você e você tem que ter **uma luta inglória pra sobreviver** porque se não você sucumbe também.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Damaris e Antônio iniciam, então, suas atividades laborais na indústria, ele como metalúrgico e ela como maçarqueira os dois residiam na Vila Operária em São Paulo, em casas construídas pelas fábricas para os funcionários<sup>42</sup>. O processo de militância dos pais de Ângela, tem início a partir da aproximação com o sindicato. Nos anos que antecederam o fatídico 1964, a classe trabalhadora estava fortemente organizada por meio do movimento sindicalista:

No triênio de 1961-1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade. Enquanto 1958 a 1960, sob o governo JK, haviam ocorrido cerca de 180 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações. Nesse mesmo período, diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional, foram criadas. Embora proibida pela rígida legislação sindical então vigente, o *Comando Geral dos Trabalhadores – CGT* teve uma destacada atuação na cena política brasileira. Juntamente com outras centrais sindicais de menor vulto, o CGT foi responsável pelas primeiras greves de caráter explicitamente *político* na história brasileira. (TOLEDO, 2005, p.20).

Damaris “ouviu falar que tinha um sindicato, que no sindicato era interessante porque você podia tratar os dentes, cortar o cabelo, eles te orientavam e tal e aí rapidamente ela foi pro sindicato”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Por meio dos serviços e assistências prestados aos trabalhadores e trabalhadoras das fábricas no sindicato, Damaris e Antônio se aproximam das ideias comunistas e desenvolvem a consciência política a partir de um autorreconhecimento enquanto classe trabalhadora, que perpassa, neste sentido, por um lugar de se sentir pertencente a um grupo, a um coletivo:

Ela disse que no sindicato ouviu falar ‘não, porque tem os **vermelhos...** porque a **foice e o martelo...** porque os comunistas’ e um dia ela perguntou: ‘gente, me explica o que que i comunista... eu quero saber, que história i essa de comunista?’ aí comentaram com ela ‘**são pessoas que lutam pelo bem comum, da coletividade, eles querem que tenham escola pra todo mundo, que as pessoas tenham acesso a uma saúde decente, que todo mundo tenha sua casa pra morar, que não tenha diferença de classes e tal**’ ela falou ‘isso

---

<sup>42</sup> Essas casas construídas pelas fábricas para os seus operários compõem aquilo que Danelon (2015) nomeia como a *máquina de guerra* da modernidade que inscreve processos de dominação dos sujeitos. A organização da Vila Operária serve como uma forma de controle geográfico, em termos de território, espaço e tempo, das famílias, visando o assujeitamento do trabalhador ao sistema capitalista. A escola, o manicômio, a fábrica se inscrevem, também como componentes dessa máquina de guerra, portanto, como instituições disciplinares que visam a governamentalidade dos sujeitos.

i comunista? Então eu sou comunista, exatamente o que eu quero' e ela disse que aquilo foi algo que marcou muito!

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A consciência política da família Lucena vai se constituindo a partir da realidade de desigualdade social acentuada, vivência que atravessa e conduz a história de vida de distintas gerações da família. É por meio da experiência sindical que Damaris constrói sua consciência de classe a partir do seu reconhecimento enquanto um sujeito de direitos, consciência essa de caráter coletivo: “ela disse que foi tratada pela primeira vez com respeito, minha mãe era semianalfabeta, ela escrevia muito mal, mas ela era inteligente, esperta e rápida no raciocínio”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Ao assumir a clandestinidade, após o golpe, a realidade da família se altera novamente e a pouca visibilidade enquanto sujeito de direitos que haviam conquistado, por meio do trabalho operário e da sindicalização, se torna um meio pelo qual a repressão age e identifica os sujeitos chamados de subversivos. As crianças são, também, sujeitos que passam a experienciar esse lugar de inexistência social, por meio da qual são impossibilitadas de frequentar a escola, por exemplo, e, conseqüentemente, negadas ao acesso de demais.

Após o aparelho em que viviam clandestinamente ser descoberto, Ângela e os irmãos são levados ao juizado de menores, enquanto Damaris é presa na Operação Bandeirantes (OBAN). No Lar Mariquinha Lopes Ângela é separada dos irmãos, sendo encaminhada a um espaço destinado para crianças menores. Ao narrar essa experiência, Ângela é bastante breve, dando destaque para o fato de não se recordar com clareza, e supõe ter um bloqueio de memória em relação a esta vivência. Descreve o ambiente como lugar hostil em que ela e os irmãos eram identificados como “filhos de terroristas” e “perigosos”: “as crianças puxavam meu cabelo, me batiam, era uma coisa muito louca, muito estranha, eu tinha pavor, eu tinha pavor daquelas crianças, eu tinha medo de ficar ali”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Sinto que a conversa entra numa estrada de memórias espinhosas, estreitas, por meio da qual Ângela acelera o passo a fim de atravessar o mais breve possível. Algumas experiências são mais difíceis de serem articuladas oralmente e narradas. Tal condição se apresenta mais expressivamente quando descreve que não se recorda muito bem daqueles dias vividos, lançando-me a refletir o contexto em que se encontrava. Ângela acabara de perder o pai, assassinado em sua frente, logo na sequência presencia a mãe sendo violentamente maltratada

e depois é separada abruptamente de Damaris e dos irmãos, levada a um lugar em que é diretamente estereotipada como “mini terrorista”, portanto, mal recebida, não querida. Violências, ausências, medos e insegurança, a falta de memória pode ser, neste sentido uma proteção de si para si mesma, uma forma de resistência.

As crianças permaneceram sob custódia do Juizado de Menores e separadas de Damaris, durante 18 dias. Em *A arte de governar crianças*, obra organizada por Rizzini e Pilotti (2011), o compilado de artigos se esforça em mapear a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil que são, em síntese “a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiadas/dirigentes” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.16).

A história da infância no Brasil é inscrita num processo dualista que instaura uma “dupla menoridade – a “criança” e o “menor” -, legitimando relações de exploração e violência existentes na sociedade.” (ARANTES, 2011, p. 198). O menor está relacionado, historicamente, à necessidade de controle da população pobre, compreendida como perigosa para o controle e a manutenção da sociedade em geral, assim se dicotomiza: de um lado as infâncias privilegiadas e de outro os menores marginalizados. (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

No contexto ditatorial, a assistência à infância torna-se competência do governo militar que vê o “menor” como uma questão de Segurança Nacional, havendo a necessidade de impedir um sentimento de revolta da juventude marginalizada, ao mesmo tempo que encarava esse sujeito como um potencial produtivo para o processo de desenvolvimento do país. Assim, “A infância ‘material ou moralmente abandonada’ transformou-se, desse modo, em motivo e canal legítimos de intervenção do Estado no seio e no meio das famílias pobres.” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.27).

A cultura institucional de “assistência ao menor” é carregada de um caráter de disciplinamento e fundamentada numa perspectiva correcional-repressiva. O método de correção posto em prática em relação à infância pobre estava circunscrito em um modelo de recolhimento, institucionalização, segregação do meio social, confinamento, controle do espaço e do tempo e submissão à autoridade. Um modelo que perspectiva a educação moral do menor, compreendido como um indivíduo desviante.

Em outubro de 1964 o regime militar cria a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) que caracteriza uma “mudança de uma estratégia repressiva para uma estratégia integrativa e voltada para a família [e que] tem um novo ordenamento institucional dentro de

um governo repressivo [...]”. (FALEIROS, 2011, p.33). A FUNABEM está inserida dentro da Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e ambas têm como objetivo evitar que a crescente massa de “menores abandonados” simpatizasse com a ideologia comunista e se aproximasse das drogas, duas questões perspectivadas como desmoralização do indivíduo e que, portanto, deveriam ser controladas a fim de garantir uma submissão nacional desse sujeito às regras sociais impostas.

O regime militar instaura uma política fundamentada no controle autoritário e centralizado tanto em relação à formulação como também na implementação da assistência à infância. É este o pano de fundo histórico no qual se inscreve a experiência do Juizado de Menores narrada por Ângela. Dada a atuação subversiva de seus pais e, por consequência, a aproximação com a ideologia comunista, necessariamente as crianças eram enquadradas numa perspectiva de crianças desviantes e tal implicação está, como dito anteriormente, marcada fortemente pela condição de classe, já que a concepção de menor é construída sob a ideia de uma infância abandonada que, por sua vez, diz respeito a uma infância pobre.

Figura 22 - Da esquerda para a direita: Adilson Lucena, Ângela Lucena e Denise Lucena. Fotografia tirada das crianças no sofá do DOPS. Fonte: Obra Infância Roubada (2014)



Seguindo a narrativa de Ângela, a libertação de Damaris da prisão foi fruto do sequestro do Cônsul Japonês Nobuo Okuchi<sup>43</sup>, ação organizada pela VPR que libertou cinco presos/as políticos. Ela e as crianças são exiladas para o México, único país que aceitou que o avião pousasse em seu território. As ditaduras dos países latino-americanos, em especial os do Cone Sul, cooperavam mutuamente por meio da Operação Condor<sup>44</sup>, dessa forma, havia um acordo

<sup>43</sup>Fonte: <https://memoriasdeditadura.org.br/linha-do-tempo/sequestro-do-consul-japones-nobuo-okuchi-pela-vpr/>. Acesso em 04/11/2021.

<sup>44</sup> “A Operação Condor, formalizada em reunião secreta realizada em Santiago do Chile no final de outubro de 1975, é o nome que foi dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região.” Fonte: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em 04/11/2021.

que os exilados não eram aceitos nos países correspondentes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A permanência no México foi conturbada, já que Damaris não falava a língua e se encontrava, junto com as crianças, na condição de exilada, sem perspectiva de emprego e/ou estudo.

Hospedaram-se num hotel disponibilizado pelo governo mexicano, local que também foi ponto de encontro com outros companheiros que “já tinham saído, também, no sequestro anterior e iam lá no hotel comer, porque estavam passando muita fome no México.” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). A condição perdura até Damaris receber um convite de Cuba:

Um belo dia ela recebe a visita de um embaixador cubano e o embaixador cubano disse ‘Dona Damaris, o Fidel Castro, o nosso primeiro ministro, o nosso comandante chefe, tá dizendo que se a senhora aceitar a senhora pode ir pra Cuba. Tem um avião já no aeroporto esperando a senhora pra levar com as crianças’. Nossa! aquilo pra ela foi uma coisa assim: a diferença entre a vida e a morte porque, ela falou: ‘agora, realmente, eu vou pra um local em que eu vou ficar **entre amigos**, agora eu vou pra um local em que as pessoas pensam como eu penso. Eu vou, agora, **estar em segurança**’.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

É em Cuba que a família Lucena passa a existir legalmente na sociedade enquanto sujeitos de direitos. Debilitada fisicamente em decorrência das sevícias a que foi submetida quando esteve presa na OBAN, o primeiro atendimento recebido por Damaris é de saúde. “ela passou seis meses internada, fazendo os tratamentos, ela levou 85 pontos daqui para baixo”, Ângela desenha com a mão uma parte do abdômen que vai mais ou menos da altura do estômago em direção a região pélvica, sua narrativa segue o gesto: “ela tirou o útero, o ovário operou a boca, ela fez um monte de cirurgias”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Uma das singularidades das experiências de mulheres militantes em relação aos homens eram as violências sexuais perpetradas exclusivamente contra as mulheres. A sexualidade era utilizada como ferramenta não só de tortura física, como também de desestruturação psicológica por meio de técnicas específicas afim de expor as mulheres a uma situação de extremo constrangimento, tendo em vista que a representatividade do corpo feminino é construída por meio de um processo de subjetivação conservador.

O estupro e a violência física sexual eram práticas utilizadas sistematicamente contra as mulheres. Neste sentido o caso de Damaris apresenta uma particularidade interessante a ser



refletida. Ângela narra algumas violências sofridas pela mãe que foi muito massacrada “apanhou demais, ela estava com todos os dentes quebrados, os dentes encaixados, o rosto todo inchado” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

O corpo de Damaris inscrevia-se numa concepção de corpo abjeto, por não se encontrar dentro do padrão, Ângela narrando sua mãe diz: “Eu nunca fui uma mulher que me encaixava naqueles critérios de beleza. Eu era uma mulher nordestina, cabeça chata, pobre, negra. Não que eu me achasse feia, mas eu era fora dos padrões.” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

A cabeça chata a que Damaris se refere é em decorrência da condição de criança vivenciada por ela que, desde muito pequena, carregava baldes d’água atravessando as enormes distâncias de seca no Nordeste. A condição de criança vivenciada por Damaris estava inscrita numa classe em que o trabalho é um dado de realidade desde do momento em que se tem qualquer mínima condição de desempenhá-lo “ela tirava óleo, ela quebrava coco, ela logo aprendeu a se virar, a buscar água pras pessoas” Ângela demonstra gestualmente apontando para a própria cabeça e segue dizendo: “Ela tinha a cabeça, aqui no meio, quando você colocava a mão, você percebia que a cabeça dela era funda, porque ela carregava a lata d’água na cabeça muito menina, minha mãe era magra”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Por conta dessa condição de sujeito, atravessada por marcas corporais como a raça, por exemplo e por marcas físicas que a desigualdade social fixara em seu corpo, Damaris não sofreu violências sexuais, pois não estava dentro do padrão considerado:

‘Que eram aquelas mulheres, brancas, bem tratadas.’ Ela falava: ‘que tomavam leite da fazenda’, **Ângela solta uma gargalhada** e continua: ‘esse povo que toma leite da fazenda, que toma iogurte, que tem uma pele bonita, a cútis fresca e aveludada, diferente ni. Eu nunca tomei leite, aquelas coisas.’ Mas ela disse que nunca agradeceu tanto, ela falou: ‘porque eu, no final, **não era objeto de desejo**, eu era uma mulher magra, de perna torta, desmilinguida, cabeça chata, eu não tinha aquele padrão que, em tese, chamaria a atenção daqueles sádicos que estavam ali, então eu agradecia muito’.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

O discurso que reitera um corpo como abjeto se converte, então, como um meio de autoproteção. O não encaixamento a um padrão de mulher da sociedade se configura, neste contexto, como uma forma de resistência. Ao reconhecer as avenidas identitárias que a atravessavam, Damaris compreendeu em qual cruzamento poderia se acidentar em determinado

contexto (gênero - as violências sexuais) e se utiliza desse entendimento para se proteger: “[..] o discurso do: ‘eu quero ficar cada vez mais feia, mais magra, mais fétida, para ninguém se aproximar de mim’. Você vai pra um estado animal”. (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Além das violências sexuais, a utilização dos filhos e filhas eram outra forma de tortura psicológica utilizada especificamente contra as mulheres. Ao serem retiradas do Lar Mariquinha Lopes as crianças são levadas ao encontro de Damaris na prisão, ela relata que a narrativa contada pelos militares era de que torturariam as crianças e ao olhar pelas grades vê Ângela, Denise e Quito no pátio do presídio:

Ela disse que ela achou que ia ficar louca, ela disse que naquele momento ela gritou, ela disse que sentiu, ela falou: **‘eu vou enlouquecer agora!’** ela disse que gritou, subiu na janela porque ela olhou e viu a gente no pátio, então ela acreditou mesmo que a gente ia ser morto naquele momento, que eles iam torturar pra ela ver.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Acolhidos por Cuba, enquanto Damaris recebe cuidados médicos para sua recuperação, Ângela e os Irmãos são encaminhados para instituições de educação. É neste lugar que Ângela acessa alguns direitos, desde o mais básico, como ser vacinada e usufrir de tratamento odontológico, até o reconhecimento de necessidades que precisavam de uma maior atenção para serem percebidas. Durante o tratamento de Damaris, Ângela permaneceu um tempo sem poder ver a mãe, e narra o reencontro das duas:

Quando eu voltei pra casa, que os tios vieram me buscar e me levaram, eu estava de óculos, aí minha mãe falou: ‘e esse óculos?’ aí eles falaram assim: ‘deixa eu falar uma coisa pra vocí: ela não estava enxergando. A gente percebeu e nós levamos ela na clínica e ela tem uma miopia muito forte e a gente já colocou os óculos’. Eu estava **vacinada**, de óculos e já tinha tratado os dentes. Eles faziam isso, não era comigo, era com todas as crianças.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

As experiências de mulheres e crianças no contexto da ditadura brasileira, precisam ser analisadas de forma imbricada, tendo em vista que são sujeitos invisibilizados historicamente e, em um primeiro momento, o sujeito criança - considerado como apêndice do feminino -, se encontra inscrito num duplo desaparecimento decorrente tanto do próprio olhar adultocêntrico

quanto da invisibilidade das mulheres. Para além disso, o ponto revelador se apresenta no movimento de focalizar a experiência da infância que lança luz e ilumina sujeitos, relações, cotidianos e histórias silenciadas e soterradas nos escombros que a história linear solidificou a partir de uma narrativa oficial.

## DAS FILHAS DA PÁTRIA: NARRANDO INFÂNCIAS CLANDESTINAS

O olhar para o sujeito criança e os modos como vivenciam suas infâncias em outros contextos não institucionais permite uma observação das especificidades de suas ações em lugares que a normatização não impera de maneira tão incisiva como nos espaços destinados à educação. Permite revelar cotidianos em que esses sujeitos agem, se relacionam e constroem suas vivências. Tal condição lança luz para a heterogeneidade das infâncias contrapondo-se ao caráter homogêneo e de universalização de uma única infância - que desaparece com aqueles e aquelas que, por consequência dos marcadores sociais, não se encaixam na norma - colocando-a em xeque.

O olhar para as infâncias a partir de uma mirada de perto e de dentro, contextualizando suas experiências nos modos específicos de vivê-las, revela uma diferença constituinte de uma singularidade que lhe é própria. Este estudo, localizado no campo do conhecimento da educação, perspectivando infâncias em outros contextos e tempos, abre a possibilidade de um repensar as maneiras com as quais construímos os espaços educacionais - e seus objetivos para com aqueles e aquelas que o habitam - a partir da diferença compreendida desde um caráter não só positivo, mas substancial para o encontro com o Outro. (LIMA, 2015).

A experiência da infância de mulheres que vivenciaram o regime militar na condição de crianças perspectivada tendo a interseccionalidade como uma ferramenta metodológica que permite dar visibilidade aos atravessamentos que constituem esses sujeitos, versa sobre um movimento que se revela de fundamental importância para repensar o modo educacional inscrito numa normatividade pensada a partir de uma infância universal.

As conversas com as mulheres, sujeitos da pesquisa, percorrem caminhos por entre suas experiências da infância e as narrativas vão traçando um lugar para a creche e para a escola que revelam distintas simbologias que a educação formal ocupa em suas histórias, sendo experienciada de modo singular por cada uma.

De um lado, por parte de Ângela, a narrativa dessa experiência – do lugar da educação institucional - vai sendo traçada geracionalmente, iniciando-se com Damaris, e se configura como algo distante da realidade vivida, uma impossibilidade, uma negação:

Minha mãe faz uma referência que eu gosto muito, acho interessante. A minha mãe disse que ela não teve consciência política pelos livros, **ela não teve a possibilidade de aprender estudando** e, percebendo que ela era espezinhada, humilhada, pisoteada, excluída, mulher, negra, pobre, maranhense, ni, nordestina, ela diz que **a consciência**

pra ela foi um processo que aconteceu pela fome, pela necessidade, isso foi algo que chamou muito atenção.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Já no caso de Sônia Haas, a experiência com a educação institucionalizada se constrói por um outro lugar. A educação formal não se trata de um sonho ou algo a ser conquistado, mas sim de um dado certo, que integra o processo de desenvolvimento de sua vida, não diz respeito, portanto, a um talvez, mas sim a uma certeza. Sendo, inclusive, no processo escolar que Sônia encontra a possibilidade de assumir a sua história, enquanto irmã de um militante contrário à ditadura, assassinado pelo regime militar e desaparecido político, João Haas.

O que determina o não acesso à educação formal de um sujeito? No caso de Ângela a condição de classe e raça são atravessamentos que se sobressaem como elementos que, direta ou indiretamente, chocam-se com os entraves de uma educação hegemônica, pensada para um sujeito único, para uma infância universal. A desigualdade social, decorrente do processo de colonização e escravização é parte estruturante do capitalismo e fator preponderante para o desaparecimento e invisibilização de sujeitos e, conseqüentemente, impossibilita o seu acesso à educação formal.

A instituição de educação é, por vezes, o lugar em que essa desigualdade se apresenta de maneira incisiva, em que as distintas realidades sociais se chocam e acidentam sujeitos atravessados por uma multiplicidade identitária oprimida. A narrativa de Ângela é reveladora neste sentido dando visibilidade para o peso que a classe social exerce neste processo de acesso a uma educação formal:

Ela [Damaris] queria estudar, começou a frequentar o colégio, inclusive, ela sentava do lado do Sarney<sup>45</sup>. Ela disse que o pai do Sarney era promotor público. Ela era muito inteligente, esperta, sabia calcular, tinha muita habilidade. Mas aí, minha mãe **era canhota**, ela disse que **apanhava muito**, porque diziam que **ser canhoto era coisa do diabo**. Rapidamente ela aprendeu a escrever com a outra mão e aprendeu as contas rapidamente porque ela disse que não suportava apanhar. Naquela época tinha palmatória, você sabe não?! aquilo dói que é uma coisa horrível.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

---

<sup>45</sup> José Sarney de Araújo Costa, nasceu no Maranhão no ano de 1930. Durante o regime militar foi eleito governador do estado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação política à ditadura. Além disso, exerceu o mandato de Presidente da República de 1985 a 1990. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Sarney#cite\\_note-6](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Sarney#cite_note-6). Acesso em 07/11/2021.

A educação formal inscreve um processo subjetivo de homogeneização de sujeitos alterando modos singulares de ser, estar e se expressar em nome de um projeto educacional padronizado que atende a uma necessidade (futura) de organização social. Neste sentido, não há lugar para um possível vir a ser, mas sim, única e exclusivamente uma educação para o deve ser. A normatização, neste sentido, se expressa de várias formas, violentas em geral, na narrativa destacada acima, uma violência física explícita e legalizada. (LIMA, 2015).

Os entraves, consequência da desigualdade social, acarretam no abandono da escola por Damaris que, por meio da educação institucionalizada, experiencia a diferença como um impedimento ao acesso à instituição educacional:

E aí teve que deixar de ir pra escola porque ela não tinha sapato, não tinha roupa e **não podia ir na escola descalça e não podia ir na escola sem roupa**, não tinha como. Ela disse que a mãe do Sarney, a Dona Kiola (ela lembra dos nomes direitinho), ela contava, mandava uma caixinha de doces pra professora, então ela disse que percebia ni, aquele jeito e ela via claramente as classes sociais muito definidas, então por isso que ela diz que **ela aprendeu o que era luta de classes vivenciando a miséria, a necessidade, a exclusão, a fome.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A passagem narrada lançou-me novamente em direção a Rubem Alves. Julgo interessante um caminhar literário para movimentar reflexões suscitadas pela condição de criança, inscrita e identificada com uma classe – que é atravessada por uma multiplicidade de identidades. Tenho um carinho especial pelo livro em questão, já citado anteriormente: *O velho que acordou menino* (2015) pois, dentre outros pontos, trata-se de estórias sobre infâncias, algumas vividas pelo autor e outras ouvidas que, segundo ele, tornaram-se, também, estórias suas.

Rubem Alves faz um questionamento: “Por que haveria alguém de se interessar por estórias de um velho?” ao qual ele mesmo responde: “Porque todos fomos crianças, porque todos andamos pelos mesmos lugares”. O autor também fala em infâncias: “todas as nossas infâncias são variações sobre os mesmos temas. As memórias de um outro fazem ressoar, naquele que as lê o seu próprio passado adormecido”. (ALVES, 2015).

Fazendo jus à definição aristotélica na qual a literatura seria uma imitação e/ou uma representação da realidade compartilho um conto que considero exemplificar de maneira artística a narrativa de Ângela, seu título é: “Pé calçado, pé descalço...”:

No grupo, as classes sociais estavam claramente definidas. Eram definidas pelo sapato. Havia, primeiro, os meninos que iam sem sapato. Isso queria dizer que os pais eram tão pobres que não tinham dinheiro para comprar sapatos [...]. Havia depois os ricos, que iam calçados. Eu era rico. Ia com os dois pés calçados. Mas sem meia. Não se usava. E havia a “classe média”. Os da classe média eram aqueles que iam com um pé calçado e outro descalço. Isso mais acontecia com irmãos: um ia com o pé direito calçado e o esquerdo descalço. O outro ia com o pé esquerdo calçado e o direito descalço. Dessa forma, a função de proteção e higiene dos sapatos ficava anulada. Mas a sua função era outra. Os pais que assim mandavam os filhos à escola estavam dizendo: “Somos pobres, mas nem tanto...”. Eu achava aquilo o máximo. Tinha inveja deles. Implorei à minha mãe que me deixasse ir com um pé calçado e o outro descalço. Ela não deixou. Não me entendeu. Não compreendeu que, naquele meu desejo, já se delineavam as minhas futuras lealdades políticas. (ALVES, 2015, p. 229).

Considero que este conto inscreve a potencialidade da infância em subverter o olhar sobre aquilo que está posto. Danelon (2015, p.218) diz: “a infância é a própria desestruturação do mundo adulto e organizado”. Embora o desejo da criança não tenha de fato se concretizado, há a construção de um significado político (e poético de certa forma) que se delineia justamente pela especificidade de um olhar de uma criança que vê o que os adultos não veem e que significa, portanto, de maneira distinta os rituais, a cultura e as regras existentes. Nesse sentido, novamente concordando com Danelon (2015, p.218): “cada nascimento é um problema”, isso porque a infância é um perigo, dada a sua natureza novidativa.

As delineações das “futuras lealdades políticas” revelam uma politização por meio das relações estabelecidas com o Outro em sua diferença, neste caso específico, a desigualdade de classe. A inscrição de um outro em determinado espaço reflete a minha própria identidade e lugar social ao provocar que me perceba calçada nos dois pés. Um ato educativo por si só.

Infância e resistência surgem como sinônimos, em que a luta para continuar existindo é em si mesma um ato de subversão aquilo que está posto por um destino traçado pela fome (de existir). A educação institucional, enfim, ensina algo à Damaris:

Ela sabia que era inteligente, ela tinha consciência disso, **então ela decidiu usar a inteligência dela pra sobreviver** e pra tentar, naquele turbilhão que ela vivenciava, se manter viva. Ela sempre disse: 'o meu objetivo era ficar viva, porque eu sabia que ali as crianças morriam rapidamente, então eu quis ficar viva' **e lutou muito por isso.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A experiência da infância, embora perspectivada no plano individual, trata-se de uma representação social narrada. Refletindo sobre o âmbito da educação institucional, a inclusão das crianças no mundo adulto sem uma crítica aos valores e saberes hegemônicos é uma afirmação da racionalidade adultocêntrica dominante – personifica-se numa forma de silenciamento.

Não havia espaço para a identidade de Damaris no lugar social e historicamente construído para a criança e, por consequência, a normatividade inscreve um apagamento da sua existência enquanto um sujeito. Sua sobrevivência se dá à margem desse lugar social, como forma de resistir à própria normatização.

Tal condição vai se desdobrando na realidade da família Lucena e, já no contexto da ditadura, Damaris e Antônio realizam a tentativa de garantir a educação formal para os irmãos de Ângela. Contudo, em decorrência da repressão, que implica na necessidade da família em se colocar na clandestinidade, ou seja, esconder a verdadeira identidade a partir de nomes e histórias falsas, Damaris considera muito arriscado mantê-los frequentando a instituição escolar, optando, assim, por alfabetizá-los em casa.

O espaço educacional é comumente compreendido como o lugar em que se aprende o conhecimento formal, sobretudo as habilidades de leitura e escrita. Contudo, para além disso, trata-se de um ambiente em que os sujeitos crianças interagem com outras crianças e adultos de distintas realidades e, conseqüentemente, estabelecem relações que fazem parte da construção de uma leitura de mundo. O fato de não frequentarem a educação formal, coloca as crianças, Ângela e seus irmãos, numa outra relação de experiência da realidade social vivida, fora do âmbito institucional (porém de igual modo educativa). Uma infância clandestina em referência aquela validada social e institucionalmente.

Tanto no depoimento à obra *Infância Roubada* (2014), quanto em nossas conversas, Ângela destaca que havia um entendimento por parte das crianças sobre a atuação de seus pais.



A sua narrativa na Obra *Infância Roubada*, cujo título é: *A inocência perdida*, indica esse movimento de leitura da realidade:

Assim, eu poderia dizer que nós perdemos a inocência muito cedo. Porim, perder a inocência não significa que nós também não fôssemos **crianças** e tivíssemos **momentos felizes**. O que tínhamos era muita clareza sobre a atividade dos nossos pais. Sabíamos no que eles estavam envolvidos, embora não imaginássemos a magnitude e os desdobramentos que poderiam trazer. Mas a nossa mãe sempre dizia: "Olha, não se afastem muito de casa, brinquem aqui perto, cuidado com o que vocês falam, não desapareçam. Porque se a polícia chegar a gente tem que sair correndo". Parece maluco dizer isso para crianças. Mas quem é filho de nordestino entende. **Nordestino fala claramente com os filhos**. Nossos pais eram muito claros, muito objetivos quando conversavam com a gente.

(ÂNGELA LUCENA, *INFÂNCIA ROUBADA*, 2014. p. 83).

A experiência com a educação institucional da família Lucena ocorre de fato em Cuba, país que, em determinado contexto histórico, cumpre um papel importante de acolhimento dos militantes políticos expulsos de suas casas e seus países pelas ditaduras latino-americanas.

O país cubano havia realizado a sua revolução em 1959, destituindo do poder o ditador Fulgencio Batista por meio de um movimento armado liderado e comandado por Fidel Castro e Ernesto Guevara, respectivamente. A partir da revolução popular, o país inicia um processo de mudanças estruturais - de perspectiva socialista - na organização do sistema vigente, objetivando, sobretudo, justiça social, educação, saúde e segurança para toda a população.

Cuba tem um lugar especial na narrativa de Ângela, não só pelo fato de ter se tornado um lugar de acolhimento e segurança em que as famílias ideológicas, expulsas de seus territórios, se reencontravam e/ou encontravam-se com outras famílias ou ampliavam as já existentes com outros sobreviventes de países aterrorizados pelas ditaduras. Em Cuba, Damaris e Antônio eram heróis, Ângela passa de filha de terrorista para filha de grandes nomes da resistência da história brasileira. A clandestinidade deixa de ser uma condição de vida, agora é possível existir socialmente, enquanto um sujeito. Além de se tratar da concretização de um sonho:

Ela [Damaris] contou pra gente, muitos anos depois, que o sonho do meu pai era que os filhos estudassem em Cuba. Quando triunfou a revolução em 1º de janeiro de 1959, ela disse que meu pai falava: 'Damaris, vamos morar em Cuba, nossos filhos vão poder

estudar'. Ela mal imaginava que meu pai ia ter que dar a vida pra que isso fosse possível.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Uma das características em comum das narrativas de militantes que resistiram à ditadura é que a luta em prol de um objetivo coletivo e social, exige sacrifícios pessoais. Condição especificamente paradoxal em relação à militância de Antônio que, embora de forma não consciente, sacrifica o presente em nome da justiça social buscando um outro futuro para os(as) filhos(as) e as próximas gerações.

A despeito de todas as violências sofridas, estabelecer única e exclusivamente um lugar de vítima, para esses sujeitos, significa violentar novamente suas identidades e histórias: “quando a gente vitimiza o ser humano é quando a gente não deixa que ele se expresse” diz Ângela. (INFÂNCIA ROUBADA, 2014, p.85).

A fala de Ângela sobre o passado atravessa o tempo cronológico e vai ao encontro do presente, do hoje, ligando-se diretamente a arte musical de um jovem rapper negro. Em novembro de 2020 Emicida lançou o documentário *AmarElo – é tudo pra ontem*, nele o rapper desenvolve um apanhado cultural que percorre a história brasileira desde a Semana da Arte Moderna (1922) até a ocupação de lugares sociais antes destinados somente a uma elite branca.

O documentário narra a história de pessoas negras que foram soterradas pela história branca e oficial. Emicida diz: “se essas figuras tivessem tido a visibilidade que elas merecem, se elas participassem da história oficial deste país, a nossa concepção a respeito do país provavelmente seria completamente diferente<sup>46</sup>”. (A GAZETA, EMICIDA, 2020)

Já em 2019, anteriormente ao documentário, Emicida havia lançado a música, também intitulada *AmarElo* que contou com a participação da Pablo Vittar e Majur. Tecida artisticamente com trechos de *Sujeito de Sorte*, de Belchior, carrega uma letra forte e precisa:

Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Elas são coadjuvantes

<sup>46</sup> <https://www.agazeta.com.br/colunas/rafael-braz/emicida-fala-sobre-o-essencial-documentario-amarelo-da-netflix-1220>. Acesso em 10/11/2021.

Não, melhor, figurantes  
Que nem devia tá aqui

Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz  
Sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí

Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
**Se isso i sobre vivencia**  
**Me resumir a sobrevivencia**  
**É roubar o pouco de bom que vivi**

Por fim, permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem  
É o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí

Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro.

À história oficial não interessam as narrativas resistentes pois elas versam **sobre vivências**, resistências e lutas construídas por sujeitos em situações limites de existência, nas suas particularidades e especificidades, em geral, forjadas coletivamente, o que as potencializa. Viver é, em si mesmo, resistir. As experiências da infância narradas pelas mulheres sujeitos da pesquisa, muito embora tratem de situações de violências, se colocam para além desta condição, dão visibilidade aos modos de resistir no detalhe, no cotidiano, a todo um sistema que, pela sua característica inata da desigualdade, violenta constantemente.

A escuta para os sujeitos violentados e oprimidos não só os retira do lugar de vítima a que foram lançados pela história oficial, como também os humaniza, já que suas narrativas sobre vivências revelam semelhanças - problemas, amores, desamores, fé, alegrias e tristeza - por meio das quais nexos de identificação são construídos entre o eu e o Outro. A humanização e identificação são condições que dificultam o processo de dominação desse Outro.

Essa escuta lança luz, ainda, sobre toda a potencialidade da infância, não só em fazer aparecer narrativas e sujeitos desaparecidos historicamente, como também revelar os modos de

ser criança e experienciar a infância em um contexto de violências. Focalizar a narrativa sobre a experiência da infância versa sobre construir um lugar para que essas mulheres falem sobre suas vivências deslocando-as do lugar de vítima sobrevivente.

Em dado momento de nossa conversa, os caminhos nos levam a um encontro mais direto com Telminha – como Ângela era chamada carinhosamente pela família. Ângela está a me contar experiências vivenciadas na creche, em Cuba. Ela chega a este lugar com três anos e meio, sua fala oral começa a se desenvolver neste período aprendendo a língua espanhola primeiro, condição que a faz se sentir em casa.

Telminha foi uma criança faladeira, um “papagaio” como ela mesma a descreve, a intensidade de suas perguntas eram tantas que deixava a professora nervosa, a tal ponto de lhe dizer: “você vai ser monitora, porque pelo amor de Deus!” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021). Ângela teatraliza de forma enfadonha e cômica a fala da professora arrancando risos de nós duas e na sequência lança uma pergunta a qual ela mesmo responde:

Tá, mas voci sofreu? **sofri. Sofri muito**. Só que, o meu sofrimento ele tinha uma base muito sólida que era os nossos pais terem nos indicado de onde eles vieram, qual era a luta deles, porque que eles estavam naquela situação e porque nós estávamos naquela situação. **Não era irresponsabilidade**, não era uma coisa desumana, não era descaso com os filhos, ao contrário, **nós queremos que todos os filhos tenham os mesmos direitos e pra isso, pra gente lutar pela coletividade**, pra gente saber que o processo que nós vamos fazer de transformação vai atingir todo mundo da mesma maneira, **nós temos que colocar vocis na nossa luta**. A nossa luta, ela começa em vocis. Nós não queremos que vocis morram de fome, que vocis não tenham onde estudar, que vocis não tenham como tratar os dentes, que vocis não tenham o direito a usar óculos, que vocis não possam ir pra uma escola porque nós não podemos pagar.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A conversa como metodologia de pesquisa (ribeiro; souza; sampaió, 2018) foi de fundamental importância para viabilizar as nuances de uma narrativa que versa sobre uma história inscrita num contexto de violências. Em alguns momentos, de maneira inesperada, entra abruptamente em especificidades ganhando um tom sério, emocionante e doloroso, consequência das violências sofridas em menor ou maior grau, direta ou indiretamente. O retorno para uma narrativa mais leve, por assim dizer, vai se dando num movimento gradual, como que numa tentativa de compensar a violência que entra de supetão e corta drasticamente a conversa. Penso que se trata de uma característica própria da experiência vivida, das

violências, da própria condição da clandestinidade por meio da qual viviam momentos alegres e felizes, mas que, imprevisivelmente, se convertiam bruscamente.

É no lugar da creche, em Cuba, que Ângela encontra segurança para afrouxar as amarras da tensão constante e se permitir elaborar os sofrimentos, experienciar a si mesma e estabelecer outras relações. Esse processo tem grande simbologia na maneira como construiu a sua vida e lidou com as experiências de violências. Apesar do sofrimento, Ângela se encontra enquanto sujeito da sua própria história por meio das experiências vividas.

Pensando naquilo que me relata sobre o sistema educacional cubano ser em período integral e, portanto, as crianças permanecerem durante toda a semana na instituição, retornando para suas casas nos finais de semana, me suscita uma reflexão à qual lanço à Ângela sobre como foi o processo de identificação e/ou diferenciação deste lugar educacional de Cuba com o Lar Mariquinha Lopes em que esteve durante os dias que fora separada da mãe e dos irmãos. Minha curiosidade gira em torno de saber se, por se tratarem de uma mesma condição, ou seja, uma separação da mãe e dos irmãos e uma permanência integral no espaço, isso não a fez associar as duas instituições.

“Interessante o que você perguntou” exclama. Ângela fita o teto por alguns segundos, pensativa, e então diz:

Voci sabe qual era... tinha uma coisa muito diferente, **i** a forma como **voci** chega, ni. Quando eu cheguei na creche, tinha uma comitiva de pessoas me esperando e cada um queria pegar: ‘vem Telminha, vem aqui’, um pegava na minha mão ‘voci quer tomar um pouquinho de suco?’, um falava o outro falava, tal e voci ati meio assim. Ainda não entendendo direito a língua, não sabendo... mas **a linguagem do amor**, ela tem **uma cara**, ela tem uma face, que **voci** olha e voci identifica, era o sorriso, aquele **brilho no olhar**, de que realmente aquelas pessoas estavam felizes com a nossa chegada.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

*Bosquecito*, a creche levava esse nome pela condição natural que a constituía:

Quando eu entrei naquele lugar, aquele monte de **pássaros cantando**, aquelas **árvores enormes**, centenárias que voci olhava ficava tudo coberto assim, aquela **sombra**, aquela **sombra daquelas árvores**. Aí quando dava um determinado horário, eles abriam as caminhas pra gente ficar dormindo no meio das árvores assim.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A figura de uma pessoa em especial marca a narrativa de Ângela sobre a experiência na creche, Marta pedagoga e diretora, que por meio da sensibilidade e afeto vai construindo um ambiente seguro para Telminha: “eu deixei de gestar a dor e passei a sentir o amor” (NARRATIVA ÂNGELA LUCENA, 2021).

Essa mulher era uma...deixa eu ver aqui qual o termo que eu posso utilizar, olha, se eu disse mãe, eu tenho que falar muito mais do que isso, porque ela não era só minha mãe, **ela era mãe de todas aquelas crianças.** Ela tinha uma paciência, uma tranquilidade. Quando eu cheguei ali eu não falava espanhol e aí eu comecei a chorar porque o meu sapato tinha soltado o cadarço. Eu comecei a chorar. Claro, eu não estava chorando porque o cadarço tinha soltado. Ela tinha muita sensibilidade e aí ela virou pra mim e falou assim ‘Telminha não chora, vem cá. Eu vou amarrar o seu cadarço.’ Daí eu falei: ‘você não sabe. Só quem sabe é minha mãe. [Ângela ri ao me contar e continua] imagina que engraçado, ela falou: ‘vamos tentar, talvez eu possa te mostrar que eu consigo’, você não sabe, eu chorava. Você não sabe. E aí ela me pegou no colo sentou comigo, fechou, arrumou o cadarcinho, aí ela começou, aí ela veio, realmente, com aquela coisa **acolhedora** de... **ela era pedagoga e ela tinha sensibilidade** suficiente pra entender que o que eu estava vivendo, era uma angústia do desaparecimento do meu pai, da minha mãe e de uma nova realidade que eu não estava conseguindo lidar. Então ela queria que eu entendesse que ali eu estava segura. Não é que eu fosse uma criança triste, nem angustiada, não era isso, mas eu percebi que ali eu poderia ser feliz, porque durante muito tempo eu fui muito fechada, era complicado lidar com aquele processo. **Era complicado lidar com a perda,** me separar dos meus irmãos, da minha mãe, perder meu pai, que era muito... que me mimava demais, mimava os filhos demais. Então **eu entendi ali o que realmente a educação faz pelo ser humano.** Esse jeito, essa coisa que ela tinha. Essa sensibilidade. Às vezes ela me via não, às vezes eu ficava parada assim, eu sentava e chorava e eu não chorava em casa porque eu não queria que a minha mãe descobrisse que eu estava chorando. Aí ela vinha ‘que que tá acontecendo?’ não, não é nada, ‘ainda bem que não é nada, vamos tomar um suco’. Ela me levava, tomava um suco comigo, ela falava ‘você quer comer um docinho? você quer alguma coisa?’ me levava na cozinha e ela foi percebendo o que que me deixava menos angustiada e isso virou uma rotina, eu estudava, eu fazia as coisas e tal e eu fazia as atividades que me deixavam menos angustiada, eu não ficava pensando nas coisas. E aí uma vez ela falou assim ‘deixa eu te falar uma coisa: você não precisa ficar sem graça e me dizer que você não tá chorando. **Você pensa que eu não choro também?** eu choro muito’ olha que coisa interessante: ‘eu choro muito’, ela me disse, ‘eu choro muito mais do que você imagina’. Aí eu falava: porque que você chora? ‘ah, por muita coisa’, por quê? ‘Ah, eu choro quando vejo você chorar, por exemplo. Eu choro.’ olha só! que mais? uma graça... ela falava assim: ‘eu choro quando eu vejo, por exemplo, que vocês não querem ir embora daqui, porque eu sei que vocês estão felizes, então isso me faz chorar. Eu choro quando eu vejo que tem muitas crianças que poderiam estar aqui e não estão’. Então, era muito interessante, eles acabaram me levando, eu fui depois pra uma escola que eles chamavam *Dos filhos da pátria*. Os filhos da Pátria

eram pessoas que tinham tido os pais mortos, assassinados em combate por uma ideologia, não só brasileiros, de todos os locais e levavam essas crianças pra que elas fossem acolhidas e realmente eu vou te dizer com toda a sinceridade, Amanda, se eu não tivesse ido pra Cuba, provavelmente eu teria ficado uma pessoa com muitos problemas de relacionamento, com muitos problemas de aceitação, com muitos problemas de autoestima, com muita coisa. Sorte que nós realmente fomos pra um lugar onde as pessoas entenderam o que era o papel da educação. Como é que a educação era uma coisa transformadora e foi mesmo. Foi mesmo.

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

A imagem do sapato desamarrado é de uma simbologia poética profunda. O nó de Ângela, suas angústias, medo e insegurança, foi sendo desfeito com muita sensibilidade e afeto, de tal modo que o laço dado não é no calçado, mas na constituição de uma relação entre os dois sujeitos que ali se encontram: Telminha e Marta. O choro acompanhado da afirmação de que apenas sua mãe saberia laçar seus pequenos sapatos anunciam o sentimento de ausência de uma pessoa que lhe representa segurança e confiança.

A cena narrada é reveladora da especificidade com que as crianças se comunicam, que está muito além da oralidade como forma de expressar seus desejos, angústias e necessidades. Uma maneira peculiar que reivindica uma atenção e uma sensibilidade como meios para o acesso àquilo que o Outro busca nos dizer, arrisco a dizer que requer, ainda, um afastamento do código da fala oral, Telminha e Marta não se entenderam pelo espanhol ou português, mas por uma linguagem outra, própria da infância.

Um ato educativo em si mesmo e que compõe uma experiência da infância sobre o lugar da educação que nos é narrado por Ângela e que nos coloca a refletir sobre os processos que compõem uma instituição de educação, bem como seus objetivos com os sujeitos que ali estão.

Já Sônia Haas experiencia a instituição educacional por outro lugar. Ressalto que o movimento construído não se inscreve em uma contraposição de uma narrativa (de Ângela) a outra (de Sônia), mas sim a percursos que vão revelando experiências, significados e simbologias distintas sobre o lugar da educação formal.

Sônia é filha de Ildelfonso Haas e Ilma Linck Haas, seus pais nasceram no Rio Grande do Sul e, especificamente sua mãe, carrega uma forte descendência alemã, nascida em Lomba Grande, distrito de São Leopoldo. Apesar da origem humilde, seus pais se tornaram uma família economicamente estável, sendo pioneiros na área industrial no ramo de produção de botas:

*Botas Haas*. Tal condição, aliada a um poder aquisitivo de classe média, coloca a família num lugar de reconhecimento social na cidade, de modo que as demais pessoas sabiam, em maior ou menor grau, da história de João, apesar da censura que era própria da ditadura.

Por medo, receio de perder outros filhos para o regime militar, mas também pela complexidade da situação vivenciada, a ausência de João era um assunto censurado no seio familiar, não havia lugar para perguntas e conseqüentemente para a tristeza e vazão que Sônia carregava. É na escola que o silêncio a respeito da história do irmão é rompido e a escrita é a ferramenta utilizada para pôr em palavras sentimentos que não poderiam ser ditos em voz alta:

Aí em [19]68 eu tinha 10 anos, eu escrevi um poema e, que eu me lembre assim, eu gosto muito de escrever, *nã*, foi a primeira vez que eu escrevi uma coisa assim sabe?! Que... [Sônia gesticula com as mãos como se arrancasse algo do peito em referência a uma escrita de dentro e segue dizendo] **uma inspiração**, que falava sobre um rio, era uma metáfora, que dizia assim... o nome da coisa era: ***Quando o rio abandona o seu leite, i*** como se o amor deixasse as pessoas sozinhas, as árvores secam, os passarinhos... [Sônia interrompe a narração do poema e aponta para o braço arrepiado pela emoção, então continua] eu perdi esse poema! É uma merda... As árvores secam, os passarinhos não tem mais como sobreviver, as flores murcham, e não sei o que, e não sei o que... o nome do negócio era: *Quando um rio abandona seu leite*, que era a questão da **falta do João, nã**.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

É na escrita que Sônia encontra um lugar para o sentimento censurado, para inscrever um duplo desaparecimento: num primeiro momento o desaparecimento do próprio irmão e num segundo momento o desaparecimento da possibilidade de falar sobre essa ausência. O seu percurso educacional é marcado por essa característica, em ser um lugar por meio do qual o silêncio é rompido em algumas circunstâncias. Sônia constrói amizades, família ideológica e amores em torno desse movimento.

É na adolescência que ela começa de fato a buscar respostas para as perguntas internas:

Mas eu não sabia de nada disso, porque **era tudo escondido**. Então quando que eu fui me envolver com isso? Quando eu comecei a ficar mais adolescente que eu comecei a ler coisas. Naquela minha época a gente lia Fernando Henrique Cardoso que era o máximo da esquerda, eu tenho livros ati dele. Lendo sobre Cuba [...] aí eu já sabia que ele [João] estava envolvido com alguma luta com algum ideal de esquerda. O que a gente concluiu, minha irmã mais velha então me explicou *nã*. Eu comecei a querer entender isso:



socialismo, comunismo. Comecei a ler mais, essas coisas começaram a chamar mais minha atenção.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

O primeiro movimento de Sônia em relação a uma certa reivindicação de sua própria história e identidade se faz por meio da escrita, na escola. A professora solicita que os(as) alunos(as) escrevam uma redação sobre o estudante ideal, Sônia narra esse acontecimento por meio do qual se aproximou de pessoas e constituiu amizades:

Ati que no ginásio, porque eu fiz o ginásio e tu nem deve saber o que que **i** ni [nós duas rimos] **i** tipo ensino midio, assim [...] ati que uma professora mandava a gente fazer redações e tal, eu nunca vou me esquecer, ela mandou fazer uma redação sobre *O estudante ideal* [...] **E aí eu comecei a escrever**. Eu tenho um jeito assim, eu boto na cabeça o que eu quero e eu escrevo, eu não mudo mais, não mudo e nem preciso revisar, nem nada [...] não faço rascunho. Eu comecei a escrever e quando eu vi eu estava escrevendo do João, por metáforas, eu adoro metáforas. Eu digo: **‘gente! Isso aqui é o João’**. E aí eu assumi que era sobre o João, coloquei no texto que era sobre o meu irmão que eu estava falando, no final. E essa professora sabia, porque todo mundo que era de São Leopoldo, ainda mais quem também não era muito de direita, conhecia bem a história da minha família, porque era uma família muito conhecida [...] ela [a professora] escolhia sempre a melhor redação do dia, todos os dias a gente tinha que fazer redação, achava ótimo. Ela inclusive era uma grande escritora, foi uma pessoa que me marcou muito, essa professora. Morreu há uns tris anos. Aí ela chamou e disse: eu quero ler pra vocis uma redação de uma colega de vocis, que foi ati a melhor que eu li nos últimos tempos. Aí, meu deus! quando eu vi que era a minha **eu me tremia toda**, porque eu sempre fui tímida, eu tinha medo de aparecer, eu não gostava, sabe?! Eu queria sumir, porque eu tinha vergonha por ela ter escolhido a minha e porque era a minha vida, mas no fundo eu precisava fazer aquilo. Porque assim, nós tínhamos uns quatorze anos e alguns colegas meus sabiam dessa história pelas suas casas, mas não falavam comigo sobre o assunto, porque não sabiam falar, não sabiam como conversar, nem nada. Então **eu tinha esse assunto muito íntimo, muito escondido**, imagino que todos lá em casa **nã**.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

A escolha pela faculdade a ser cursada é fruto desse movimento de assumir a sua identidade enquanto mulher, irmã de um desaparecido político. Em 1977 ingressa no curso de jornalismo, opção que se deu por encontrar nesta faculdade a possibilidade de escrever a história

do irmão, muito embora Sônia não sabia que história era essa e, ainda neste momento, não tinha conhecimento sobre a morte de João.

Há uma lacuna de dez anos na história. Em 1969 os postais e cartas que João enviava simplesmente param de chegar, desaparecem. A família só toma conhecimento da guerrilha do Araguaia em 1979 e, de acordo com os registros do partido, João fora assassinado no fim de 1972. O acesso à história sobre a guerrilha rural que o irmão participou se deu a partir da universidade:

A universidade me deu muita força nisso, porque eu deixei de ser um pouco tímida, como eu era demais e encontrei essas pessoas. Aí um dos professores não acreditou em mim. Eu fui no intervalo e disse: professor... (ele tinha falado da ditadura, não, o que tinha acontecido, o golpe de 64), aí eu disse: professor, eu queria conversar com o senhor, eu tenho uma pessoa da minha família que morreu agora na ditadura, agora depois do golpe, morreu não, **desapareceu**. E ele disse: 'como assim?' Aí eu disse, bem baixinho, porque eu não queria que os outros ouvissem: foi na guerrilha do Araguaia. Daí ele disse: 'bem feito! Os milicos tinham mais medo de ter morrido todos na guerrilha do Araguaia. Seu irmão era do quartel daqui não?', assim, menina!!! Ele era muito grosso. Ele não entendeu... aí eu disse: não, professor, meu irmão não era militar [Sônia então representa a cara de espanto que o professor teria ficado quando entende a situação]. Ele disse: 'como é o nome do seu irmão?'

Eu disse: João Carlos. **Ele caiu pra trás assim ó tóim!** [Sônia representa novamente o choque que a história acarreta no professor] ficou branco. Ele disse: 'nossa! Desculpa'. Eu disse: pois não, a gente tá querendo saber, algumas pessoas já tinham dito que havia tido esse movimento no sul do Pará e tal. Ele disse: 'eu não sei, não sei de nada'. Mas ele era do MDB que na época era super esquerda. A partir dali ele começou a me dar coisas pra ler, me tratava diferente, porque ele foi grosso comigo. Aí o outro professor que era de Sociologia, mais querido, mais tranquilo, fui conversar também depois, foi tudo no mesmo semestre, o primeiro semestre da faculdade. Aí eu fui lá: professor, assim, assim... Ele disse: 'qual é o nome do seu irmão?' Eu disse: João Carlos, daí ele: 'o Haas?!' Eu disse não, 'eu estive preso com o Haas em 64'. Então assim, isso é um exemplo que eu estou te

contando de tudo que eu vivo na minha vida, porque daí começa: coisa, coisa, coisa, ●

**inimaginável acontece**, então a gente tem que tá sempre pronto pra esses encontros. Esse professor foi um amor, ele me contou que eles estiveram presos, que ficaram quase 30 dias presos, eles estiveram na mesma cela e que trocaram muito conhecimento e que gostava muito do João Carlos e que era um grande líder e tal, ele depois morreu [o professor]. Aí eu comecei a ver assim, poxa! O João tem reconhecimento, as pessoas sabem o nome dele, o cara esteve preso com ele, veio aqui e encheu o João de elogios. Eu chegava e contava pra minha mãe, pro meu pai eu não falava, eu morria de medo do meu pai. Aí chamava minha mãe num canto e dizia: mãe, o professor assim, assim... não conta pro pai. Eu morria de medo. Porque não era

pra eu falar esse assunto, ni. Eu contava pra mãe e a mãe: 'meu deus! Será que ele não sabe mais? Pergunta'. Porque minha mãe queria muito [saber] ni.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

A história, em geral, situa as mulheres num lugar de mãe, esposa, filha e irmã, lugares perspectivados a partir de uma figura masculina central. O caso de Sônia, em específico, diz respeito a uma condição de familiar de um desaparecido que a lança, durante toda a trajetória de vida, para uma luta de memória, de contar a história de um ente querido e fazer justiça. E quem conta a sua história? Sônia é mais que a irmã de João Haas, sua experiência da infância é o retrato de uma mulher que resiste à ditadura, cotidianamente, utilizando a narrativa como arma.

Uma história duplamente silenciada, pois além de mulher, foi uma criança da ditadura. Que importância uma criança tem nos/para os processos históricos? Sua narrativa lança luz a uma experiência feminina da infância que é protagonista da história e fator de mudança na atualidade, pois à medida que narra o passado, inspira ações no presente.

Se a história de João é (re)conhecida e (re)contada, se a Guerrilha do Araguaia contou com desvelamentos sobre fatos ocorridos e silenciados, se os desaparecimentos e os crimes do Estado autoritário são expostos, é porque mulheres como Sônia Haas, Ângela Lucena, Sissy Kelly, Amélias, Janaínas e tantas outras não desistiram frente ao terror das violências. É pela coragem de não esquecer e pela audácia em narrar uma vez mais, que suas lutas chegam a minha geração e nos movem a continuá-las.

## “QUANDO UM RIO ABANDONA SEU LEITO”: INFÂNCIA, EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA EM CONSTANTE (RE)ELABORAÇÃO

*O Brasil tem um enorme passado pela frente*  
(Millôr Fernandes)

A gente não falava. Eu vou te dizer no meu caso, porque que eu não falava. Eu já sentia que minha mãe sofria tanto, era tão complicado pra ela, porque ela entendia que ela tinha levado os filhos pra uma situação que, não i que fugiu de controle, mas que ficou violenta, ficou difícil, ficou complicada. Eu tinha, por exemplo, medo as vezes de dormir, eu sonhava muito e as vezes eu acordava chorando, mas eu não queria que ela ficasse sabendo que eu estava sofrendo. Por que que eu não queria? Porque eu achava que ela já fazia muita coisa e já tinha que lidar com muita coisa e eu não queria levar mais um problema pra ela. Ao mesmo tempo eu percebia que se eu tinha passado por aquilo, eu ia conseguir passar pelo efeito que aquilo teve e a consequência que aquilo teve e ia dar pra depurar mesmo que demorasse um tempo, mas ia dar pra fazer, no meu caso. Quando nós falamos ali [Ângela se refere ao depoimento para a obra *Infância Roubada* (2014) que foi o momento que contou pela primeira vez sua história] **foi surpreendente pra todo mundo como cada um lidou**, dizer exatamente: ‘eu senti isso, senti aquilo’, a gente viu ali, naquele depoimento. E depois assim, por exemplo, eu não queria que ela ouvisse meu depoimento, não queria. Eu falei: eu não quero que ela escute, por que? Pra ela sofrer? Sem necessidade? Mas um dia ela chorou, parou e falou assim: ‘meu deus, olha no que que eu levei meus filhos, eu fiz os meus filhos sofrerem’. Eu falei: não, pergunta pra gente se vocí fez a gente sofrer, vocí tem que perguntar pra gente, vocí não pode ficar concluindo. Pergunta, pergunta pro Quito, pergunta pro Ariston, pergunta pra mim, como i que foi. **Pergunta se a gente vi dessa forma que vocí vi e a gente não vi, eu te garanto. Eu te garanto que a gente não vi.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2021)

Eu comecei a entender de que a gente vivia num contexto de um regime militar foi quando cheguei no Vale do Aço que eu tive um pouquinho mais de consciencia do que era a situação que a gente vivia naquele momento. **Mas eu vim aprender mais sobre a ditadura militar, eu acho, foi lá na Europa, vivendo na Europa eu pude entender mais o que era o Brasil e a situação que o Brasil vivia e que estava saindo, porque eu estava na Europa quando o regime militar terminou aqui no Brasil.**

(Narrativa Sônia Sissy Kelly, 2021)

Perguntava pra minha mãe, minha mãe não gostava de falar. Não era pra falar do assunto. Não era pra chorar [...]. Eu tinha muito medo, muito medo, porque a minha mãe tambim

dizia: 'não fale com ninguém sobre esse assunto, **cuidado.**' Meus pais, eles tinham medo de perder outros filhos: 'a gente já perdeu o João Carlos'. A gente não podia participar de grêmios estudantis, eles não deixavam, achavam arriscado, meu pai cuidava tudo que a gente lia, era um negócio bem complicado.

(Narrativa Sônia Haas, 2021)

As narrativas das mulheres vão inscrevendo as várias formas e funções que o silêncio vai tomando ao longo de suas experiências. Ângela o narra a partir de um lugar de cuidado com o sofrer de sua mãe, para Damaris, o silêncio vincula-se, então, a uma razão pessoal. Ao mesmo tempo, Sissy Kelly vai dando visibilidade em torno do silenciamento político, instaurado pela própria condição de censura do regime militar. Já a narrativa de Sonia Haas apresenta o silêncio, por meio da censura exercida pelos pais, como uma forma de segurança e proteção. Em todo caso, de acordo com Pollak (1989, p.3) “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

Há, também, o movimento de silenciamento que nasce do próprio processo de anistia pelo qual o Brasil passou com a abertura política no início da década de 1980. Uma anistia ampla, geral e irrestrita ligada ao “esquecimento e pacificação, como conciliação nacional.” (CUNHA, 2010, p.17). A anistia é um dos elementos que compõe o vento-tempestade que sopra e empurra o anjo da história de Benjamin, rumo ao futuro:

*Existe um quadro de Klee intitulado “Angelus Novus”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade. (LÖWY, 2005, p.87).*

Nesta perspectiva, se inscreve o esquecimento como forma de avançar historicamente, de seguir rumo ao progresso. Narrativas como as das mulheres sujeitos da presente pesquisa não só não interessam ao projeto de avanço para o futuro, como carregam em si mesmas a

possibilidade de desestabilizar a memória coletiva que inscreve a ditadura brasileira como um fenômeno, um erro histórico que precisa ser superado (a qualquer custo – mesmo que sob a violência do silêncio de outrem).

Suas experiências da infância revelam relações com um tempo que não cabe ser medido por passado, presente ou futuro. Um tempo que é escrito por uma linha que atravessa gerações e que, por meio desse movimento, revela o avesso da história linear, expondo que a ditadura instalada no Brasil não se trata de uma exceção, ou um erro, mas uma medida de força tomada conscientemente a fim de garantir a manutenção social de poder de uma classe sobre outra, de privilégios, de status e, porque não, da construção da própria história.

O enorme passado que se apresenta no horizonte brasileiro, anunciado por Millôr Fernandes diz respeito ao *amontoado de escombros* que cresce até o céu frente ao anjo da história, as ruínas da nossa própria história que soterram infâncias, experiências, memórias e histórias. Perspectivamos nosso horizonte pelo retrovisor, uma ideia que me parece ser muito próxima da infância enquanto experiência que se inscreve na consciência de nossa finitude e que possibilita um constante nascer do agir e do pensar e, conseqüentemente, na liberdade para a criação de outras realidades e modos de existência.

Este enorme e pesado passado se lança cotidianamente no presente e no futuro, e está constantemente sendo reelaborado a partir das experiências vividas no hoje. Portanto, o único lugar em que realmente ocupa o assento do passado é na história linear oficial, pois para os sujeitos que experienciaram esse contexto, e que hoje narram o tempo de uma infância, trata de um movimento que constitui sua própria identidade e, portanto, que escreve sua história particular na qual reside muito mais que apenas um sujeito vítima de tais violências, já que, a partir de tal condição vivenciaram diversas experiências. Diante de tal reflexão, reafirma-se a impossibilidade de se perspectivar a história da ditadura brasileira a partir de uma ideia ou de um período fechado de anos.

A professora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) Lilia Schwarcz (2019), no livro intitulado *Sobre o autoritarismo brasileiro*, faz um questionamento simples e ao mesmo tempo cirúrgico: “quanto de passado tem no nosso presente?”. De igual maneira, Edson Teles e Vladimir Safatle (2010, p.10) nos dizem que uma ditadura “se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente”.

Realizar uma leitura que apenas demonstre e/ou articule os movimentos dos setores golpistas em torno da tomada de poder, torna-se insuficiente para analisar a ditadura brasileira, uma leitura linear e factual sobre determinado período o coloca no labirinto do passado,

cristalizando-o no tempo como um acontecimento estático. Não há data possível que encerre as experiências da ditadura num tempo passado.

Contrapondo essa visão imóvel, cronológica e linear, a ditadura é tomada como um processo em aberto, fundamentada numa chave de leitura histórica a partir das interpretações que Michael Löwy tece sobre o conceito de história em Walter Benjamin a partir de um estudo criterioso a respeito das teses sobre história:

As teses de 1940 constituem uma espécie de manifesto filosófico [...] para a abertura da história [...] para a concepção do processo histórico que dá acesso a um vertiginoso campo dos possíveis [...] sem no entanto cair na ilusão de uma liberdade absoluta: as condições objetivas são também condições de possibilidade. (LÖWY, 2005, p. 147).

Walter Benjamin é um filósofo e pensador paradoxal e, por conta dessa característica, seus estudos são utilizados e citados pelos mais variados campos de estudo e concentrados nas mais diversas vertentes ideológicas. Reconhecendo a particularidade desse pensador e, sobretudo, a atualidade das suas teses, importa situar por onde se pensa suas contribuições e anunciamos que estão ancoradas nos estudos e na interpretação de Michael Löwy. O autor delinea as três principais vertentes de leitura e interpretação de Benjamin, sendo elas: 1) a escola materialista; 2) a escola teológica; 3) a escola da contradição. Propõe, então, uma quarta abordagem na qual define Benjamin como marxista e teólogo, justificando que:

[...]é verdade que essas duas concepções são habitualmente contraditórias, mas o autor das teses não é um pensador “habitual”: ele as reinterpreta, transforma e situa numa relação de esclarecimento recíproco que permite articulá-las de forma coerente. (LÖWY, 2005, p.36).

A opção por essa perspectiva se justifica pela característica própria dos manuscritos das Teses sobre a História de Benjamin que não foram redigidas para serem publicadas, segundo o próprio Benjamin, tendo sido escritas no calor da ocupação da Europa pelos nazistas e, diante de tal contexto, o autor temia que elas pudessem abrir as portas para a “incompreensão entusiasta.” (LÖWY, 2005, orelha do livro). Neste ponto entende-se que Benjamin foi profético.

Assim, correndo o risco de mal interpretá-las, por não ser uma estudiosa focalizada em história e em Benjamin, e por reconhecer a complexidade de tais manuscritos (que de acordo com Löwy foram escritos de Benjamin para o próprio Benjamin, e que mesmo lendo dezenas

de vezes se encontra, ainda, com passagens enigmáticas), faz-se a opção por caminhar com o conceito de história em Benjamin a partir dos estudos de Michael Löwy.

Corroborando com o autor que aponta a atualidade do pensamento de Benjamin e a potência em poder, com ele, refletir e a analisar a realidade da América Latina, entende-se o passado como algo em movimento, passível de ação e transformação, isso porque “[...] se a história é aberta, se o ‘novo’ é possível, é porque o futuro não é conhecido antecipadamente; o futuro não é o resultado inevitável de uma evolução histórica dada, o produto necessário e previsível das leis ‘naturais’ da transformação social...” (LÖWY, 2005, p.149). O conceito de história em Benjamin é carregado de uma outra temporalidade, bem como das características da imprevisibilidade e abertura, o autor “recusa as armadilhas da ‘previsão científica’ de gênero positivista e leva em conta o *clinamen* rico de novidades, o *kairos* cheio de oportunidades estratégicas.” (LÖWY, 2005, p.150).

Assim, entende-se que o conceito aberto de história é possível de ser pensado no horizonte de uma infância como condição, como potência, como lugar de transformação. Infância e mulheres se constituem como devires minoritários que atravessam a ditadura brasileira:

De um lado, está o contínuo: a história, *chrónos*, as contradições e as majorias; do outro lado o descontínuo: o devir, *aión*, as linhas de fuga e as minorias. Uma experiência, um acontecimento interrompem a história, a revolucionam, criam uma nova história, um novo início. Por isso o devir é sempre minoritário. (KOHAN, 2007, p. 92).

A experiência da infância, narrada enquanto um tempo, inscreve a descontinuidade da história, interrompe a linearidade. Isso porque à medida que uma experiência é narrada ela é, ao mesmo tempo, revivida, reelaborada e colocada em movimento diante daquilo que é o hoje, o presente. A experiência da infância não é, portanto estática ou cristalizada, seus sujeitos constroem novas simbologias e significados quando as narram.

As mulheres, sujeitos da pesquisa, ao narrar sobre suas experiências da infância inscrevem o desaparecimento, aquilo que escapa ao desenrolar dos fatos contados consecutivamente. E inscrevem, também, o silenciamento. Uma experiência inscrita num momento não capaz de ser numerado, pois intenso e de duração outra. Narram a experiência de uma infância que não se encontra nos livros didáticos ou nas fotografias de crianças enfileiradas



cantando o hino nacional na escola, mas ao contrário, em linha de fuga a essas normatividades e às institucionalidades.

As infâncias clandestinas exercem uma função de inscrição de outras histórias. À medida que o vivido no presente tende a soterrar as narrativas minoritárias, estas se veem na tarefa de romper com o silêncio e fazer ecoar suas vozes em resistência. De acordo com Pollak (1989, p. 3) são várias as razões para o rompimento do silêncio e dentre elas há uma específica que pode ser relacionada a um caráter geracional, pois “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”.

As experiências das infâncias narradas colocam o passado em movimento perspectivando-o a partir de uma lente de abertura, servindo como uma estratégia de resistência, que tem implicações diretas nas mais variadas formas de violências e opressões do tempo presente, inscrevendo o passado como um tempo passível de ação. Ao serem retirados do silêncio histórico, os sujeitos reconhecem a possibilidade de resgatar a si mesmos, pois, entre tantas facetas com que se pode analisar o silêncio, a negação de si mesmo (por meio da negação de suas narrativas) é uma delas. (POLLAK, 1989).

Ao focalizarmos a experiência das infâncias de mulheres que vivenciaram condições de violências diretas e explícitas, pode ser possível revelar os entrecruzamentos das estruturas de opressão e como seu engendramento atravessa(ou) suas formas de existência. Além de serem narrativas que carregam componentes de subversão ao que se refere à história oficial sobre determinado período.

Retomando a proposição inicial dessa seção, a história do regime militar brasileiro é perspectivada como um passado que é presente, e que quando compreendido dessa forma (para além de uma cronologia linear de fatos), é colocado em movimento e abre a possibilidade de ação para transformação, concordando com a leitura benjaminiana, apresentada por Löwy, de um conceito de história que vá ao encontro da emancipação dos oprimidos:

Se trate do passado ou do futuro, a abertura da história segundo Walter Benjamin é inseparável de uma ação ética, social e política pelas vítimas da opressão e por aqueles que a combatem. O futuro desse combate incerto e as formas que assumirá serão, sem dúvida, inspirados ou marcados pelas tentativas do passado: serão igualmente novos e totalmente imprevisíveis. (LÖWY, 2005, p. 159).

Os modos de produção da ciência moderna positivista e o regime de verdade que constitui a subjetivação do sujeito moderno, compõem um núcleo comum sobre o qual se problematiza o conceito de história; as pesquisas com crianças; os modos de operar em

pesquisa; aquilo que é compreendido por experiência; e, sobretudo, os saberes-que-sabem-tudo sobre a infância nesse estudo. (LIMA, 2015; LÖWY, 2005).

Se o passado deve ser considerado em aberto, por conta da imprevisibilidade do futuro, a experiência é algo sempre em devir, uma vez que está constantemente sendo transformada e transformando dialeticamente o passado e o presente e, assim, implicando no futuro. A experiência é, portanto, constituída e constituinte de vários tempos. Nela habita o *chronos*, o *aión* e o *kairós* que vão se apresentando ao longo dela mesma, convivem em harmonia, ocupam espaços no viver de forma coletiva e rompem com a ideia de “*ou um tempo ou outro*”, pois somos habitantes de tempos vários... (passado, presente e futuro, em aberto) em constante movimentação.

A experiência é esse movimentar de tempos dentro e fora de nós que busca aquilo que já vivenciamos individualmente e/ou coletivamente em sociedade e nos coloca a serviço do que se vive no agora, e daquilo que se está vivendo a serviço do passado, e com isso constrói-se o futuro sem saber que o faz, um futuro marcado pela característica do imprevisível, pois: como capturar algo que nasce do movimento?

A infância, por sua vez, pode ser considerada o lugar da condição da experiência. A infância como uma condição habitada, onde o imprevisível encontra lugar, inscrita na lacuna e na ignorância (no sentido mais potente e positivo dessas características) em que é possível ecoar a nós mesmos, nossas vozes. A infância como um constante experimentar, lugar de incerteza, pois não se pode saber de antemão aquilo que está por vir, que nasce dos encontros inesperados. Do mesmo modo, não se pode prever quais tempos serão acionados pelos encontros e desencontros e quais deles, juntos e/ou intercalados constituirão experiências. Pode-se pensar, portanto, que toda redução de um tempo a outro se torna um impedimento de dar conta e dar a ver a dialética característica dos tempos e da necessidade recíproca que há entre ambos e que constitui as experiências das infâncias e as tornam passíveis de serem narradas. (KOHAN, 2007).

Diante dessa imagem de infância, o que se coloca é que, em detrimento de toda opressão, disciplinamento, violências e assujeitamento a que a infância é submetida, ela resiste, subverte, encontra linhas de fuga, escapa, se faz e se refaz, altera os modos relacionais entre os sujeitos e lança ao mundo a sempre possibilidade de existência do novo.

## POSFÁCIO: UM RETORNO AO INÍCIO

Ao entender que um posfácio se constitui como um texto por meio do qual se apresenta informações que não são essenciais para todo o livro, mas que são consideradas relevantes, o que busco trazer é uma abertura para um novo início a partir de outras imagens de infâncias surgidas nas narrativas das mulheres, sujeitos da pesquisa.

Assim, escolho terminar por um retorno ao início: *Como falar da infância?* Essa pergunta me acompanhou durante todo o processo. Em algumas ocasiões - como em conversas informais com amigos e/ou apresentações em eventos científicos -, senti dificuldade em explicar o que de fato eu estaria propondo com o estudo ao perspectivar pensar a infância como experiência, por meio de narrativas de mulheres que vivenciaram o contexto histórico da ditadura brasileira na condição de crianças. Isso porque em todas as situações colocava-se como necessário explicar que a infância perspectivada estava para além do sujeito criança, sendo uma condição habitada por todos(as), ou seja, havia de tecer uma explicação filosófica que nem sempre era compreendida, até porque, em muitos casos, eu mesma sentia dificuldade em explicar.

Diante do estudo realizado e de acordo com a ideia da infância como experiência, a pesquisa não teve como objetivo trazer respostas às perguntas apresentadas ao longo do texto, tentei me ocupar em construir uma investigação que inscrevesse um movimento capaz de fazer nascer outros questionamentos: é possível falar da infância enquanto experiência? E, se sim, o que isso significa? É possível encontrar as discontinuidades da história por meio das narrativas sobre experiências da infância? Quais as singularidades que podem ser perspectivadas ao se olhar o gênero feminino por meio das narrativas de mulheres sobre suas experiências da infância? As experiências da infância, narradas pelas mulheres, sobre a ditadura brasileira podem contribuir para perspectivar, a nível mais geral, os processos ditatoriais latino americanos ou não é possível tal aproximação? O que as experiências da infância narrada dizem a respeito dos processos de organização à nível social como um todo? Como as infâncias escapam aos modos totalizantes e normatizantes? Algumas pistas podem ser encontradas ao longo do texto e a cada uma dessas questões caberia um aprofundamento no mínimo interessante.

Nesse sentido, com a intenção em finalizar abrindo um novo início convido os(as) leitores(as) a sair desse texto acompanhados(as) pelas narrativas das mulheres, sujeitos da

pesquisa, que nos presenteiam com outras imagens da infância que resiste: pois age, vive, existe, brinca, inventa, subverte, cria, nasce, destrói, desestrutura, ri, corre, salta e faz tudo isso mesmo diante do limite da vida imposto pelas violências...

Eu gosto de falar de um brinquedo que a gente utilizava que eu gostava muito, muito, muito, que era **o carrossel** com os cavalinhos, a minha mãe me levava, eu adorava, os cavalinhos que subiam e desciam, cheios de espelhos, lindo, eu gostava muito, **ela abraçadinha, me segurando pela cintura, enquanto eu ficava no cavalinho, adorava.**

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

E uma coisa que eu gostava muito, também, era de **vestir as bonequinhas, em Cuba** tinha uma bonequinha que vinha na revista, ela vinha com um biquinho, de cabelinho e tal e a gente recortava as roupinhas que vinham com uma espécie de uma... a gente fazia uma dobradura pra vestir a roupinha nela, chamava "Cuquita". Nossa, **a gente brincava demais disso**, eu adorava, aliás minha mãe brincava muito comigo, a gente brincava de comidinha, com comida de verdade, eu dava na boca dela, **era uma maravilha**. Eu botava comidinha de verdade nas panelinhas, ela sentava e eu falava: 'come' e dava na boca dela. Ai, coitada, eu fico pensando: meu deus! como que suporta uma filha como eu. [Ângela diz isso gargalhando] **Eu queria brincar** como se fosse alguém da minha idade. Nossa senhora, meu deus do céu! Eu brinquei muito com ela, ela tinha muita paciência.

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

Quando eu era pequena, eu peguei uma **tesoura** daquelas de tecido, assim ó, [Ângela gesticula com as mãos mostrando o formato da tesoura] e diz: e cortei o cabelo dela [sua mãe, Damaris]. Eu perguntei se eu podia cortar, ela falou que eu podia, mas ela tava dormindo, mas eu cortei eu deixei ela careca... ela ficou uns dois meses usando lenço.

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

Porque no final das contas o que a gente vai vendo é que de uma certa forma, é **COMO** **você** passa pelas situações, o que que fica daquilo pra **você**, porque quando eu tento lembrar, de todas as coisas que eu vivenciei com companheiros... eu lembro muito da Soledad, eu convivi muito com a Soledad, a gente andava pra lá e pra cá, pra cima e pra baixo, me lembro dela me levando pros lugares, pra **tomar sorvete** e **você** fica pensando: olha! Como essas pessoas que estavam preocupados e ocupados em mudar a humanidade dedicavam tempo aquelas criaturinhas **porque** **crianças são seres particulares**, vamos falar a verdade, precisa ter um grau de paciência que não é fácil. Eu não era uma criança quietinha, eu era uma criança faladeira, que perguntava muito que, **nossa!** [Ângela diz gargalhando]: **coitado desses tios!**

Como que **você** faz a luta armada e cuida dessas pestinhas? Porque tinha criancinhas muito boazinhas, mas assim, não é que eu fosse uma criança levada e tal não era, mas eu perguntava muito. Ah, **você** imagina eu, como eu era...

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

Eu me lembro que tinha uma **brincadeira** que eles faziam comigo, o Eulálio e o Evaldo, mais o Evaldo, ele fazia que era: eu subia, assim, nos pis dele e abraçava as pernas e eles ficavam caminhando. Nossa!! Aquilo era um máximo, **dava a sensação de que você era um anãozinho e que o gigante estava te levando**, sabe aquela coisa?! Então tem algumas coisas da infância que até hoje eu tenho... estava falando pro Celso, meu marido, outro dia... coisa dos alimentos. Como alguns alimentos como eles estão ligados com esse imaginário, coisas que você comia e falava: nossa, **aquele momento era tão feliz!!** Minha mãe fazia isso, fazia aquilo. E que interessante, essa coisa do preparar e alimentar, **nutrir**, acho que é nutrir o verbo. Minha mãe sempre fez com os filhos. Era a forma dela de **mostrar amor**, de **mostrar carinho**, era fazer tudo aquilo, então tem alguns alimentos que eu amo, porque me lembram muito ela, não é que sejam grande coisa, as vezes eu vou te falar alguma coisa que você vai falar: 'nossa! Mais isso?!' mas tá vinculado com aquele momento feliz que ela estava preparando que a gente curtia e falava nossa, olha a minha mãe fez isso, fez aquilo.

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

O que muda? Eu acho que quando a gente consegue pensar sobre o quanto aquele processo ele **te marcou positivamente**. Posso falar por mim, não posso dizer que pra todo mundo é igual, algumas pessoas devem ter muita dor, muita angústia. Se você me perguntar: **você não sofre?** Eu sofro, mas eu não sofro com raiva, com mágoa, com responsabilizar os meus pais, não. É outro tipo de coisa.

(Narrativa Ângela Lucena, 2022)

Essa história de ter vivido essas dificuldades durante a ditadura faz parte da minha vida, **mas não é a essência da minha vida.** Eu fui uma criança normal, uma sétima filha, mais novinha de toda a família, fui **muito cuidada, muito paparicada**, como se diz, pela minha mãe, pelo pai, pelos meus irmãos. Nós tínhamos uma tia, que morou conosco sempre, que é a tia Olívia que não teve filhos é a madrinha do João e ela sempre me cuidou muito e era o meu ídolo. Então **eu ia ao cinema**, a manhã com ela, passeava, quando ela ia trabalhar na loja que ela trabalhava **eu ia com meu triciclo** junto com ela, era longe, ela tinha paciência de atravessar a rua, eu ia com meu triciclo e ficava andando de triciclo na calçada enquanto ela cuidava da loja, **naquele tempo era assim.**

(Narrativa Sônia Haas, 2022)

Gostava de ler gibi, gostava de **brincar** com outras crianças, eu sempre tive um **espírito de liderança** e em frente a nossa casa tinha um edifício com muita criança que era do edifício dos bancários, então eram famílias jovens e eu convivia com eles e levava eles ao cinema, depois quando fiquei mais velha, com dez, onze anos também, **brincávamos de pega-pega, de esconder...**

(Narrativa Sônia Haas, 2022)

gostava muito de ir na casa da minha avó, que era na colônia alemã, então a gente ia lá, **eu brincava com meus primos, via as coisas da natureza** que não tinha tão próximo a mim, onde eu vivia, porque a gente vivia no centro da cidade.

(Narrativa Sônia Haas, 2022)

Sempre gostei de estudar, na escola, prestava atenção, sempre fui ótima aluna, mas nunca estudei assim, em casa, prestava atenção na aula. Quando eu tinha nove anos a minha mãe ofereceu, conversou com a professora lá da sirie e eu nas minhas fírias “dei banca” como se diz aqui na Bahia: aula particular pra alguns alunos que estavam atrasados. Me surpreendeu ela inventar aquilo e fiquei meio assim, mas gostei e depois, quando fiquei adulta, acabei ficando professora também. Então eu sempre gostei de conviver com outras crianças, isso pra mim era um prazer. Aos seis anos eu fiquei tia e aí isso também mudou, teve um impacto na minha vida, porque tinha o meu sobrinho, todo mundo curtia e tal e com uns oito anos, nove, eu comecei a cuidar dele, as vezes a tarde, fazer companhia pra ele, então era prazeroso, porque era uma criança pequenininha, querida. Depois já veio outra sobrinha também e eu fui ficando tia. Eu sou tia de vários hoje, hoje tem mais de vinte, entre sobrinhos, netos e tal. Como eu não tenho filhos então eu sou a tia Sônia de todo mundo.

(Narrativa Sônia Haas, 2022)

Ah, de animais, que era uma coisa que eu curtia assim, eu não queria ter cachorro nem gato, essas coisas, que eu não gostava. Eu tinha coelho e pedi pro meu pai um casal de Quero-Quero, então eu tinha esses bichinhos, eram os meus, um casal de coelho e um casal de Quero-Quero, era uma curtição, eu ajudava a limpar a gaiola dos coelhos, eu ia alimentar eles e tal. Era muito legal.

(Narrativa Sônia Haas, 2022)



Eu acho que é isso assim. Essa história do sigilo, da parte obscura, da história da ditadura, do que nós sofremos lá em casa, sempre esteve presente no cenário de alguma forma ou de outra, **mas a infância corre solta, corre de bicicleta, corre de pega-pega. Eu fui uma criança feliz, me considero.**

(Narrativa Sônia Haas, 2022)

## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 319 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **INFÂNCIA E HISTÓRIA: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 186 p.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 150 p.
- ALVES, Rubem. **O velho que acordou menino**. Rio de Janeiro: Planeta, 2015.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 3. p. 153-202.
- ARAÚJO, Fábio Alves. "Não tem corpo, não tem crime": notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 38-64, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZDrBbYVXJ4KDRLFKPrmC8Fm/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- BETIM, Felipe. **Descaso do Governo com o Coronavírus abre caminho para levar agentes públicos aos tribunais**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/descaso-do-governo-com-o-coronavirus-abre-caminho-para-levar-agentes-publicos-aos-tribunais.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo *Rubens Paiva*. **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014. 316 p.
- BRAZ, Rafael. **Emicida fala sobre o essencial documentário "AmarElo", da Netflix**. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/rafael-braz/emicida-fala-sobre-o-essencial-documentario-amarelo-da-netflix-1220>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- CARDOSO, Luisa Rita. **"Não sei e não quero dizer": tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 2015. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- CASTILLO-GALLARDO, P. E. & GONZÁLEZ-CELIS, A. **Infancia, ditadura y resistencia: hijos e hijas de la izquierda chilena (1973-1989)**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 13 (2), 2014, p. 907-921.
- CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016. p. 31-62.
- CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016. p. 151-182.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016. 388 p.

COELHO, Maria Cláudia. Sobre tropas e cornetas: Apresentação à edição brasileira de Writing Culture. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 7-26.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 157 p.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. 157 p.

COSTA, Marcelo; CASTRO, Ricardo. **OS FILHOS DA CAUSA: MEMÓRIAS DE FILHOS EXILADOS DO REGIME MILITAR**. Rio de Janeiro: Trivium: Estudos Interdisciplinares, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2176-48912015000200003&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2176-48912015000200003&script=sci_abstract). Acesso em: 06 fev. 2022.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 15-40.

DANELON, Márcio. A infância capturada: escola governo e disciplina. In: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo horizonte: Autêntica, 2015. P. 217-239.

DUARTE, Fabiana. **Educação das crianças na escola de samba: um estudo a partir das relações socioculturais na infância**. 2020. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216448>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 1. p. 33-96.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; ALVES, Nilda. Conversas em redes e pesquisas com cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, Tiago; SAMPAIO, Rafael de Souza; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não?. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 41-64.

FERREIRA, Manuela; LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-13, mar. 2020.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.) **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.117-140.

FLÁVIO DE LEÃO BASTOS (Brasil). Núcleo Memória. **Aula 5 Conhecendo algumas experiências estrangeiras sobre lugares de memória**. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=eSz1vBQO\\_9Q](https://www.youtube.com/watch?v=eSz1vBQO_9Q). Acesso em: 06 dez. 2020.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)**. 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância Educação e Práticas Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 97-118.

JAMES, Allison. **Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais**. Zero-A-Seis, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 219-248, set./dez., 2019.

KOHAN, Walter Omar (comp.). Não há verdade sem alteridade. A propósito de "Devir-criança da filosofia: infância da educação". In: KOHAN, Walter Omar (org.). **Devir-criança da filosofia: infância da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-16.

KOHAN, Walter Omar. Infância e Filosofia. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 7-275.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 176 p.

KOHAN, Walter Omar. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 264 p.

KOHAN, Walter Omar; CARVALHO, Magda Costa. Atrever-se a uma escrita infantil: a infância como abrigo e refúgio. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-30, jul. 2021.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê: sobre o ofício de professor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LIMA, Patricia de Moraes. *Infância e experiência*. In: SOUSA, Ana Maria B. de (et. al.) **Ética e gestão do cuidado: a infância em contexto de violências**. Florianópolis: CED/UFSC/NUVIC, 2006. P. 47-92.

LIMA, Patricia de Moraes. INFÂNCIA(S), ALTERIDADE E NORMA: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo Sem Fronteiras**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 94-106, jan. 2015.

LORENZO, Martín Fernández. **Para não esquecer: a história das Mães da Plaza de Mayo, na Argentina**. 2019. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/para-nao-esquecer-a-historia-das-maes-da-plaza-de-mayo-na-argentina/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-28, jun. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 32, n. 15, p. 129-156, jul. 2009.

MARQUES, Luciana Pacheco. Prefácio. In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 15-20.

MEES, Leonardo. Nietzsche e o caos como caráter geral mundo. **Revista Ítaca**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 51-61, ago. 2019.

MULHERES atingidas por barragens usam bordado para tecer suas histórias. 2015. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/09/mulheres-atingidas-por-barragens-usam-bordado-para-tecer-suas-historias/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 68, n. 1, p. 1-39, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/67794>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020. 365 p.

PADRÓS. Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAGNI, Pedro Angelo. Um ensaio sobre a experiência, a infância do pensamento e a ética do cuidado: pensar a diferença e a alteridade na práxis educativa. In: KOHAN, Walter Omar (org.). **Devir-criança da filosofia: infância da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 63-79.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 180 p.

PLACER, Fernando González. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 79-90.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos históricos, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRATT, Mary Louise. Trabalho de campo em lugares comuns. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 63-90.

PROUT, A. **IN DEFENCE OF INTERDISCIPLINARY CHILDHOOD STUDIES**. Leeds: Children & Society, v. 33, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/chso.12298>. Acesso em: 16 jul. 2020.

QUINTEIRO, Jucirema. Educação, infância e escola: a civilização da criança. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 728-747, jul. 2019.

REDONDO, Patricia. Infância(s) Latinoamericana(s), entre lo social y lo educativo. **Espacios En Blanco. Revista de Educación**, Buenos Aires, n. 25, p. 153-172, jun. 2015.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019. 302 p.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não?. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 163-180.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SALABERT, Duda. **Os impactos da pandemia na população trans**. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Os-impactos-da-pandemia-na-popula%C3%A7%C3%A3o-trans>. Acesso em: 06 fev. 2022.

SAMPAIO, Carmen Sanches; RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não?. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 21-40.

SAMPAIO, Jana. **Projeto de memorial contra a tortura está parado por falta de dinheiro**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/projeto-de-memorial-contra-a-tortura-esta-parado-por-falta-de-dinheiro/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Esquerda do mundo, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Université Rennes, Rennes, França, 2019.

SITES, International Council On Monuments And. **Declaração de Québec**: sobre a preservação do "spiritu loci". Sobre a preservação do "spiritu loci". 2008. Disponível em: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf). Acesso em: 06 fev. 2022.

SUDRÉ, Lu. **Assassinatos de pessoas trans aumentam 41% em 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020>. Acesso em: 06 fev. 2022.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaina. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2010, Buenos Aires. **Recordando a Walter Benjamin Justicia, Historia y verdade. Escrituras de la memoria**. Buenos Aires: Centro Cultural de La Memoria Haroldo Conti, 2010. p. 1-20. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001469076>. Acesso em: 07 fev. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p.1001-1022, jul. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, jun. 2004.

UDESC, Laborei. **IX Colóquio diálogos freirianos: o menino que lia o mundo: miradas e narrativas no encontro com as infâncias**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YDDghmCyreo>. Acesso em: 06 fev. 2022.

UNESCO, Cipdh Centro Internacional Para La Promoción de Los Derechos Humanos - Categoría II. **Memorial en recordación de los detenidos desaparecidos**. Disponível em: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/lugar-de-memoria/memorial-en-recordacion-de-los-detenidos-desaparecidos/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

Vidal, Amanda. **"A gente vivia aquilo, tinha que saber": A experiência da Infância no contexto da ditadura civil militar brasileira.** 2018. 93 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Educação da Pequena Infância, Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú, Camboriú, 2018.



## APÊNDICES

| BANCO DE DADOS CAPES |   |  |                                 |   |
|----------------------|---|--|---------------------------------|---|
|                      | PALAVRAS-CHAVE                            | A1: Infância - Ditadura - Memória  |                                 |   |
|                      | ANO PESQUISADO                            | 2015 - 2019  |                                 |   |
|                      | QUANTIDADE DE TRABALHOS SELECIONADOS      | 3  |                                 |   |
|                      |   | <b>DISSERTAÇÕES</b>  | <b>TESES</b>                    |   |
|                      |   | 3  | 0                               |   |
| Ano                  | Autor/a                                   | Título   | Área                            | Instituição                                     |
| 2016                 | SILVA, Bruna Borges                       | Os filhos dos desaparecidos políticos da ditadura civil-militar da Argentina e sua produção cinematográfica: um olhar geracional | História                        | Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP     |
| 2016                 | NOGUEIRA, Jaqueline Aparecida             | Um estudo do dialogismo na obra Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil                             | Discurso e Representação Social | Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ |
| 2016                 | SANTOS, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos | A memória das ditaduras (Brasil e Argentina) pelo olhar infantil no cinema contemporâneo   | História                        | Universidade Federal Fluminense - UFF           |

| BANCO DE DADOS CAPES |                                      |  |              |  |
|----------------------|--------------------------------------|--|--------------|--|
|                      | PALAVRAS-CHAVE                       | A3: Infância - Ditadura - Narrativas   |              |  |
|                      | ANO PESQUISADO                       | 2015 - 2019  |              |  |
|                      | QUANTIDADE DE TRABALHOS SELECIONADOS | 1  |              |  |
|                      |                                      | <b>DISSERTAÇÕES</b>  | <b>TESES</b> |  |
|                      |                                      | 1  | 0            |  |
| Ano                  | Autor/a                              | Título   | Área         | Instituição                                      |
| 2015                 | CARDOSO, Luisa Rita                  | "Não sei e não quero dizer": tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) | História     | Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC |

| BANCO DE DADOS CAPES |                                      |   |              |  |
|----------------------|--------------------------------------|---|--------------|--|
|                      | PALAVRAS-CHAVE                       | A4: Infância - Ditadura - História  |              |  |
|                      | ANO PESQUISADO                       | 2015 - 2019   |              |  |
|                      | QUANTIDADE DE TRABALHOS SELECIONADOS | 1   |              |  |
|                      |                                      | <b>DISSERTAÇÕES</b>   | <b>TESES</b> |  |
|                      |                                      | 1   | 0            |  |
| Ano                  | Autor/a                              | Título  | Área         | Instituição  |
| 2018                 | BRITO, Camila Praxedes de            | Infância e violência na ditadura militar: memória e verdade em testemunhos da Comissão Nacional da Verdade/Brasil | Letras       | Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN |

| BANCO DE DADOS CAPES |                                      |   |                                |   |
|----------------------|--------------------------------------|---|--------------------------------|---|
|                      | PALAVRAS-CHAVE                       | A25: Filhos - Ditadura - Memória  |                                |   |
|                      | ANO PESQUISADO                       | 2015 - 2019   |                                |   |
|                      | QUANTIDADE DE TRABALHOS SELECIONADOS | 4   |                                |   |
|                      |                                      | <b>DISSERTAÇÕES</b>   | <b>TESES</b>                   |   |
|                      |                                      | 2   | 2                              |   |
| Ano                  | Autor/a                              | Título  | Área                           | Instituição   |
| 2018                 | FERNANDES, Fernando Seliprandy       | Documentário e memória intergeracional da ditaduras do Cone Sul   | História Social<br>TESE        | Universidade de São Paulo - USP                           |
| 2016                 | FREITAS, Andre Vicente Leite de      | Justiça e reparações: vinculação do reconhecimento e as reparações aos filhos e netos dos exilados políticos entre 1964-1971, como contribuição para o alcance da justiça | Direito Público<br>DISSERTAÇÃO | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG |
| 2016                 | MASSA, Jimena Maria                  | "Restituição de identidades" e construção de parentesco em casos de "netos/as apropriados/as" pela ditadura militar argentina"  | Antropologia Social<br>TESE    | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC             |
| 2015                 | CASTELLI, Natasha Dias               | Redesenhando o papel paterno: memórias e atuação dos pais da plaza de mayo da invisibilidade à confrontação do papel materno  | História<br>DISSERTAÇÃO        | Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS          |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DISSERTAÇÃO</b> | <b>TESE</b> |
|--------------------------|--------------------|-------------|
| 2015                     | 2                  | 0           |
| 2016                     | 4                  | 1           |
| 2018                     | 1                  | 1           |
| <b>TOTAL</b>             | <b>7</b>           | <b>2</b>    |
|                          | <b>9</b>           |             |

| <b>ÁREA DE CONHECIMENTO</b> | <b>DISSERTAÇÃO</b> | <b>TESE</b> |
|-----------------------------|--------------------|-------------|
| Antropologia Social         | 0                  | 1           |
| Direito Público             | 1                  | 0           |
| Letras                      | 2                  | 0           |
| História                    | 4                  | 0           |
| História Social             | 0                  | 1           |
| <b>TOTAL</b>                | <b>7</b>           | <b>2</b>    |
|                             | <b>9</b>           |             |

| <b>ESTADO</b>       | <b>DISSERTAÇÃO</b> | <b>TESE</b> | <b>UNIVERSIDADE</b> |
|---------------------|--------------------|-------------|---------------------|
| Santa Catarina      | 1                  | 1           | UDESC e UFSC        |
| Rio Grande do Sul   | 1                  | 0           | UNISINOS            |
| Minas Gerais        | 2                  | 0           | PUC e UFSJ          |
| Rio de Janeiro      | 1                  | 0           | UFF                 |
| São Paulo           | 1                  | 1           | UNICAMP e USP       |
| Rio Grande do Norte | 1                  | 0           | UERN                |
| <b>TOTAL</b>        | <b>7</b>           | <b>2</b>    |                     |
|                     | <b>9</b>           |             |                     |

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da pesquisa: XXXX**

**Nome do (a) Pesquisador (a): XXXX**

**Nome do (a) Pesquisador/Orientador (a) Responsável: XXX**

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa XXXX que está sendo desenvolvida por mim, XXXX, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação XXX em nível de Mestrado na linha de pesquisa XXX, sob orientação da professora Dra. XXXX

Como objetivos da pesquisa, pretende-se tornar visível a experiência da infância das participantes da pesquisa que vivenciaram, enquanto crianças, violências no contexto histórico da ditadura civil militar brasileira (1964-1985). Para isso, analisaremos narrativas de mulheres, hoje adultas, que experienciaram o período histórico de autoritarismo militar brasileiro, buscando tecer quadros discursivos sobre infâncias atravessadas por marcadores e categorias como: gênero, raça e classe em determinado período.

Os procedimentos metodológicos a serem adotados incluem, além de pesquisa teórica e documental, uma pesquisa etnográfica, ou seja, que tem como foco, observar, analisar e descrever criteriosa e densamente, por meio de entrevistas semiestruturadas, as narrativas, acionadas pela memória, das mulheres participantes da pesquisa. Deste modo, serão utilizados como recursos metodológicos, caderno de anotações, fotografias e gravações áudio visuais, com vistas a qualificar as observações e contribuir para a geração de dados.

As participantes deste estudo serão mulheres adultas, na faixa-etária entre 40 anos ou mais, que viveram a condição do contexto histórico da ditadura enquanto crianças. A estimativa está em trabalhar com o número de três a cinco participantes de pesquisa.

Ao concordar em participar deste estudo, a Sra. necessita permitir que a pesquisadora colete, analise e publique os dados observados por meio de registros escritos, fotográficos e filmicos, para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil. Sempre que desejar, a Sra. poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através dos contatos disponibilizados das pesquisadoras do projeto. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a construção do conhecimento científico e para a prática pedagógica na área da educação. Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos, dando-lhe o retorno a respeito da publicação desta pesquisa.

Como em qualquer outra pesquisa com seres humanos, esta também pode oferecer riscos ou desconforto às suas participantes. Isso porque, tocaremos em assuntos que podem ser considerados traumáticos para as participantes da pesquisa, pois versam sobre experiências individuais de vivências em um contexto de violências e que poderão ser relembradas e rememoradas por estes no momento de suas narrativas. Tendo total consciência dessa singularidade, nos responsabilizamos em gestar todos os riscos dentro dos parâmetros da ética de pesquisas com sujeitos, nos comprometendo a um exercício que tenha como fundamento o cuidado para a minimização de eventuais riscos.

Além disso, os/as participantes contam com o respaldo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC) que se trata de um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEPSH-UFSC está situado no endereço: Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis -SC e o telefone para contato é o: (48) 3721-6094.

Informamos ainda que, no decorrer de todo o processo de produção dos dados, manter-se-á sempre presente o direito dos participantes a retirar-se da pesquisa, sem ônus para os envolvidos, caso se sintam incomodados com algum dos procedimentos previstos, sem ter que apresentar qualquer justificativa em qualquer fase da pesquisa. Além disso, a participante da pesquisa pode recusar-se a responder qualquer uma das questões feitas no decorrer da entrevista sem qualquer tipo de justificativa e/ou ônus referente a sua participação no estudo, procedimento válido também para as perguntas que sejam de cunho “obrigatório”. A participante da pesquisa não é obrigada, em nenhuma hipótese, a responder qualquer questionamento feito pela pesquisadora de forma oralizada e/ou escrita.

É garantido à participante da pesquisa o acesso prévio dos tópicos que serão abordados no decorrer das entrevistas (orais e/ou escritas). O participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. O consentimento será previamente apresentado e, caso, concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário/formulário ou entrevista de pesquisa.

Este procedimento não oferece prejuízo para à Sra. no restante das atividades e caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos conforme previsto na legislação vigente, a saber: texto do Artº 17 item VII da Resolução 510/2016: “explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;”. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que duas vias deste documento serão rubricadas e assinadas pelo (a) Sr. (Sra.) e pelo pesquisador responsável, o qual compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012 e o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24/02/2021 que tratam dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa e pesquisa em ambiente virtual, como é o caso desta.

Ressaltamos a importância em guardar uma cópia do documento eletrônico da sua via do TCLE devidamente assinada e rubricada por todos os envolvidos, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento para participar da pesquisa, e declaro que fui informado (a) dos termos da Resolução 466/12 e suas complementares e compreendi claramente meus direitos em relação à participação na referida pesquisa.

Para maior clareza, firmo o presente

Eu \_\_\_\_\_

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do pesquisado: \_\_\_\_\_

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de minha responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora principal. O contato com as pesquisadoras fica assim estabelecido:

XXXX (pesquisadora responsável)

Telefone: (XXX)

E- mail: XXXX

XXXX (pesquisadora- orientanda)

Telefone: XXX

E-mail: xxx

Atenciosamente,

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Professora/Orientadora/UFSC

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pesquisadora/UFSC